

# Problemas

REVISTA MENSAL DE CULTURA POLÍTICA

Diretor: DIÓGENES ARRUDA

## SUMÁRIO

- NOSSA POLÍTICA — Entrevista de  
Luiz Carlos Prestes — L. C. PRESTES
- Importante Pleno Ampliado do Co-  
mitê Central do P.C.B. — \* \* \*
- Manifesto Eleitoral do Partido Comu-  
nista do Brasil — \* \* \*
- A Posição do Partido na Sucessão  
Presidencial e nossas tarefas atuais — L. C. PRESTES
- Resolução sôbre o informe de Prestes — \* \* \*
- O desenvolvimento da luta pela paz e  
o dever dos Comunistas — C. MARIGHELLA
- Resolução sôbre a luta pela paz e a  
campanha de 10 milhões de assinatu-  
ras contra a guerra atômica — \* \* \*
- Pela supressão da diferença essencial  
entre o trabalho intelectual e o tra-  
balho físico — I KUDRIAVTSEV
- O êxito do movimento da reforma  
agrária na China — TENG-TSE-HUI
- O programa agrário de Lênin e seu  
papel no reforço da aliança entre a  
Classe Operária e o Campesinato — P. ALEXANDROV  
E A. LOPATKIN

Agosto de 1955

69

Preço: Cr\$ 5,00

# INDICE

NOSSA POLITICA	— Entrevista de Luiz Carlos Prestes	1
* * *	— Importante Pleno Ampliado do Comitê Central do P.C.B. ....	4
* * *	— Manifesto Eleitoral do Partido Comunista do Brasil .....	7
L. C. PRESTES	— A Posição do Partido na Sucessão Presidencial e nossas tarefas atuais	11
* * *	— Resolução sôbre o informe de Prestes .....	32
C. MARIGHELLA	— O desenvolvimento da luta pela paz e o dever dos comunistas ..	34
* * *	— Resolução sôbre a luta pela paz e a campanha de 10 milhões de assi- naturas contra a guerra atômica	50
I. KUDRIAVTSEV	— Pela supressão da diferença essen- cial entre o trabalho intelectual e o trabalho físico .....	52
TENG-TSE-HUI	— O êxito do movimento da reforma agrária na China .....	67
P. ALEXANDROV E A. LOPOTKIN	— O programa agrário de Lênin e seu papel no refôrço da aliança entre a Classe Operária e o Cam- pesinato .....	82



## EXPEDIENTE

Número avulso — Cr\$ 5,00

Número atrasado — Cr\$ 7,00

### ASSINATURA ANUAL

Brasil .....

Exterior .....

Diretor-Responsável:

Victor M. Konder

Av. Rio Branco n. 257,

6.º andar — sala 613

RIO DE JANEIRO -- D.F.

PROFRIEDADE DA EDITORIAL VITORIA LTDA.

## ENTREVISTA DE LUIZ CARLOS PRESTES

*PERGUNTA — Que acha da repercussão do Manifesto Eleitoral do P.C.B.?*

*RESPOSTA —* A repercussão do Manifesto Eleitoral do P.C.B. reflete a crescente influência de nosso Partido no seio da classe operária e dos mais amplos setores da população brasileira. Os acontecimentos comprovam que soubemos levantar as reivindicações da grande maioria do povo brasileiro e traduzir seus sentimentos democráticos e patrióticos. Nossos piores inimigos são obrigados a reconhecer que os candidatos apoiados pelo Partido Comunista serão vitoriosos nas urnas de 3 de outubro, porque receberão os votos das grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo que aguardavam a palavra de nosso Partido e se dispõem a seguir a orientação por nós indicada. Daí, a gritaria dos prejudicados. A verdade é que todos os candidatos desejariam receber o apoio dos comunistas. Quanto aos generais golpistas e à imprensa a serviço do imperialismo norte-americano, é natural que estejam desesperados. Seus insultos não nos atingem. O povo sabe que não fazemos cambalachos nem acordos secretos. Apoiamos as candidaturas dos srs. Kubitschek e Goulart pelos motivos políticos já amplamente expostos em documentos do Partido, convencidos como estamos de que em tôrno destas candidaturas será possível organizar a mais ampla frente única contra o golpe militar fascista.

Isto, aliás, já foi comprovado pelos acontecimentos dos últimos dias. Os generais fascistas e demais agentes e serviços dos monopólios norte-americanos pretendiam isolar nosso Partido, impedir que participasse da campanha eleitoral, utilizando a velha e gasta arma do anticomunismo para amedrontar as pessoas de nervos fracos, intimidar até mesmo o Congresso Nacional e implantar no país a ditadura militar fascista. Mas foram fragorosamente derrotados e tiveram que bater em retirada diante da impressionante manifestação dos mais amplos setores da população que, acima de diferenças de classe, de pontos de vista políticos e religiosos uniram-se em defesa da Constituição e das liberdades democráticas.

Cabrin  
2007  
2

*PERGUNTA — Ainda persiste o perigo de um golpe militar fascista?*

*RESPOSTA —* Sim. O perigo subsiste. Os golpistas foram derrotados mas não desarmados. Continuam ocupando os postos-chaves do governo e das forças armadas os mesmos generais golpistas. Na pasta da Justiça permanece o udenista sr. Prado Kelly, partidário do golpe. Depois da cédula única e da gritaria em torno do apoio dos comunistas, novos pretextos serão utilizados. Os monopólios norte-americanos querem o petróleo brasileiro e nossos minérios rádioativos, querem intensificar a preparação de nosso país para a guerra e para tanto precisam esmagar o movimento operário e patriótico, dissolver o Congresso Nacional e liquidar os últimos vestígios de liberdade ainda existentes. Não cessam, por isso, suas maquinações golpistas para implantar a ditadura militar. Têm em vista também um governo ditatorial, com poderes discricionários, estado de sítio, etc., tal como no Chile ou na Argentina. Devemos, pois, continuar vigilantes.

*PERGUNTA — Qual a maneira de prosseguir com êxito a luta pela derrota dos golpistas?*

*RESPOSTA —* É indispensável intensificar a luta em defesa das liberdades democráticas e da Constituição. É indispensável que os democratas e patriotas tomem a ofensiva, unam suas fileiras e demonstrem sua firme vontade de luta. O essencial, no momento, é exigir a realização de eleições livres e derrotar nas urnas os generais golpistas por meio da vitória esmagadora dos srs. Kubitschek e Goulart. É lutando que se defende a liberdade e a independência da pátria. Não é fazendo concessões aos golpistas que se impedirá o golpe liberticida. Os verdadeiros patriotas e democratas esperam que os srs. Kubitschek e Goulart, assim como os demais dirigentes do PSD e do PTB, compreendam isto.

Quanto a nós, comunistas, lançamo-nos com ardor à campanha eleitoral e não pouparemos esforços para esclarecer as grandes massas populares, uni-las e organizá-las e levá-las às urnas de 3 de outubro. Sabemos que o inimigo tudo fará para impedir nossa atividade junto às massas, mas não há obstáculos insuperáveis quando se luta pelos interesses dos trabalhadores e pelas liberdades democráticas. É indispensável e urgente dar um caráter de massas à atual campanha eleitoral, trazê-la para as ruas e organizar milhares e milhares de Comitês



Eleitorais nas emprêsas e nos bairros operários. Nesse sentido tem grande importância saber levantar em cada local as reivindicações mais prementes dos trabalhadores e organizar a luta por tais reivindicações em ligação com a luta em defesa das liberdades, contra o golpe militar e pela vitória dos srs. Kubitschek e Goulart nas urnas. Apoiemos também com decisão e energia a atividade organizadora do Movimento Nacional Popular Trabalhista, amplo movimento de frente única e sem partido, bem como de tôdas as demais organizações que se levantarem em defesa das liberdades democráticas e da Constituição, contra as ameaças de golpe militar.

Estamos convencidos de que a vitória dos srs. Kubitschek e Goulart nas eleições de 3 de outubro significará mais uma derrota dos generais golpistas e poderá determinar o início de uma modificação importante na correlação de forças a favor do povo e do progresso do Brasil. E é por isto que aproveitamos o ensejo para nos dirigirmos a todos os eleitores, a todos os patriotas e democratas: votar em Juarez Távora é votar pela ditadura, é votar pela entrega do petróleo brasileiro à Standard Oil, como votar em Ademar de Barros é contribuir para a vitória de Távora — votai contra os generais golpistas, votando em Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Da clandestinidade em que me encontro desejo ainda enviar a todos os patriotas que se levantaram contra as ameaças golpistas minha mais entusiástica saudação. Congratulo-me com todos pelos êxitos alcançados. Confiemos nas forças do povo que são invencíveis e nos sentimentos democráticos e patrióticos dos soldados, cabos, sargentos e oficiais de nossas forças armadas. Estas não devem jamais ser confundidas com o grupelho de generais golpistas e serviços dos monopólios norte-americanos.



# IMPORTANTE PLENO AMPLIADO DO COMITÊ CENTRAL DO P.C.B.

LUIZ CARLOS PRESTES DEFINE A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS ANTE A SUCESSÃO PRESIDENCIAL — LUTA CONTRA O GOLPE FASCISTA E APOIO À CHAPA JUSCELINO KUBITSCHKEK-JOÃO GOULART — LANÇADO O PLANO "LUIZ CARLOS PRESTES" — GRANDE ENTUSIASMO NOS DEBATES

ENTRE OS DIAS 9 e 11 do corrente mês realizou-se um importante Pleno Ampliado do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, no qual foram adotadas decisões da maior significação para a vida política do país.

A ordem-do-dia incluía a discussão de três relevantes questões:

1) A posição do Partido na sucessão presidencial e nossas tarefas atuais, sendo informante o secretário-geral do P.C.B., Luiz Carlos Prestes.

2) O desenvolvimento da luta pela paz e o dever dos comunistas, tendo como informante o membro do Presidium do Comitê Central, Carlos Marighella.

3) Balanço do Plano Lênin e o novo Plano de construção do Partido, sendo informante o membro do Comitê Central, Jorge Vila.

O Pleno Ampliado contou com a participação de numerosos dirigentes do Partido, tendo decorrido num ambiente de grande entusiasmo.

## A SESSÃO INAUGURAL

Declarando aberta a sessão inaugural, discursou o secretário do Comitê Central, João Amazonas. Depois de saudar os membros do Comitê Central e os demais dirigentes presentes, disse Amazonas

que aquela reunião se realizava num momento grave da vida de nosso país. As forças reacionárias articulam um golpe visando implantar uma ditadura militar fascista a serviço do imperialismo norte-americano, mas — acrescentou — são imensas as possibilidades hoje existentes para a formação de uma ampla coalizão de forças políticas capaz de impor o respeito à Constituição e garantir o avanço da democracia no Brasil.

Em seguida, teve início a leitura do importante informe de Luiz Carlos Prestes sobre a sucessão presidencial e as tarefas do Partido. Nêsse documento, o Secretário-Geral do P.C.B. faz uma profunda análise da situação política nacional e define a posição do Partido em relação às eleições de 3 de outubro. Calorosos aplausos interromperam por várias vezes a leitura do informe, que traça as tarefas dos comunistas brasileiros na luta contra o golpe reacionário inspirado pelos imperialistas norte-americanos, em defesa da Constituição e das liberdades democráticas, pela derrota do candidato entreguista Juarez Távora e pela vitória das candidaturas Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Ao concluir a leitura do informe, os presentes saudaram de pé, com prolongados aplausos, a justa tática nêle traçada. O nome de Luiz Carlos Prestes foi entusiasticamente ovacionado.

A seguir, o membro do Presidium do Comitê Central, Carlos Marighella, pronunciou um informe sobre o desenvolvimento da luta pela paz e o dever dos comunistas. Destacando os êxitos obtidos na luta pela paz em nosso país, o informante indicou também as causas que impedem um maior desenvolvimento das campanhas em defesa da paz. Calorosos aplausos coroaram a leitura do informe, numa demonstração de que os comunistas estão dispostos a contribuir com energia cada vez maior para a vitória da causa da paz.

### ANIMADOS DEBATES

Seguiram-se numerosas intervenções dos membros do Comitê Central e demais dirigentes presentes ao Pleno. Essas intervenções refletiram a atividade das organizações do Partido em todo o país e vieram comprovar a justeza da tática traçada no Informe de Luiz Carlos Prestes. Todos os oradores manifestaram inteira concordância com o Informe do Secretário-Geral do Partido, trazendo a debate experiências relacionadas com a atividade política dos comunistas.

## PLANO LUIZ CARLOS PRESTES

No terceiro ponto da ordem-do-dia foi apresentado o informe de Jorge Vila, membro do Comitê Central, sôbre o Plano Lênin de construção do Partido, encerrado em abril do corrente ano. Dando balanço nos resultados dêsse Plano, o informante generalizou a rica experiência obtida pelas organizações do Partido, revelou o impetuoso crescimento das fileiras do P.C.B. em tôdas as regiões do país e os êxitos conseguidos no terreno da ligação com as massas, do fortalecimento das Organizações de Base e do aperfeiçoamento dos métodos de direção. Ao mesmo tempo, acentuou as falhas e defeitos ainda existentes no trabalho de construção do Partido e apontou as medidas necessárias para superá-los.

Foi apresentado, a seguir, o novo Plano de construção do Partido, que recebeu a denominação de "Plano Luiz Carlos Prestes".

## SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO

Iniciada a sessão de encerramento, teve a palavra o secretário do Comitê Central, Diógenes Arruda, para realizar o balanço da discussão. Em sua intervenção, Arruda acentuou que o centro da atividade política do Partido, no momento atual, é a luta contra o golpe militar fascista, em defesa das liberdades democráticas, pela derrota do candidato reacionário Juarez Távora e pela vitória das forças democráticas reunidas em tórno das candidaturas Kubitschek-Goulart.

O Pleno Ampliado foi encerrado num ambiente de extraordinário entusiasmo, sendo unânimemente aprovados os três informes e as respectivas resoluções.





# MANIFESTO ELEITORAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

BRASILEIROS!

TRABALHADORES!

**H**A UM ANO, os piores inimigos do povo conseguiram assaltar o poder e impor à nação a ditadura americana do sr. Café Filho. O golpe militar de 24 de agosto revelou a brutalidade dos métodos norte-americanos de dominação, pôs a nu a violência com que os agentes do Departamento de Estado fazem e desfazem governos em nossa terra.

Que fez até agora este governo em que predominam os políticos reacionários da U.D.N. e ocupam postos de destaque os ministros indicados pelo sr. Jânio Quadros? A resposta está na miséria crescente do povo, na alta acelerada dos preços de todos os artigos indispensáveis ao consumo popular. Está na perseguição sistemática ao movimento operário e sindical, nos freqüentes atentados às liberdades democráticas, na violência com que se pretendeu intimidar os bravos portuários de Santos, em luta por um pouco mais de pão para seus filhos.

Cresce a corrupção administrativa, aumentam as negociatas, os dinheiros do povo são esbanjados, enquanto faltam hospitais e escolas e morrem milhares de crianças sem qualquer assistência. A indústria nacional é ameaçada de estrangulamento pela pressão e pela concorrência dos monopólios norte-americanos. Acentua-se a diminuição catastrófica do comércio externo brasileiro, monopolizado pelos norte-americanos, que não permitem ao Brasil ter relações comerciais com a União Soviética e a República Popular da China.

Odiados pelo povo, os golpistas a serviço do imperialismo norte-americano utilizam todos os pretextos para tentar justificar um novo golpe de Estado que implante no país uma ditadura militar fascista,

que acabe com os últimos vestígios de liberdade, com os direitos e conquistas dos trabalhadores, que permita a entrega das riquezas nacionais aos monopólios norte-americanos.

Esta a situação nas vésperas das eleições presidenciais.

O Partido Comunista do Brasil, que luta infatigavelmente pelos interesses do povo, concita a todos os cidadãos a participar ativamente da campanha eleitoral. Através do voto, milhões de brasileiros poderão no dia 3 de outubro proferir seu julgamento sobre o governo, sobre os homens e os partidos que o apoiam, sobre sua política de preparação para a guerra, de miséria cada vez maior para o povo e de crescente submissão do Brasil ao imperialismo norte-americano. Através do voto derrotamos o governo de 24 de agosto e os generais golpistas. Com a vitória eleitoral, o povo unido e organizado melhor poderá garantir as liberdades democráticas, as conquistas e direitos dos trabalhadores, a defesa do petróleo brasileiro e da indústria nacional, enfrentar com decisão a carestia da vida.

Lutemos, pois, com firmeza e entusiasmo, pela realização de eleições livres a 3 de outubro. Unamo-nos todos em defesa da Constituição e das liberdades democráticas, contra as tentativas de golpe de Estado ou militar. Sem a salvaguarda das liberdades democráticas é mais difícil a luta contra a miséria, em defesa da paz e da soberania nacional.

Unamo-nos para impedir no país a implantação de uma ditadura militar fascista. Reunamos todas as forças antigolpe, desde operários e camponeses até grandes capitalistas e fazendeiros interessados na defesa da Constituição. Tais forças, unidas, poderão isolar e bater as forças do golpe militar, impor a realização de eleições livres e garantir a vitória de seus candidatos nas urnas.

O Partido Comunista do Brasil apóia e indica aos sufrágios do povo as candidaturas à presidência e vice-presidência da República dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart, os quais, através de pronunciamentos públicos, já se declararam dispostos a lutar contra o golpe, em defesa da Constituição e das liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida do povo. A vitória das candidaturas Kubitschek e Goulart será a derrota dos generais golpistas, dará um novo impulso às forças democráticas e patrióticas e poderá determinar importante modificação na correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil.

Derrotemos nas urnas, de maneira esmagadora, a candidatura do sr. Juarez Távora, que representa a continuação do governo imposto ao país pelo golpe militar de 24 de agosto. Com esta candidatura visam os generais golpistas, juntamente com os setores reacionários da U.D.N. e com o demagogo Jânio Quadros, colocar na presidência da República um conhecido serviçal dos monopólios norte-americanos, partidário da entrega do petróleo brasileiro à Standard Oil e que jamais ocultou seu desprezo pelo povo e suas intenções ditatoriais.

Desmascaremos o sentido diversionista da candidatura do sr. Ademar de Barros, estimulada pelos golpistas, que querem dividir as forças contrárias ao golpe militar para levar ao Catete o general fascista sr. Juarez Távora.

Concidadãos!

Façamos da campanha eleitoral uma cruzada em defesa das liberdades democráticas. A tarefa do verdadeiro democrata é votar em Kubitschek e Goulart, é lutar pela unificação de tôdas as forças patrióticas e progressistas a fim de que possam vencer os inimigos do povo. Na medida em que estiver organizado e unido, o povo saberá responder com vigor a qualquer tentativa de golpe de Estado, saberá ganhar as ruas para defender seus direitos e suas conquistas democráticas, saberá impor sua vontade e derrotar, em todos os terrenos, os que queiram implantar no país uma ditadura militar fascista.

Conclamamos a todos os cidadãos, independente de condições sociais, de pontos de vista políticos ou de crenças religiosas, para a união e a luta pelas liberdades democráticas.

Estendemos fraternalmente a mão aos trabalhadores getulistas. Juntos, trabalhistas e comunistas, constituimos poderosa força entre os trabalhadores das cidades e do campo, força capaz de defender com êxito as leis sociais já conquistadas, a liberdade sindical, o direito de associação, as conquistas e reivindicações das massas trabalhadoras.

Dirigimo-nos aos patriotas e democratas, que militam nas fileiras do P.S.B., da U.D.N. e do P.L. e aspiram à defesa do petróleo, da soberania nacional e das liberdades. Não vos deixeis enganar pelos reacionários de vossos partidos. Como democratas e patriotas, não podeis dar vosso voto a um general fascista e partidário confesso da entrega do petróleo brasileiro à Standard Oil.

Dirigimo-nos também aos patriotas e democratas filiados ao P.S.P. Juntos alcançamos a vitória eleitoral de 22 de maio na Capital

de São Paulo. Marchemos agora juntos e façamos vitoriosas as candidaturas dos srs. Kubitschek e Goulart, já que a candidatura do sr. Ademar de Barros, no momento atual, não pode senão dividir e enfraquecer as forças que precisam e devem se aglutinar contra o golpe militar fascista.

Camaradas! Aos comunistas e a tôdas as organizações do Partido cabe o dever de lançar-se com entusiasmo à campanha eleitoral. Não poupemos esforços para assegurar nas urnas a vitória dos candidatos indicados e apoiados pelo nosso Partido, os srs. Kubitschek e Goulart. Expliquemos infatigavelmente ao povo o Programa de salvação nacional de nosso Partido. Prossigamos sem desfalecimento a luta patriótica em defesa do petróleo, intensifiquemos a luta pela paz, pela reforma agrária, pelas reivindicações dos trabalhadores e pela independência nacional. Não há tempo a perder. Lancêmo-nos com ardor à campanha eleitoral.

O Partido Comunista do Brasil concita o povo a criar milhares de Comitês Eleitorais nas emprêsas e nos bairros, nas cidades e nas vilas, para levar à vitória as candidaturas dos srs. Kubitschek e Goulart. Através de comícios, assembléias, debates públicos, do rádio, de manifestações de massas é nosso dever esclarecer o povo, alertá-lo ante as ameaças golpistas, convencê-lo da necessidade de unir-se e organizar-se para a luta em defesa das liberdades e da Constituição, de suas conquistas e de seus direitos.

Trabalhadores! Organizai-vos para defender as liberdades, para enfrentar com sucesso as tentativas liberticidas dos generais golpistas e assegurar a vitória de vossos candidatos!

Todos às urnas a 3 de outubro! Derrotemos os inimigos do povo!

Viva a unidade da classe operária!

Viva a união de todos os trabalhadores das cidades e do campo!

Viva a união dos brasileiros para defender as liberdades e garantir o pão para seus filhos!

Contra a ditadura militar fascista, lutemos pela paz, pela democracia e pela independência nacional!

Agosto de 1955.

**O COMITÊ CENTRAL DO  
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**



# A POSIÇÃO DO PARTIDO NA SUCESSÃO PRESIDENCIAL E NOSSAS TAREFAS ATUAIS

LUIZ CARLOS PRESTES

(Informe apresentado, em nome do  
presidium do Comitê Central, ao  
Pleno Ampliado do Comitê Central,  
realizado nos dias 9, 10 e 11 de  
agosto de 1955)

Camaradas:

**R**EUNIMO-NOS para analisar a situação política do país às vésperas das eleições de 3 de outubro, reexaminar a tática eleitoral de nosso Partido e, muito especialmente, definir a posição do Partido no pleito pela sucessão presidencial.

Quero, de início, saudar com efusão os camaradas da Capital de São Paulo pela vitória alcançada nas eleições municipais de 22 de maio. Graças em grande parte ao esforço unitário dos comunistas, as massas trabalhadoras e populares conseguiram eleger por larga margem de votos candidatos democráticos à Prefeitura de São Paulo. Nas condições atuais, quando o Partido Comunista continua privado de seu registro eleitoral e proibido de exercer livremente atividade política, a vitória eleitoral de 22 de maio, vitória para a qual contribuímos com considerável parcela, tem excepcional significação política, aumenta a confiança em nossas próprias forças e revela a todo o Partido o valor da justa utilização das formas legais de luta e da tática de ampla frente-única.

A vitória na Capital de São Paulo deve-se à justeza da aplicação da tática eleitoral do Partido. A ampla coligação eleitoral organizada em São Paulo indica a maneira acertada de lutar pela aplicação do Programa do Partido numa determinada situação concreta, ensina como devemos proceder na realização de uma justa política municipal. Em torno de questões concretas que traduzem as reivindicações mais

sentidas de amplas camadas sociais e visando alcançar melhorias, por menores que sejam, nas condições de vida do povo, foi possível unificar vastos setores da população, chegando-se à coligação eleitoral de diversos partidos políticos em torno do nome de candidatos populares e de uma plataforma de governo municipal. A vitória comprova igualmente que, quando a classe operária une suas fileiras, arrasta as demais camadas trabalhadoras, consegue derrotar seus piores inimigos e dar novos passos no sentido da unidade das forças democráticas e populares.

Ao participarmos da campanha pela sucessão presidencial temos como objetivo convertê-la em poderosa manifestação da unidade do povo na luta pela satisfação de suas reivindicações mais sentidas, pela solução dos problemas que mais o preocupam. A campanha pela sucessão presidencial é uma oportunidade excepcional para impulsionarmos a unidade e organização da classe operária e dos mais amplos setores da população brasileira.

Estamos diante de um acontecimento político da maior importância na vida de nosso povo. Através da campanha eleitoral poderão ser criados os elementos de uma nova correlação de forças no país. Em amplos setores da população, desenvolve-se o desejo de mudanças na situação do país, assim como na orientação da política externa do governo. Aumentam as divergências no seio das classes dominantes, cindem-se os partidos políticos nos mais diversos agrupamentos que, de uma forma ou outra, procuram expressar os sentimentos e interesses de determinados setores e camadas da população. Em tal situação, um amplo aproveitamento da campanha eleitoral e, mais particularmente, da campanha pela sucessão presidencial servirá para despertar as grandes massas, para levá-las à luta em defesa das liberdades democráticas e pela melhoria de suas condições de vida não permitindo que elas fiquem à espera de promessas e sejam enganadas pelos demagogos a serviço da reação e do imperialismo norte-americano. Esta a orientação traçada pelo Comitê Central em sua última reunião e reiterada em ulteriores documentos do Partido.

Se bem que nem tôdas as organizações do Partido tenham até agora revelado uma justa assimilação da tática eleitoral e sejam ainda poucos os exemplos de sua correta aplicação; o Partido em seu conjunto entrou na batalha eleitoral, vem fazendo esforços no sentido de esclarecer as massas e de uni-las, sob a direção da classe operária, em ampla coalizão democrática e patriótica. Para avançarmos neste

sentido, lutamos até agora pela apresentação de um candidato popular e independente que merecesse a confiança dos trabalhadores. Nas atuais condições do Brasil, a classe operária unida, aliada às demais forças democráticas e patrióticas, poderia efetivamente elevar pelo voto à Presidência da República um patriota honesto, capaz de fazer esforços no sentido de realizar no Poder um governo de paz e de defesa da soberania nacional.

Nossa orientação política e a plataforma eleitoral que apresentamos mereceram o apoio de amplas camadas do povo, de personalidades políticas de tôdas as tendências e pertencentes aos mais diversos partidos políticos. Mais significativa foi a repercussão no seio da classe operária, onde determinou o surgimento de um amplo movimento, unindo os trabalhadores de tôdas as tendências políticas e visando participar organizadamente da campanha pela sucessão presidencial ao par da luta unificada pelas liberdades democráticas e sindicais, contra a intervenção do governo no movimento sindical e pelas reivindicações mais sentidas dos trabalhadores. Conseguimos, assim, de certo modo, despertar e mobilizar as massas populares, atraí-las para a batalha pela sucessão presidencial e mesmo introduzir um fator novo e da maior significação no cenário político nacional.

A luta por um candidato popular à Presidência da República ajudou a dar um caráter mais concreto ao esforço unitário de nosso Partido. Nossa política de unidade, de luta infatigável pelas reivindicações dos trabalhadores, de defesa das liberdades democráticas e da independência nacional determinou um maior isolamento das forças da reação, da minoria que deu o golpe de 24 de agosto, que procura perpetuar-se no Poder e que continua fazendo esforços para impor à Nação a política ditada pelos monopólios norte-americanos. O avanço de nossa política unitária refletiu-se na maior amplitude das forças que lutam pela paz, em defesa das liberdades democráticas e sindicais, assim como das forças patrióticas que ganharam novos setores da população e o apoio de maior número de personalidades filiadas aos mais diversos partidos políticos. Tanto o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, como a Liga de Emancipação Nacional conseguiram ampliar bastante nos últimos meses suas fileiras. Os candidatos aos postos eletivos e, particularmente, à Presidência da República, encontram-se dessa forma ante uma opinião pública mais esclarecida, o que não pode deixar de exercer forte influência sobre eles. O movimento patriótico de defesa do petróleo

brasileiro, por exemplo, é tão poderoso que todos os candidatos à Presidência da República, mesmo um conhecido entreguista como o sr. Juarez Távora, são obrigados a se proclamar defensores da Petrobrás.

Apesar de tôdas as arbitrariedades do atual governo contra o movimento operário e sindical, a classe operária com os comunistas à frente, tem conseguido defender com êxito seus direitos e suas conquistas. Agrava-se, no entanto, dia a dia, a situação econômico-financeira do Brasil e aumenta a miséria das grandes massas trabalhadoras, sobre cujos ombros a minoria reacionária que governa o país quer descarregar o pêso de sua política de preparação para a guerra e de crescente colonização do Brasil pelos monopólios norte-americanos. A carestia de vida atinge níveis jamais conhecidos e, o que é pior, acelera-se semana a semana o ritmo do encarecimento de todos os produtos indispensáveis à subsistência das grandes massas populares. Assim é que no Distrito Federal, por exemplo, nos primeiros cinco meses do corrente ano, o índice médio do custo de vida já aumentou de 21,1%, quando o mesmo aumento foi de 21% nos doze meses de 1954 e de 12,1% durante todo o ano de 1953. Estes números desmascaram a política financeira do sr. Whitaker — ministro do sr. Jânio Quadros no governo do sr. Café Filho — que se orienta no sentido da desvalorização oficial do cruzeiro, segundo os interesses dos monopólios norte-americanos, desvalorização que significará nova e espetacular alta no custo de vida. A classe operária, porém, não se deixará matar à fome e saberá lutar contra a miséria e a exploração crescentes, de forma organizada e cada vez mais unida. No Distrito Federal, 600 mil trabalhadores já estão empenhados na campanha por aumentos de salários. O mesmo acontece em São Paulo, no Rio Grande do Sul e noutros pontos do país. Por sua vez, tanto o movimento grevista dos mineiros de Nova Lima, em maio último, como a recente greve no pôrto de Santos, revelaram a combatividade da classe operária, que não se amedronta com os arreganhos da reação, enfrenta com serenidade a brutalidade da reação policial, exige dos patrões e do governo a satisfação de suas reivindicações, o direito de viver e alimentar seus filhos.

As forças democráticas e patrióticas continuam, no entanto, dispersas e fracamente organizadas. Alguns partidos políticos, com influência nas massas trabalhadoras, como o P.T.B., apesar de existirem tôdas as condições para a vitória, preferiram renunciar a apoiar um



candidato popular saído de suas fileiras e em torno do qual pudessem agrupar-se amplos setores da população desejosos de mudanças na situação do país e em sua política externa. Esse fato não pode deixar de servir de ensinamento às massas trabalhistas. Mas, de outro lado, a minoria reacionária que desejava impor ao país um candidato único e isolar, assim, a parcela mais consciente do proletariado, minoria que queria e quer impedir uma campanha eleitoral de massas e garantir a continuação no poder da mesma gente que dêle se apoderou por meio do golpe militar de 24 de agosto, não conseguiu seus objetivos, foi desmascarada e sofreu derrotas. Depois de mil manobras, foi obrigada a retirar por inviável a candidatura do policial Etelvino Lins e trata agora de se recompor em torno do nome do sr. Juarez Távora, o general golpista que procura enganar as massas com uma pretensa "revolução pelo voto" e que pela voz do demagogo Jânio Quadros utiliza a campanha eleitoral para pregar, em nome da "moralidade dos costumes políticos", a necessidade da ditadura militar fascista. Na verdade, torna-se cada dia mais difícil à minoria reacionária em que se apóia o governo de 24 de Agosto impor ao país a política ditada pelos monopólios norte-americanos. Seus porta-vozes mais categorizados já pregam por isto abertamente, inclusive na Câmara dos Deputados, a necessidade do golpe de Estado ou militar, que acabe com os restos de liberdades democráticas, impeça a participação das massas na campanha eleitoral e assegure, de qualquer forma, a perpetuidade no poder da camarilha que o assaltou em 24 de agosto.

Esta a mais séria ameaça da hora que atravessamos. Sem dúvida, a ameaça de golpe militar vem sendo amplamente utilizada pelo grupelho de generais fascistas e demais agentes do imperialismo norte-americano com o objetivo de dificultar a unificação das forças democráticas e patrióticas, intimidar certas forças políticas e obter assim novas posições reacionárias e entreguistas. A chantagem e as ameaças golpistas não conseguiram, porém, impedir a ação das forças democráticas e progressistas, e a minoria reacionária que assaltou o poder a 24 de Agosto não conseguiu até agora transformar em realidade seus planos sinistros, que visavam a completa liquidação das liberdades democráticas, o esmagamento do movimento operário e patriótico, a entrega do petróleo brasileiro à Standard Oil, a entrega total do país aos monopólios dos Estados Unidos. Sem exagerar a força do grupelho fascista que constitui uma minoria inclusive nas fileiras

das forças armadas, onde são numerosos os patriotas e democratas, devemos ter presente que o perigo de golpe de Estado, que visa a implantação no país de uma ditadura militar fascista a serviço dos monopólios norte-americanos, existe e constitui séria ameaça aos interesses do povo e ao futuro da nação.

Os imperialistas norte-americanos, à medida que são batidos no cenário internacional pelas crescentes forças da paz à cuja frente se encontra a União Soviética, procuram consolidar suas posições nos países que dominam e, muito especialmente, no Continente americano. A exemplo do que já conseguiram em quase todos os países da América Latina, exigem também no Brasil uma ditadura militar fascista que golpeie duramente, caso não possa esmagar, o movimento operário e patriótico, que facilite a total colonização do país, intensifique sua preparação para a guerra e a exploração do povo brasileiro.

No preparo do golpe militar, os políticos e demagogos a serviço do imperialismo norte-americano manejam com as mesmas armas utilizadas em toda parte pela reação fascista. Procuram utilizar o descontentamento das massas, a descrença mais ou menos generalizada no sufrágio popular, no Parlamento e nos políticos das classes dominantes, para pregar a necessidade de medidas extra-legais e do golpe "salvador". A sistemática desmoralização das eleições, a gritaria contra a corrupção administrativa e outras bandeiras semelhantes são amplamente agitadas com o objetivo de arrastar as massas populares elevá-las a apoiar um pretense "golpe moralizador" que as esmagaria e implantaria no país a ditadura militar fascista à serviço dos monopólios norte-americanos.

O golpe em preparação aberta é um golpe tipicamente americano, nova e desesperada tentativa no sentido da colonização total do Brasil e da completa escravização de nosso povo. Visa implantar no país uma ditadura militar fascista que acabe com os últimos vestígios de liberdade, que em nome de uma pretensa reforma da Constituição elimine os direitos e conquistas dos trabalhadores, assim como os obstáculos constitucionais que dificultam a entrega de todas as riquezas nacionais aos monopólios ianques. Esta a grave ameaça que paira sobre a nação. Contra ela podem, no entanto, ser mobilizadas e unidas as mais amplas forças populares e democráticas, desde que sejam devidamente alertadas e esclarecidas sobre os sinistros objetivos dos golpistas e sobre as verdadeiras características do golpe de Estado ou militar que preparam.

Contra essa política de crescente capitulação aos imperialistas norte-americanos pronunciam-se setores importantes das próprias classes dominantes. Entre êstes setores, são cada vez mais numerosas as forças que, embora reacionárias, manifestam certo descontentamento com a política de dar tudo aos imperialistas norte-americanos e nada ou muito pouco deles receber. Interessados em negociar com os Estados Unidos, com a Europa Ocidental e com a Ásia, buscam ao mesmo tempo fazer negócios com os países do campo democrático e socialista. São forças que, por estas e outras circunstâncias, também se opõem ao golpe reacionário e a uma ditadura militar fascista, o que não pode ser de maneira alguma desconhecido nem menosprezado pelas forças democráticas e patrióticas, em sua luta contra os golpistas a serviço dos monopólios norte-americanos.

No quadro da situação nacional, a eleição do sr. Juarez Távora à Presidência da República representa também um sério perigo. Com tal candidatura visam as forças que se apoderaram do Poder com o golpe de 24 de agosto colocar na Presidência da República um conhecido serviçal dos imperialistas dos Estados Unidos, que sempre se proclamou partidário da entrega do petróleo brasileiro à Standard Oil e que jamais escondeu seu ódio ao povo e suas intenções ditatoriais. Apoiam-no por isto os setores mais reacionários da U.D.N. e o demagogo Jânio Quadros que constituem, no momento, os principais esteios políticos da ditadura americana de Café Filho e os mais ardorosos propagandistas do golpe militar fascista. Através da candidatura do sr. Távora querem os golpistas criar novos pretextos que facilitem a implantação no país da ditadura terrorista, quaisquer que sejam os resultados nas urnas de 3 de outubro.

Diante do povo brasileiro se colocam, assim, duas importantes tarefas imediatas, que se completam: isolar e derrotar as forças do golpe militar fascista e impedir a eleição do candidato golpista e entreguista.

As massas devem ser amplamente esclarecidas para que não se deixem ludibriar pelos seus piores inimigos. Mais do que nunca é êste o momento de levarmos ao conhecimento das grandes massas populares descrentes do atual regime, ansiosas por mudanças na situação do país, indignadas com a ineficiência dos governantes e parlamentares e com as negociações de toda espécie, o programa de nosso Partido (**Aplausos**). Nele está indicado o único caminho justo e viável para libertar o Brasil do jugo imperialista e construir uma

vida melhor: derrubar o governo de latifundiários e grandes capitalistas, ligados ao imperialismo norte-americano e criar um governo democrático de libertação nacional. Este o objetivo fundamental que perseguimos. E a marcha dos acontecimentos só faz confirmar a justeza da solução que indicamos. Para sair da situação de miséria e opressão em que se encontra, para acabar com as negociações e a corrupção, com a vergonhosa subordinação do Brasil aos interesses norte-americanos, para dar maior e mais eficaz contribuição à luta em defesa da paz, é necessário que o povo se organize em ampla frente democrática de libertação nacional, sob a direção da classe operária, e avance pelo caminho da verdadeira luta revolucionária. Para isso é indispensável lutar em defesa das liberdades democráticas e das conquistas dos trabalhadores, não permitir de forma alguma o retrocesso que seria uma ditadura militar fascista a serviço dos monopólios norte-americanos. É indispensável e urgente mostrar ao povo que não é com golpes militares, com a supressão das liberdades democráticas, com a implantação de uma ditadura militar fascista que serão minorados seus sofrimentos. Sem a salvaguarda das liberdades democráticas é mais difícil a luta contra a miséria, em defesa da paz e da soberania nacional. Por isso, o essencial agora para o povo brasileiro é defender as liberdades e os direitos democráticos inscritos na Constituição, lutar contra o golpe militar fascista, exigir a realização de eleições livres.

Nestas condições, foi útil e deu certos resultados positivos a palavra de ordem de luta por um candidato popular, independente, lançada pelo nosso Partido na última reunião do Comitê Central. Mas, sua plena realização não dependia somente dos comunistas. Diante disso, devemos retirar essa palavra-de-ordem, para evitar que nosso Partido seja impedido de participar ativa e amplamente da campanha eleitoral e fique isolado, sem jogar o importante papel político que lhe corresponde e para o qual existem todas as possibilidades.

Para definir a posição dos comunistas diante da sucessão presidencial é agora indispensável examinar com realismo a atual distribuição das forças políticas e tomar com decisão o caminho que melhor consulte aos interesses do povo e que melhor permita prosseguir utilizando a campanha eleitoral para avançarmos no sentido da unificação das forças democráticas e patrióticas. O essencial agora é unir todas as forças, grupos, correntes e partidos políticos que



lutem contra o golpe de Estado, pela salvaguarda das liberdades democráticas e da Constituição, pela realização de eleições livres. Nesta base, é possível ampliar consideravelmente a luta democrática, dar maior consistência à unidade dos trabalhadores, particularmente de comunistas e getulistas, tornar ainda maior o isolamento da minoria reacionária partidária do golpe americano e da ditadura militar fascista.

As candidaturas em torno das quais podem agora agrupar-se importantes forças contrárias ao golpe militar fascista são, nas atuais condições, as dos srs. Kubitschek e Goulart. (**Aplausos.**) Estas candidaturas já contam com o apoio de uma boa parcela dos trabalhadores getulistas que, com os comunistas, tem participado de importantes lutas patrióticas e democráticas. Em torno delas, por terem os os srs. Kubitschek e Goulart resistido às constantes ameaças dos generais golpistas, tendem a reunir-se as mais amplas forças democráticas e patrióticas que não se deixam intimidar com os arreganhos reacionários dos que queriam impor à nação um candidato único e querem impedir uma livre campanha eleitoral. São candidaturas que não têm uma origem popular e que foram apresentadas e são sustentadas por forças, bem conhecidas do povo, que não são nem democráticas nem antiimperialistas. Nada impede, no entanto, que em torno de tais candidaturas possa ser organizada uma ampla campanha eleitoral de esclarecimento político de vastas camadas da população brasileira e cuja vitória nas urnas de 3 de outubro significará a derrota das forças partidárias do golpe e da ditadura militar fascista. Estes são fatores capazes de determinar, sob certas condições, o início de mudança na correlação de forças favoráveis à democracia e ao progresso do Brasil.

Este o caminho que permitirá um maior estreitamento de nossas ligações com a parcela das massas trabalhadoras sob a influência do P. T. B. Este o caminho duma considerável ampliação da luta democrática que facilitará as relações de nosso Partido com novas camadas e setores da população. Este o caminho que assegurará a derrota do candidato da minoria favorável ao golpe e à ditadura militar fascista e que ajudará a desmascarar o verdadeiro sentido diversionista e reacionário da candidatura do sr. Ademar de Barros, candidatura que é estimulada pelos círculos ligados ao Catete e aos golpistas com o objetivo de facilitar a vitória do sr. Távora nas urnas. Este o caminho que permitirá organizar a mais poderosa força capaz de

se opôr às tentativas liberticidas dos generais golpistas e de enfrentar com êxito qualquer golpe de Estado ou militar que porventura seja desfechado.

O essencial no momento é concentrar o fogo na minoria golpista, impor a realização de eleições, nos termos da Constituição, e derrotar nas urnas, de maneira esmagadora a candidatura do sr. Juarez Távora que representa as forças do golpe americano de 24 de agosto. Em tôrno das candidaturas dos srs. Kubitschek e Goulart, que através de pronunciamentos públicos já se declararam dispostos a lutar contra o golpe, em defesa da Constituição e das liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida do povo, podem-se unir as mais poderosas forças antigolpe, desde operários e camponeses até grandes capitalistas e fazendeiros interessados na preservação da Constituição. **(Aplausos.)** Tais forças unidas poderão impor a realização de eleições livres e garantir a vitória de seus candidatos nas urnas. E essa vitória dará novo impulso às forças democráticas e patrióticas que constituirão, mais do que quaisquer promessas dos candidatos, a força política que obrigará o futuro govêrno a respeitar e fazer respeitar as liberdades democráticas e a tomar medidas concretas e imediatas no sentido da melhoria das condições de vida do povo.

Diante disso, seria um êrro qualquer vacilação. Apoiamos as candidaturas dos srs. Kubitschek e Goulart dispostos a lutar pela sua vitória nas urnas de 3 de outubro. Isto exige, antes e acima de tudo, que saibamos reforçar e ampliar as organizações de massa. O sucesso da campanha eleitoral dependerá fundamentalmente de nossa atuação junto às grandes massas, que devemos saber esclarecer diante dos perigos que as ameaçam, para que não se deixem enganar pelas mentiras dos demagogos nem intimidar pelas ameaças reacionárias. Precisamos, no entanto, compreender que êsse esforço esclarecedor está na íntima dependência de nossa habilidade no sentido de levantar com justeza as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores em cada empresa, em cada bairro operário ou concentração camponesa, entre os funcionários públicos, os professores e intelectuais, entre as donas de casa, entre os estudantes e a juventude operária e camponesa. Devemos saber formular em cada caso a justa plataforma de reivindicações em tôrno da qual seja possível organizar efetivamente as massas. É ligando a luta organizada pelas reivindicações imediatas e mais sensíveis com a luta pelas liberdades

democráticas e contra o golpe militar fascista que conseguiremos levar grandes massas à campanha eleitoral e convencê-las da necessidade de votar nos candidatos que indicamos e apoiamos.

Participando da campanha eleitoral, os comunistas devem intensificar ainda mais a luta em defesa da paz, das liberdades e da independência nacional, tudo devem fazer para elevar a um nível mais alto a luta patriótica em defesa do petróleo brasileiro e demais riquezas nacionais, contra a carestia de vida e pela melhoria das condições de vida do povo. Junto aos trabalhadores agrícolas e camponeses devemos lutar por uma reforma agrária democrática e por medidas práticas imediatas contra a crescente exploração e miséria reinante entre as massas do campo. Como força política independente, participando da campanha eleitoral, ergamos bem alto a bandeira de nosso Partido, difundindo e popularizando entre as grandes massas seu Programa de salvação nacional.

Simultaneamente, devemos na campanha eleitoral saber encontrar, em cada caso concreto, a melhor forma de entendimento com as demais correntes, grupos e partidos políticos hoje reunidos em torno das candidaturas dos srs. Kubitschek e Goulart. No âmbito municipal, êsses entendimentos poderão levar a acordos com quaisquer partidos, inclusive o P.S.D., visando sempre um melhor desenvolvimento da campanha eleitoral. Com o P.T.B., o P.T.N. e o P.R.T. poderemos chegar a entendimentos mais estreitos para a unidade de ação e para acordos políticos em âmbito municipal, estadual e mesmo nacional.

Ao M.N.P.T., devem os comunistas e tôdas as organizações do Partido dedicar carinhosa atenção e dar seu integral apoio. Dentro do M.N.P.T., os comunistas tudo farão para que esta organização participe da campanha eleitoral como força independente, que apoiando os candidatos antigolpe lute simultaneamente pelas reivindicações de seu programa de unidade, onde estão incluídas as exigências a que são sensíveis no momento atual as grandes massas trabalhadoras e populares. Esse amplo movimento de frente única, que ganha rapidamente o país inteiro, na medida em que firmar suas raízes nas fábricas e nos bairros operários e nas grandes massas do campo, passará a constituir um elemento novo e da maior importância na vida política do país.

No que diz respeito às eleições estaduais e municipais a realizar-se também no dia 3 de outubro, a vitória eleitoral de 22 de

maio na capital de São Paulo confirmou o acêrto da orientação traçada pelo Comitê Central em sua última reunião. É certo que a nova posição política que agora tomamos diante do pleito pela sucessão presidencial terá reflexos na disposição das diversas correntes e partidos políticos dentro de cada Estado ou município e isto deverá ser levado em conta pelas respectivas organizações de nosso Partido. Em cada caso, devemos, no entanto, saber partir, antes e acima de tudo, dos interesses das próprias massas no município, na cidade ou no Estado, para em tôrno de uma plataforma comum unir as mais amplas forças democráticas e patrióticas. Porque marchamos com o P.S.D. ou contra a U.D.N. em âmbito nacional, não significa isto que não possamos marchar contra o P.S.D. ou de acôrdo com a U.D.N. num ou noutro Estado ou município. Os Comitês Regionais e demais organismos do Partido devem saber aplicar com acêrto de acôrdo com as condições concretas, a linha política do Partido traçada pelo IV Congresso e a tática eleitoral traçada pelo Comitê Central.

Nosso Partido participa ativamente da batalha eleitoral convencido de que esta, no momento, é a melhor maneira de combinar a atividade ilegal do Partido com a atividade legal de massas, de estreitar suas ligações com as massas, de unir e organizar a todos os patriotas. A atividade política das massas durante a campanha eleitoral será um fator importante que muito facilitará a ação de massas pronta e vigorosa contra qualquer ameaça ou tentativa de golpe militar fascista na medida em que forem esclarecidas e organizadas, mais facilmente se levantarão as massas contra os golpistas, a fim de defender suas conquistas e seus direitos. Quanto mais estreitas e vivas forem nossas ligações com as massas tanto mais facilmente, na emergência de um golpe de Estado ou militar, conseguiremos levá-las à rua para que lutem e elejam na própria ação seus organismos de frente-única, saídos do seio das próprias massas, capazes de dirigir e armar o povo, de tomar medidas a favor do povo, de iniciar a criação de um novo poder do povo contra o dos generais golpistas. O essencial, enfim, será esclerecer politicamente as massas, levá-las à luta, uni-las e organizá-las e saber utilizar as formas de luta necessárias sem qualquer vacilação.

\* \* \*

## CAMARADAS:

**D**EFINIDA a posição de nosso Partido no pleito pela sucessão presidencial, escolhidos os candidatos, cabe-nos agora o dever de realizar uma campanha eleitoral de massas que esclareça politicamente a milhões de brasileiros e leve-os às urnas de 3 de outubro. Como comunistas, lançamo-nos à luta para vencer. Mas a vitória não cai do céu, nem será alcançada se ficarmos de braços cruzados, se não pusermos em tensão tôdas as nossas fôrças, a capacidade de trabalho e tôda a abnegação de que são capazes os militantes de nosso Partido.

O inimigo trabalha e trabalha ativamente. Tudo é utilizado pelos demagogos e pela imprensa reacionária para desviar o povo do caminho da luta por seus interesses, para incutir nas massas a descrença em suas próprias fôrças. A abstenção de mais de 50% no último pleito municipal na capital de São Paulo revela o quanto é ainda grande o contingente da população, mesmo num centro industrial tão importante como São Paulo, não atingido pela ação esclarecedora de nosso Partido. Não conseguimos convencer a uma boa parcela da população, inclusive da classe operária, que a eleição dos candidatos populares Lino e Piza determinaria uma mudança política favorável aos trabalhadores e que facilitaria a luta vitoriosa pelas suas reivindicações mais sentidas. Se assim foi no pleito de 22 de maio na capital paulista, maiores ainda serão agora os obstáculos que precisaremos vencer para ajudar a assegurar a vitória dos srs. Kubitschek e Goulart no pleito de 3 de outubro. Para tanto precisaremos esclarecer e despertar a milhões de brasileiros, levar ao conhecimento das massas descontentes e desiludidas a solução que apresentamos com o nosso programa de salvação nacional, convencê-las de que para avançar no sentido de tal solução é indispensável agora lutar contra o golpe militar fascista, pela salvaguarda das liberdades democráticas, por eleições livres, enfim, pelas reivindicações políticas e econômicas mais sentidas das grandes massas de nosso povo, é indispensável votar contra o general golpista Juarez Távora, votando em Juscelino e Goulart.

Nossa primeira e principal tarefa consiste, pois, em ganhar a todo o Partido para realizar uma grande campanha eleitoral de massas. É indispensável que todos os membros do Partido com-



preendam a importância política da campanha pela sucessão presidencial. É nas fileiras do Partido que devemos fazer uma luta sistemática contra o abstencionismo eleitoral, que traduz sectarismo e atraso político e que se manifesta sob as mais variadas formas. É indispensável mostrar como estão equivocados os militantes que, por se manterem desligados das massas, afirmam que estas não querem saber de eleições nem se interessam pelos resultados do pleito de 3 de outubro. No pleito de 22 de maio em São Paulo, os debates nas portas de fábricas, quando se sabia ligar a campanha eleitoral às reivindicações dos trabalhadores, revelaram a muitos comunistas o quanto a massa se interessa pela vida política e deseja ser esclarecida para saber em quem votar. Foi nessas palestras de portas de fábricas que muitos militantes do Partido começaram a compreender que se deviam voltar para o trabalho político entre as grandes massas. "Nunca tivemos na Zona — informa um dirigente da capital paulista — tantas possibilidades e nunca falamos tantas vezes às massas nas portas das empresas como agora; nunca, de certo período para cá, se falou tanto e foi tão aceito o nome do nosso Partido". Através da campanha eleitoral podemos, pois, realizar uma justa e frutífera combinação de nosso trabalho ilegal com o trabalho legal de massas, estreitar mais e mais as ligações das organizações do Partido com as massas, combater a atitude errônea daqueles camaradas que não confiam nas massas e que insistem em manter o Partido recuado, voltado exclusivamente para si mesmo e sem uma atuação política cotidiana junto às massas.

É evidente, no entanto, que não poderemos ganhar o Partido para a campanha eleitoral sem o estudo, debate e assimilação, em todas as suas organizações, dos principais documentos de sua direção. Não soubemos organizar, como era necessário, a descida e o controle da discussão e a assimilação por todo o Partido do informe sobre "As eleições de 1955 e as tarefas de nosso Partido". O Partido em seu conjunto não foi, assim, devidamente armado para entrar com maior vigor na batalha eleitoral. Não conseguiu realizar a mobilização de massas capaz de ter força bastante para exigir a apresentação de um candidato popular, não conseguiu convencer aos trabalhadores getulistas de exercer pressão sobre os dirigentes do P.T.B., visando modificar a decisão tomada em sua Convenção Nacional. Muito pouco avançamos no terreno do alistamento eleitoral, na criação de postos de alistamento, na organização de comitês

de frente-única eleitoral. O Partido em seu conjunto ainda não soube utilizar a campanha eleitoral, mesmo na capital de São Paulo onde o pleito de 22 de maio tanto facilitou sua atividade legal, para intensificar seu trabalho em tôdas as frentes de massa. Ainda não estamos dedicando a máxima atenção ao trabalho em todos os sindicatos e ao trabalho sindical nas emprêsas, através das Organizações de Base e como nosso primórdial dever revolucionário. Não fomos capazes de mobilizar milhares de operários a fim de dar maior vulto às manifestações dos sindicatos em defesa dos direitos sindicais e contra as arbitrariedades do Ministro do Trabalho. Tampouco conseguimos levar grandes massas populares a formarem milhares de núcleos da Liga de Emancipação Nacional e a participarem ativamente de seus patrióticos movimentos. Apesar da grande aceitação que vem tendo a campanha por uma reforma agrária democrática lançada pela U.L.T.A.B., a verdade é que a nossa ajuda não tem sido na medida da importância dessa grande iniciativa, particularmente em se tratando dos organismos do Partido do interior dos Estados. Mesmo a campanha de dez milhões de assinaturas em apoio ao Apêlo de Viena pouco avançou nos últimos meses, o que exige novas e mais sérias medidas de nossa parte em ajuda ao Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz.

O êxito na campanha eleitoral será medido, antes de tudo, pelo número de votos que conseguirmos nas urnas. E êstes não serão conseguidos senão na medida em que formos capazes de entrar em contato com massas de milhões, de despertar seu interesse pelo pleito, de persuadi-las e convencê-las da necessidade de votar nos candidatos que apresentamos e apoiamos. Neste sentido, tôdas as organizações do Partido precisam voltar-se decididamente para as massas, saber encontrar em cada emprêsa, em cada bairro ou povoado a justa maneira de conseguir que os agitadores comunistas se façam ouvir e possam entabolar debates com os trabalhadores. Isto exige de cada organização do Partido e de cada comunista um conhecimento tão exato quanto possível da situação das massas, de seus sentimentos e de suas reivindicações mais imediatas em cada localidade, bairro, fábrica, ou favela. É partindo das reivindicações, da necessidade de organizar a luta pelas reivindicações mais sensíveis e imediatas, que conseguiremos despertar mais facilmente as massas, uni-las, organizá-las e educá-las politicamente. Nada disso se conseguirá com a simples agitação em

tôrno dos nomes dos candidatos ou alimentando ilusões no que possam êstes fazer se eleitos. Nosso dever é incutir nas massas confiança em suas próprias fôrças, esclarecê-las, alertá-las, para que não se deixem enganar pelas promessas dos demagogos. A vitória nas urnas dos candidatos indicados e apoiados pelos comunistas facilitará a luta de todo o povo pelas liberdades contra a carestia da vida, em defesa da paz e da independência nacional. Os operários votarão nos candidatos indicados pelo Partido Comunista quando compreenderem que a vitória dos srs. Kubitschek e Goulart será a derrota dos generais golpistas e do govêrno de 24 de agôsto, que tal vitória significará o reforçamento de sua própria luta pelas liberdades democráticas e sindicais, contra a carestia de vida e por melhores salários.

Nossa agitação eleitoral é inseparável, portanto, de um sistemático esforço organizativo e educativo. As massas criam confiança em suas próprias fôrças na medida em que se unem e se organizam, na medida em que são esclarecidas politicamente e lutam organizadamente pelos seus interêsses. Em cada local de trabalho, em cada bairro ou povoado, cabe aos comunistas saber formular a justa plataforma de reivindicações em tôrno da qual se torne possível unir e organizar os trabalhadores, a fim de que assim organizados e esclarecidos participem da campanha eleitoral, lutem pelos seus direitos e por suas necessidades e levem seus votos aos candidatos indicados e apoiados pelo nosso Partido. A campanha eleitoral, facilitando a atividade legal junto às massas cria condições para um avanço considerável no sentido da organização de comitês de fábricas, de bairro, de fazenda, de povoado, etc. Se tais organizações forem criadas, não apenas em tôrno do nome de candidatos, mas fundamentalmente em tôrno de uma plataforma concreta de reivindicações locais não desaparecerão com a realização do pleito, mas desenvolver-se-ão e poderão vir a constituir outros tantos elementos formadores da frente democrática de libertação nacional.

A fim de estreitarmos nossas ligações com as massas, serão igualmente de utilidade os entendimentos com os organismos dirigentes dos diferentes partidos políticos que apoiam os mesmos candidatos que apoiamos, no âmbito nacional, estadual, mas principalmente no âmbito municipal e distrital. Devemos, neste sentido, tomar a iniciativa de formar comissões de entendimentos ou comitês

interpartidários, visando sempre a intensificação da campanha eleitoral e a ampliação de nossos contatos com as grandes massas populares. Isto exige dos militantes do Partido, a par da firmeza de princípios, a maior flexibilidade tática e uma justa compreensão da maneira de lidar com os aliados. Quer dizer, precisamos ter sempre presente que nosso Partido não abdica jamais do seu programa mas que sabe ser fiel aos acordos em torno de plataformas limitadas. Precisamos, enfim, aprender a manejar a tática de ampla frente-única, aprender a marchar e a lutar junto com todos que, não sendo comunistas nem simpatizantes, estão dispostos a dar um passo ao menos conosco na luta pelas liberdades, contra o golpe americano, pela independência nacional e pelas reivindicações mais sentidas das massas. Na frente-única, cabe sempre aos comunistas o importantíssimo papel de força de coesão, aglutinadora das mais diversas opiniões e das mais vastas camadas da população.

A campanha eleitoral só será, porém, êsse amplo e vigoroso movimento de massas na medida em que conseguirmos que as Organizações de Base do Partido desempenhem efetivamente seu papel de vanguarda junto às grandes massas de nosso povo. Foi na medida em que os camaradas da capital de São Paulo se esforçaram por ajudar as Organizações de Base, descentralizando o mais possível a atividade do Partido e realizando a campanha eleitoral através do trabalho organizado dos comunistas nas empresas e bairros, que tiveram êxito no pleito municipal de 22 de maio. Quando o trabalho partidário é realizado através da mobilização de grupos de ativistas atuando fora de suas Organizações de Base, por mais abnegados que êstes possam ser, não só não permite a intensificação da atividade do Partido nas diversas frentes de trabalho de massas, mas determina sua própria desorganização. Para que a campanha eleitoral tenha caráter de massas e seja realmente frutífera, para que a agitação política de massas capitalize seus frutos numa maior unidade e organização das forças populares e democráticas, necessitam ser realizadas através da atividade organizada da massa de militantes do Partido. Cabe, nestas condições, às Organizações de Base fazer esforços no sentido de desempenharem plenamente seu papel de vanguarda. Isto significa vencer o atraso, ainda muito generalizado, no sentido de estreitar mais suas ligações com as grandes massas, de desenvolver maior iniciativa, sem ficar à espera das tarefas vindas de cima, e no sentido, enfim de preo-

cupar-se mais com a mobilização de massas para o cumprimento de cada tarefa. Para tanto, é um dever de todo o Partido utilizar a oportunidade da campanha eleitoral a fim de ajudar com medidas concretas e eficientes as Organizações de Base para que estas atuem com êxito na direção política das massas. Em vez do velho e errôneo método de retirar os melhores ativistas das Organizações de Base e agrupá-los sob a direção imediata dos organismos superiores para assim realizar as tarefas da campanha eleitoral, devemos proceder de maneira diametralmente oposta, descentralizar a atividade do Partido enviando o maior número possível de dirigentes distritais, de Zona e regionais às Organizações de Base, deslocando efetivamente para estas o centro de gravidade de tôda a atividade do Partido. A campanha eleitoral deve, assim, ajudar-nos a iniciar de maneira concreta a mudança necessária em todo o Partido na compreensão do verdadeiro papel das Organizações de Base, laço de união, como dizem os Estatutos, dos organismos dirigentes do Partido com a classe operária e as massas trabalhadoras e populares.

Com nossa participação ativa na campanha eleitoral devemos ter em mira o reforçamento do trabalho do Partido em tôdas as frentes. Será esta a melhor oportunidade para ajudarmos o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz a dar um novo e vigoroso impulso à campanha de assinaturas em apoio do Apêlo de Viena. Nossa atividade eleitoral junto às massas criará novas condições para maior ampliação da luta patriótica em defesa do petróleo brasileiro e demais riquezas naturais do país, facilitará a criação de novos núcleos da Liga de Emancipação Nacional, em apoio de cuja atuação patriótica muito ainda precisamos fazer para mobilizar as grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo. Tôdas as organizações do Partido devem compreender a enorme importância do surgimento do Movimento Nacional Popular Trabalhista, como nova forma de organização política das mais amplas massas trabalhadoras, que devemos apoiar com tôdas as nossas forças, tomando a iniciativa de criar o maior número possível de núcleos de base do M.N.P.T. nas fábricas e fazendas, nos bairros e povoados. Ao mesmo tempo, é necessário criar entre as massas componentes milhares de organizações locais da U.L.T.A.B. Para o êxito da campanha eleitoral é indispensável saber atrair a colaboração ativa das mulheres e dos jovens e organizar por tôdas as formas as massas femininas e juvenis. A experiência de tôdas as campanhas



de massas de nosso Partido ensina que a contribuição das mulheres e dos jovens constitui fator indispensável de êxito, elevando principalmente a vivacidade e o entusiasmo da campanha. Devemos, pois, saber utilizar a campanha eleitoral para reforçar todo o nosso trabalho entre as grandes massas e para ampliar a luta democrática e todos os movimentos de frente-única. Nêsse amplo trabalho de frente-única é necessário corrigir, sem perda de tempo, a tendência, ainda muito generalizada, de ficar à espera de orientações do Comitê Central e de iniciativas de caráter nacional, sem se tomar iniciativas unitárias de âmbito estadual, municipal, distrital ou local. Isto é um êrro que causa sérios prejuízos. Traduz falta de iniciativa e incompreensão da tática do Partido, além de pouco domínio no trabalho de aplicação do Programa do Partido ou incapacidade de aplicá-lo às condições concretas e específicas de cada lugar. É sabido que a verdadeira frente-única se realiza com as massas no local e para as ações de massas. São os progressos na frente-única pela base que facilitam e abrem caminho para os entendimentos em âmbito nacional de nosso Partido com as demais correntes políticas e para o surgimento de novos e mais amplos movimentos formadores da frente democrática de libertação nacional.

Precisamos, pois, em cada organização do Partido fazer esforços no sentido de elevar o nível de compreensão das massas à altura do Programa do Partido, empenhando-nos firmemente na luta pelas reivindicações mais sentidas em cada empresa, em cada bairro ou localidade. É esta a justa maneira de lutarmos pela aplicação do Programa do Partido de acôrdo com as condições concretas específicas de cada região, município, localidade ou local de trabalho, maneira acertada de fazer com que as massas, pela própria experiência, avancem no sentido da compreensão da justeza do Programa do Partido e mais rapidamente se incorporem à frente democrática de libertação nacional.

A campanha eleitoral deverá, portanto contribuir para o reforçamento de todo o Partido. Exigirá que dediquemos maior atenção à nossa agitação política de massas, a qual deve dar resposta justa e concreta aos problemas levantados pelas próprias massas, deve desmascarar os demagogos e os agentes do governo e dos monopólios norte-americanos. A campanha eleitoral facilitará o recrutamento organizado de milhares de novos membros para o Partido e a criação de novas Organizações de Base. Exigindo de todos os militantes que

aprendam a lidar, lado a lado, com os aliados e a manejar com acêrto a frente-única, a campanha eleitoral deverá ser utilizada para reforçarmos ainda mais a luta em nossas fileiras contra tôdas as manifestações do sectarismo e do reboquismo e pela elevação do nível político e ideológico de todo o Partido. Ajudará, enfim, a avançarmos no sentido de uma melhor assimiliação do Programa do Partido — única solução justa para os problemas de nosso povo e de nossa pátria.

\* \* \*

### CAMARADAS:

**N**OS QUATRO meses decorridos após a última reunião do C.C. de nosso Partido foram importantes as modificações havidas na situação internacional em sentido sempre favorável às fôrças da paz e à coexistência pacífica. Como afirmou o camarada Khrustchev: "A Conferência de Genebra tem um alcance histórico e obteve resultados positivos, lançando as bases da confiança entre Estados e regimes diferentes que desejam a coexistência pacífica. Esses resultados serão ampliados, nós o esperamos firmemente." (**Prolongados aplausos.**) Graças, assim, à firme política leninista de paz do governo soviético e ao grandioso e crescente movimento mundial em defesa da paz, conseguiram os povos do mundo inteiro, com a realização da Conferência de Genebra, derrotar mais uma vez os incendiários de guerra e os partidários da guerra atômica e obter uma nova e considerável diminuição da tensão internacional.

O reflexo dessa modificação da situação internacional já se faz sentir em nosso país, onde se ampliam as fôrças da paz e surgem novas possibilidades de êxito para a luta de nosso povo contra a política de preparação para a guerra do governo do sr. Café Filho, pelo estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com todos os povos, em particular com a União Soviética e a China Popular. (**Prolongados aplausos.**) Simultaneamente, aumenta, no entanto, a pressão colonizadora do imperialismo norte-americano cujos interesses se identificam com os da minoria de latifundiários e grandes capitalistas que dominam o país. Através de seus porta-vozes, que inclusive no Parlamento pregam a necessidade de um governo de fôrça e de golpes de Estado ou militares, confessam os latifundiários e grandes capitalistas serviçais do imperialismo norte-americano que

já não podem mais governar pelos processos antigos. O desenrolar da situação nacional é no sentido do aumento crescente do descontentamento popular e do desejo de mudanças na política brasileira, é no sentido do aprofundamento da luta de classes em todo o país, o que torna evidente que marchamos para combates decisivos. Na medida em que as grandes massas de nosso povo forem sendo ganhas para o Programa de salvação nacional apresentado pelos comunistas e se dispuserem a lutar contra a miséria e a exploração crescente, serão criadas as condições necessárias para a derrocada do atual regime e sua substituição pelo regime democrático popular.

Lancemo-nos pois, com ardor à campanha eleitoral, lutemos com decisão e entusiasmo pela vitória de nossos candidatos, convencidos de que existem tôdas as condições para o surgimento de uma nova correlação de fôrças no cenário político brasileiro, convencidos de que estamos dando consideráveis passos à frente no sentido do esclarecimento político de grandes massas e da organização da frente democrática de libertação nacional.

É na ação de massas e através da unidade das massas, camaradas, que forjaremos os instrumentos da vitória de nossa causa, que é a causa de nosso povo! **(Calorosos e prolongados aplausos. Todos de pé ovacionam calorosamente o nome de Prestes.)**



## RESOLUÇÃO SÔBRE O INFORME DE PRESTES

○ COMITÊ CENTRAL do Partido Comunista do Brasil, reunido em Pleno Ampliado, após discutir, resolveu aprovar por unanimidade o Informe apresentado pelo Secretário Geral do Partido, camarada Luiz Carlos Prestes, sôbre «A posição do Partido na sucessão presidencial e nossas tarefas atuais».

○ COMITÊ CENTRAL do Partido Comunista do Brasil, ao alertar a Nação para o perigo do golpe de Estado ou militar, considera de decisiva importância a criação de poderosa coalizão de forças políticas, visando a isolar e derrotar os golpistas e a impedir que seja eleito a 3 de outubro o candidato reacionário e entreguista sr. Juarez Távora.

○ COMITÊ CENTRAL do Partido Comunista do Brasil decide indicar ao eleitorado brasileiro os nomes dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República. Em tôrno dessas candidaturas podem agrupar-se as amplas forças que se opõem ao golpe e defendem a Constituição, as liberdades democráticas e a realização de eleições a 3 de outubro.

**T**ODOS OS COMUNISTAS devem envidar esforços e empenhar-se com o maior entusiasmo na mobilização de grandes massas para assegurar nas urnas a vitória esmagadora dos candidatos indicados pelo Partido.

○ COMITÊ CENTRAL chama a todos os militantes e organizações do Partido a fazer a máxima divulgação do Manifesto Eleitoral do Partido Comunista do Brasil, assim como discutir e aplicar imediatamente o Informe do camarada Prestes, a fim de esclarecer as massas e organizá-las na luta pelas tarefas e objetivos nêles contidos.

Rio, Agôsto, 1955.

**O COMITÊ CENTRAL DO  
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**





# O DESENVOLVIMENTO DA LUTA PELA PAZ E O DEVER DOS COMUNISTAS

CARLOS MARIGHELLA

(Informe apresentado, em nome do Presídium do C.C., ao Pleno Ampliado do C.C., realizado nos dias 9, 10 e 11 de agosto de 1955)

CAMARADAS!

○ COMITÊ CENTRAL reúne-se para reexaminar a questão da luta pela paz, já discutida na última reunião do C.C., quando então foi aprovada uma resolução indicando medidas e tarefas, de cujo cumprimento devemos realizar o contrôle.

Voltamos, assim, a examinar a questão da luta em defesa da paz, porque se trata de uma questão importante que ainda não estamos enfrentando com a necessária responsabilidade. A campanha de assinaturas contra a guerra atômica avança com grande lentidão e a tarefa de coletar 10. milhões de assinaturas que o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz deve realizar, exige novas e mais enérgicas medidas. Ao apresentar êste informe, nós o fazemos invocando a última resolução do C.C., que decidiu que "todo o Partido se mobilize e tudo faça para assegurar a rápida vitória desta campanha".

I

INTENSIFICAR, AMPLIAR E DESENVOLVER  
A LUTA PELA PAZ

○ S últimos acontecimentos mundiais assinalam um alívio da tensão internacional. As desesperadas tentativas das forças agressivas não foram capazes de impedir a vitoriosa ofensiva de paz

do campo da democracia e do socialismo, encabeçado pela U.R.S.S. e a República Popular da China. As vitórias das forças da paz sucedem-se uma após outra. Elas são a afirmação de que a paz pode ser ganha pela opinião mundial. Graças a isto e à política de paz da União Soviética, foi possível tornar vitoriosa a realização da histórica Conferência dos Quatro Grandes, cujos resultados assinalam um novo marco na política tendente a estabelecer o apaziguamento nas relações internacionais, a fortalecer a confiança mútua entre os povos e a assegurar uma paz duradoura. Esta Conferência conduziu ao fortalecimento da paz e ao encaminhamento da solução pacífica de importantes problemas internacionais. Saudamos, por isso, com entusiasmo a Conferência dos Quatro Grandes.

A rápida e importante reviravolta que se deu no sentido do alívio da tensão internacional mostra a vontade de paz dos povos, o crescimento poderoso do movimento dos partidários da paz e a importância crescente da participação das mulheres e dos jovens na luta pela paz. Este avanço está evidente no êxito da Assembléia Mundial da Paz, uma das mais representativas manifestações da vontade de paz dos povos e um dos acontecimentos marcantes da vida internacional, destinado a influir em milhões de pessoas. Está evidente também no êxito do Congresso Mundial das Mães e do V Festival Mundial da Juventude, cuja contribuição em defesa da paz, da infância, da juventude e da amizade entre os povos é das mais significativas.

Os imensos êxitos da luta pela paz são um novo estímulo na atividade da classe operária e de todo o nosso povo contra a preparação de uma guerra atômica e pela vitória da coleta de assinaturas em torno do Apêlo de Viena. Não há um só partidário da paz que não se alegre com tais acontecimentos. São vitórias dos povos em sua luta pela paz. Foi a luta dos povos que forçou os imperialistas a aceitar os entendimentos para a solução pacífica dos problemas internacionais, tais como os da guerra da Coréia e do Viet-Nam.

Seria, no entanto, um grave erro concluir de tais acontecimentos que o perigo de guerra já foi definitivamente afastado. Os imperialistas e os incendiários de guerra recuam, mas não cessam de fazer intrigas e armar conflitos. Com a ajuda e sob a direção do governo dos Estados Unidos, o exército alemão continua sendo reorganizado. As decisões da NATO visando à preparação da guerra atômica continuam de pé. Formosa que ainda está ocupada pelas fôr-

cas norte-americanas é um foco de guerra perigoso. No Viet-Nam os dirigentes norte-americanos procuram sabotar as decisões de Genebra de abril de 1954, impedir a eleição prevista para 1956 e reanimar o foco da guerra indochinesa. Na América Latina, os imperialistas norte-americanos continuam intervindo na vida interna de todos os povos, impondo tratados militares e colocando a economia de seus povos como caudatária da economia de guerra dos Estados Unidos.

É necessário compreender, pois, que, se diminui a tensão internacional, não significa isto que todo perigo de guerra tenha sido afastado. É dever dos comunistas explicar isto e mostrar que, mais do que nunca, cabe às forças da paz manifestar sua força, intervir vigorosamente nos acontecimentos.

A única maneira de interpretar com acerto a diminuição da tensão internacional consiste em saber encontrar em acontecimentos como a Conferência de Genebra um novo e poderoso estímulo no sentido de elevar ainda mais a ação dos povos, a fim de fazer recuar cada vez mais os partidários da guerra.

No domínio da luta pela paz, como nos outros, não há nada definitivamente conquistado. Os êxitos alcançados pelos povos são e continuam sendo ameaçados pelos imperialistas. Basta lembrar o rearmamento alemão, decidido mesmo depois da derrota da CED. Travamos uma batalha que não pode ser interrompida, uma luta de todos os instantes. Quanto mais o adversário é acuado tanto maior se torna sua resistência, mais poderoso precisa ser o esforço das forças da paz. Como terminará esta luta? A resposta foi dada pelo grande Stálin, ao afirmar:

"A paz será conservada e consolidada se os povos tomarem em suas mãos a causa da manutenção da paz e a defenderem até o fim".

A luta pela paz não pode ser interrompida, ao contrário, ela deve ser reforçada e intensificada, única maneira de consolidar as vitórias alcançadas e permitir novos êxitos. Cada vitória conseguida, por menor que seja, constitui um passo à frente para o triunfo da causa da paz. Seja qual for o valor da iniciativa ou da ação empreendida, deve ser defendida contra a ação das influências opostas, contra as tentativas voluntárias ou não de orientá-la por caminhos diferentes, contra as calúnias, as mentiras dos imperialistas, que procuram sempre mascarar seus preparativos de guerra para tentar enganar os povos e freiar a ação das massas.

É preciso travar a batalha contra a subestimação das forças da paz, combater as concepções errôneas destinadas a intimidar os povos, entre as quais as concepções que apregoam a destruição total da humanidade pelas bombas atômicas.

As condições são favoráveis para a vitória da causa da paz. A vontade dos povos é tal que os imperialistas são obrigados a tomá-la em consideração. Se ela se amplia ainda mais, se seu poderio se manifesta com maior clareza ainda, fará recuar os fautores de uma guerra atômica, obrigá-los-á a negociar, a dar passos mais concretos do que os já alcançados em Genebra. Abrir-se-ão ante os povos perspectivas de paz, de progresso social, de liberdade. Para isso, cada povo deve manifestar claramente sua vontade de paz.

A medida que se intensifica a luta pela paz e que os êxitos são assegurados, aumentam as possibilidades de encontrar soluções positivas, cuja aplicação é de enorme significado para os povos.

O povo brasileiro, que sofre os efeitos da política de preparação de guerra, refletida na miséria que o aflige cada vez mais e na crescente opressão imperialista, é profundamente interessado na paz.

São imensos para o nosso povo os benefícios da luta pela paz. As recentes decisões tomadas na Conferência dos Quatro Grandes podem, assim, ajudar consideravelmente a ganhar as massas no Brasil para a luta em defesa da paz.

Questões como a limitação dos armamentos, a proibição das armas atômicas e a eliminação da ameaça de uma nova guerra interessam profundamente à classe operária e ao nosso povo. A aprovação, por exemplo, da proposta soviética de limitação dos armamentos, apresentada na Conferência dos Quatro Grandes, implicaria, no mínimo, em reduzir 100 mil homens nas Forças Armadas do Brasil, bem como em suprimir as enormes despesas com a compra de materiais de guerra aos Estados Unidos. Com isso se poderiam economizar verbas cujo montante daria para resolver, ainda que parcialmente, alguns dos mais angustiantes problemas do nosso povo, como o financiamento da casa popular, o pagamento das dívidas do governo aos Institutos e Caixas de Pensões e Aposentadorias, etc.

A luta pela paz significa também para o nosso povo a possibilidade do estreitamento das suas relações com todos os povos independentemente de quaisquer diferenças de regimes. Isto constituiria um grande passo no sentido da ampliação dos mercados, permitindo com o aumento das trocas comerciais uma rápida melhora econômica

para o país, sem falar dos benefícios advindos da intensificação do intercâmbio cultural.

Interessa, assim, grandemente ao povo brasileiro a aplicação dos princípios que presidiram à Assembléia Mundial da Paz, princípios definidos pelo Conselho Mundial da Paz como seguem:

1º) Os regimes diferentes no mundo podem coexistir pacificamente.

2º) As divergências entre as nações devem ser reguladas por meio de negociações e de acordos aceitáveis por todos.

3º) As divergências internas de cada país dizem respeito aos cidadãos do país exclusivamente, conforme os direitos dos povos de dispor de si mesmos.

Foi por isso que tão intensamente repercutiu entre o povo brasileiro a Conferência de Bandung, expressão das aspirações essenciais dos povos da Ásia e da África, reunidos em torno dos princípios vitoriosos da coexistência pacífica.

A afirmação de tais princípios colocou em evidência o respeito à soberania e à integridade territorial daquelas nações, o que fortaleceu a sua luta pela independência nacional.

É este um resultado altamente favorável da luta pela paz, resultado ilustrado de maneira tão categórica pelos exemplos da Índia, da Indonésia e da Birmânia, cujas posições na luta fecunda pela salvaguarda da paz mundial suscitam a admiração e o caloroso apoio do povo brasileiro. Na atitude desses povos irmãos surge uma nova perspectiva indicando novos caminhos para os povos que como o nosso lutam pela libertação nacional e contra o perigo de serem arrastados ao lado dos Estados Unidos numa nova conflagração mundial.

Os comunistas brasileiros devem saber interpretar os sentimentos pacíficos do nosso povo e lutar sem desfalecimentos para elevar a luta pela paz a um novo nível, contribuindo assim para que sejam encontradas as soluções positivas exigidas pelo avanço impetuoso das forças da paz em todo o mundo. Para isso o grande passo que devemos dar é esclarecer as grandes massas, ganhá-las para a luta em defesa da paz. E isto, no momento atual, só o conseguiremos através da campanha de assinaturas em apoio do Apêlo de Viena.



## II

## NOSSOS ÊXITOS E DEBILIDADES NA LUTA PELA PAZ

○ CENTRO de nossa atividade na luta pela paz é a campanha de 10 milhões de assinaturas contra a guerra atômica. Nesse terreno, são inúmeros os êxitos, que muito podem contribuir para tornar vitoriosa a campanha e ampliar a luta pela paz. Enorme é a acolhida que o Apêlo de Viena vem alcançando não só entre as massas como entre personalidades das mais variadas tendências. Êxito importante foi a criação da Comissão Nacional de Patrocínio da campanha. Jamais outro empreendimento conseguiu tantas adesões. Participam dessa Comissão de Patrocínio numerosas figuras, parlamentares, cientistas, escritores, artistas, líderes sindicais, dirigentes camponeses, etc. Igual amplitude têm as comissões de patrocínio de Estados como o Rio Grande do Sul e Bahia, e de cidades como Petrópolis e Juiz de Fora. Cabe também assinalar que o Apêlo de Viena vem contando com o apoio de grandes assembléias sindicais, de câmaras municipais, de membros de governos estaduais, de militares de elevada graduação. O fato de personalidades que jamais assinaram um documento em defesa da paz terem firmado o Apêlo de Viena contra as armas atômicas significa que a luta pela paz penetrou em novos setores da população. Para a posição tomada por estas personalidades influi grandemente a pressão que sôbre elas exercem as massas do povo.

No trabalho de coleta de assinaturas cabe destacar como um fato novo que não só o Partido mas também as organizações de massas participam, numa escala muito maior do que antes, na atividade de angariar assinaturas. Positiva também é a ação dos grandes comandos dominicais que coletam dezenas de milhares de assinaturas e distribuem entre as massas os materiais do movimento da paz. Quanto à propaganda, vêm tendo grande importância a denúncia das projetadas experiências atômicas na Antártida e os apelos de paz das mulheres japonesas. A realização de cursos para os ativistas da paz, por sua vez constitui uma contribuição valiosa para o desenvolvimento da campanha. De tôdas as experiências, porém, a mais recente e a mais importante foi a fundação da "Comissão Permanente dos Trabalhadores Paulistas Contra a Guerra Atômica", levada a efeito na "Primeira Assembléia dos Trabalhadores Paulistas Contra a Guerra Atômica".

A campanha em tórno do Apêlo de Viena vem sendo, assim, de imensa importância para a ampliação e o fortalecimento da luta pela paz.

O Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz aumenta cada dia que passa seu prestígio e influência. Conta com a adesão de eminentes personalidades de grande projeção na vida política, econômica e cultural do país. Novos setores da população apóiam suas campanhas. Conseguiu sucessivos êxitos na manutenção da sua legalidade, apesar dos ataques que sofreu da reação. Isto foi possível porque o Movimento manteve suas características próprias. Os comunistas, por sua vez, dentro desse Movimento sempre se esforçaram com a maior abnegação por levar à prática as resoluções ali tomadas democraticamente, comportando-se como os mais firmes e dedicados partidários da paz.

Fator positivo no fortalecimento do Movimento dos Partidários da Paz tem sido o combate permanente às tentativas de desvirtuar os objetivos do movimento da paz, tentativas que visavam transformá-lo, por exemplo, em uma organização de luta pela emancipação nacional. Igualmente positivo foi o combate sem quartel à tendência de subestimar o papel e a importância do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, sob o pretexto de que a Liga da Emancipação Nacional poderia substituí-lo. O programa de um movimento não pode ser confundido com o de outro. Apesar de seus pontos de contato, os dois movimentos têm características específicas, seus próprios objetivos e tarefas.

Para o crescimento e o reforçamento do Movimento dos Partidários da Paz contribuiu de maneira acentuada o indiscutível êxito que alcançou a Assembléia Nacional das Forças Pacíficas, realizada com a presença de 310 delegados, incluindo senadores e deputados federais, desembargadores, dirigentes sindicais, homens das profissões liberais, cientistas de grande projeção, escritores, artistas, jornalistas, vereadores, industriais, comerciantes e militares, entre os quais 3 generais. Participou também da Assembléia grande número de organizações de massas de caráter nacional, o que expressa o avanço da unidade das forças da paz entre nós e o apoio dos mais diversos setores da população ao movimento pela salvaguarda da paz. Nesta base tornou-se possível organizar uma expressiva delegação a Helsinque, cujos participantes foram escolhidos em inúmeras assembléias de massas.

A luta pela paz tem também tomado um poderoso impulso na base do amplo movimento exigindo relações comerciais e diplomáticas do Brasil com a União Soviética, a República Popular da China e os países de democracia popular. Este movimento tem o apoio de inúmeros sindicatos, organizações populares, clubes esportivos, associações de comerciantes e de industriais e mesmo de latifundiários. Várias assembléias legislativas estaduais, entre as quais a de São Paulo, votaram moções pedindo o intercâmbio com a União Soviética. O povo brasileiro é encorajado nessa luta pelo fato de que a Argentina já desfruta de inúmeras vantagens com os acordos comerciais estabelecidos com a União Soviética. Foi enorme a repercussão entre nós da recente exposição da União Soviética em Buenos Aires, que contou com mais de um milhão de visitantes. Imensa foi também a repercussão do acôrdo pelo qual a União Soviética se comprometeu a instalar na Índia uma grande usina siderúrgica. Nosso povo saudou com entusiasmo as vantajosas ofertas da União Soviética à Petrobrás, tendo em vista fornecer equipamento para a exploração do petróleo brasileiro. Através da campanha pelo estabelecimento de relações com a U. R. S. S., a República Popular da China e os países de democracia popular, diversas personalidades têm sido atraídas para a luta em defesa da paz e mesmo para o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz.

Além disso, outro fator que vem contribuindo para fazer avançar a luta pela paz no Brasil tem sido o grande número de delegações que visitam a União Soviética, atingindo até agora quase mil pessoas.

Igualmente uma série de iniciativas culturais e patrióticas tem possibilitado atrair novas pessoas e novas camadas para a luta em defesa da paz. Depois do Congresso Nacional de Intelectuais, realizado em Goiânia, um grande número de intelectuais foi atraído para o lado das forças pacíficas. O mesmo vem acontecendo com grande número de artistas de cinema e de teatro, depois que foi iniciado o movimento em defesa do cinema nacional.

Fator de ampliação da luta pela paz, principalmente entre os intelectuais, foi o prêmio internacional da paz concedido ao cientista brasileiro Josué de Castro. Este acontecimento, que repercutiu nos meios políticos e no parlamento nacional, levou a luta pela paz a novas camadas e constitui uma prova da importância de que já desfruta mundialmente o movimento da paz no Brasil.

Uma das formas mais importantes para a ampliação do movimento da paz tem sido conquistar o apoio de grandes organizações de massas e de personalidades de prestígio. As manifestações de inúmeras assembléias sindicais em favor da paz têm facilitado grandemente a penetração da campanha da paz nos locais de trabalho. Isto, ao lado da adesão de dirigentes políticos filiados ao P.T.B., contribuiu para trazer ao Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz certos setores das massas getulistas.

A preparação e a realização da Assembléia Nacional de Mães, tendo como um dos objetivos a luta contra as armas atômicas, permitiu levar a luta pela paz a grandes massas de mulheres e enviar a Lausanne uma representativa delegação de mulheres brasileiras que participou do Congresso Mundial de Mães. O mesmo aconteceu com os trabalhos preparatórios para o V Festival Mundial da Juventude em Varsóvia, que contou com a participação de uma ampla delegação de jovens brasileiros.

Uma particularidade dessa ampla ativação das forças da paz no país é que ela se realiza não como um fenômeno isolado, mas no quadro do desenvolvimento multiplicado do movimento de tôdas as classes e camadas sociais em tôrno das grandes aspirações nacionais e sociais da nação.

Entretanto, apesar dos inúmeros êxitos, ainda não foi superada a contradição que existe entre o crescimento impetuoso das forças da paz e o vagaroso avanço da organização dos partidários da paz. Cabe-nos, pois, empenhar o máximo de esforços para superar o atraso em que nos encontramos. Bastaria retomar a última Resolução do Comitê Central e verificar o pouco que fizemos em todo o Partido para realizar as tarefas nela traçadas. Quando tomamos resoluções é para que sejam cumpridas e não para que fiquem apenas no papel. Foi, de nossa parte, a falta de contrôle do Comitê Central que não nos permitiu avançar como era necessário no cumprimento daquela Resolução.

Mal conseguimos atingir agora o primeiro milhão de assinaturas. O ritmo atual da coleta das assinaturas não pode ser considerado satisfatório.

O atraso é resultante, sobretudo, da pouca atividade diária entre as grandes massas, em contraste com o justo e ativo trabalho entre as personalidades. Em muitos Estados, a coleta de assinaturas ainda é feita exclusivamente pelos comunistas, repousando o peso da cam-

panha apenas no Partido, em prejuízo da ampla mobilização das massas para uma tarefa de tão imensas proporções. Nem todos os comunistas compreendem que a mobilização de elementos de massa e de organizações de massa amplia e fortalece a campanha e faz avançar a coleta de assinaturas, assegurando seu pleno êxito. Em Juiz de Fora, por exemplo, centro industrial de Minas, onde a campanha estava atrasada, a criação de uma ampla comissão de patrocínio permitiu coletar um grande número de assinaturas. O mesmo se deu em Barra do Piraí e em Friburgo, dois centros industriais do Estado do Rio, onde o fato de terem sido pronunciadas no rádio local, por um conhecido cientista, várias conferências a propósito da bomba atômica serviu para dar um considerável impulso à campanha de assinaturas.

Entretanto muito pouco foi feito no sentido de organizar a atividade dos comunistas em cada empresa. O trabalho de rua em rua não foi planejado. A maneira de levar a campanha a cada município e cidade não foi devidamente estudada. O trabalho de coleta de assinaturas entre os camponeses também pouco se desenvolveu. Não foi planejado nem controlado o trabalho em todos os escalões do Partido.

Uma das principais falhas no movimento da paz é a fraca propaganda na campanha. Os órgãos da imprensa popular refletem mal a campanha. A propaganda em defesa da paz é geral e não se dirige especificamente aos vários setores da população. Não se aproveitam, como é possível para a propaganda da luta pela paz, as estações de rádio e os serviços de alto-falantes existentes nas cidades do interior do país. Pouco se utiliza uma linguagem adequada e capaz de mobilizar todos os que estão interessados na luta contra o desencadeamento de uma guerra atômica. São ainda grandes, por isso mesmo, as incompreensões que concorrem para o atraso da luta pela paz e da campanha de 10 milhões de assinaturas ao Apêlo de Viena.

Outra grave debilidade da campanha é o reduzido número de Conselhos da Paz nas empresas e nos bairros. Isto entrava seriamente a penetração da campanha da paz entre as grandes massas.

Quais as causas dessas falhas, debilidades e incompreensões? É que o trabalho ainda é realizado principalmente pelos ativistas do Partido e não pela massa dos militantes organizadamente. As debilidades na luta pela paz refletem a pouca atividade das Organiza-



ções de Base do Partido que não são ajudadas a planificar o trabalho e por isso não chegam a realizá-lo organizadamente. Na verdade, tomamos resoluções mas não tomamos as medidas orgânicas necessárias e indispensáveis para que tais resoluções sejam realizadas com êxito.

Cabe igualmente assinalar que para o atraso da coleta de assinaturas contribui a subestimação da luta pela paz, ainda existente em muitos setores do Partido e até mesmo em sua direção central. Tôdas estas falhas e debilidades bem como suas causas precisam ser firmemente combatidas de alto a baixo.

Só assim será possível mobilizar milhões de brasileiros para a luta decidida em favor da paz, contra os horrores da guerra atômica preparada pelos círculos dirigentes norte-americanos.

### III

#### CONCENTRAR NOSSOS ESFORÇOS PARA ASSEGURAR A VITÓRIA DA CAMPANHA DE 10 MILHÕES DE ASSINATURAS AO APELO DE VIENA E LEVAR ÀS MASSAS AS RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNDIAL DA PAZ

**É** NECESSÁRIO darmos a nossa maior contribuição para tornar vitoriosa a amplíssima campanha do Apêlo de Viena, ajudando a coletar 10 milhões de assinaturas, quota que o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz se propõe alcançar. Nosso dever de comunistas é jogar tôdas as fôrças do Partido com vistas a colaborar para que o compromisso seja cumprido. Cabe-nos empenhar tôda a nossa influência no Movimento dos Partidários da Paz e em tôdas as organizações de massa, seja qual fôr o seu caráter, a fim de que elas contribuam para o êxito da campanha de 10 milhões de assinaturas.

Sem sectarismo e sem nada abandonar da luta pelo Programa do Partido, nosso papel é tudo fazer pela vitória dessa campanha, da qual o Partido deve ser o motor. Para isso é necessário que as Organizações de Base de nosso Partido desempenhem o seu papel de vanguarda e saibam ligar-se às massas, mobilizando-as amplamente. São os comunistas, através das Organizações de Base, que mais facilmente poderão, em contato com as massas, levar a campanha a estender-se, a atingir todos os recantos do país, a penetrar

os centros mais populosos nas cidades e no campo. É imprescindível colher assinaturas de fábricas inteiras, fazendas, usinas, bairros, ruas, vilas, distritos, municípios, cidades, de tal modo que não fique uma só pessoa adulta sem dar o seu voto no Apêlo de Viena, contra a monstruosa guerra atômica. Isto exige que as Organizações de Base do Partido se lancem à tarefa de organizar em cada local de trabalho e em cada bairro, conselhos da paz em que participem homens e mulheres de quaisquer nacionalidades e quaisquer tendências políticas, religiosas ou filosóficas, homens e mulheres que se disponham a lutar unidos contra a guerra atômica e a levar avante a tarefa de coletar assinaturas. Os êxitos assegurados nas fábricas, usinas e fazendas devem ser popularizados e difundidos com a maior rapidez. As assembléias de emprêsas para o intercâmbio de experiências, a emulação e o controle são métodos que muito podem ajudar o rápido avanço da campanha em tórno do Apêlo de Viena.

Ajudar a levar a campanha de coleta de assinaturas para o campo, para as usinas e fazendas, significa dar um grande passo adiante e atingir as grandes concentrações camponesas que nas anteriores campanhas têm tido uma participação insatisfatória. Cabe às Organizações de Base do Partido no campo mostrar os horrores da guerra atômica para os camponeses, adverti-los do perigo que as cinzas radiativas representam não só para o homem como para as colheitas e a criação.

Uma atenção especial deve ser conferida à resolução tomada pela "Primeira Assembléia dos Trabalhadores Paulistas Contra a Guerra Atômica", criando a "Comissão Permanente dos Trabalhadores Paulistas Contra a Guerra Atômica". Esta resolução marca o início de um período de novas perspectivas para a luta pela paz e a coleta de 10 milhões de assinaturas contra a guerra atômica. A importância da "Comissão Permanente dos Trabalhadores Paulistas Contra a Guerra Atômica" está em que ela constitui a unificação dos trabalhadores paulistas em tórno de um objetivo concreto na luta pela paz. Os nomes mais expressivos das diretorias dos sindicatos operários de São Paulo, Federações operárias e organizações femininas figuram nessa Comissão Permanente, que expressa, assim, a vontade de paz do proletariado de São Paulo. Com a constituição da Comissão Permanente é possível trabalhar intensamente em tôdas as emprêsas de São Paulo e obter que tôdas elas se pronunciem maciçamente pelo Apêlo de Viena. O exemplo

da criação da "Comissão Permanente dos Trabalhadores Paulistas Contra a Guerra Atômica" é digno de ser imitado e, sem dúvida, reproduzido em todos os Estados, levará a luta pela paz a um novo nível.

Merece igualmente o mais amplo apoio a decisão tomada pela "Comissão Permanente" de dirigir-se às Confederações Nacionais dos Trabalhadores das indústrias, dos transportes e dos empregados do comércio, bem como à Confederação dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, aos Sindicatos e demais associações, federações e confederações de trabalhadores das cidades e do campo de todo o país, propondo a convocação, no fim do ano em curso, da "Primeira Assembléia Nacional dos Trabalhadores Contra a Guerra Atômica".

Através do trabalho de organização dessa "Assembléia Nacional", será possível obter-se o pronunciamento e o apoio de inúmeros sindicatos, associações e demais organizações de trabalhadores das cidades e do campo para a luta em defesa da paz e contra a guerra atômica e organizar milhares de conselhos da paz nas fábricas, usinas, fazendas, vilas e bairros.

Tarefa importante é a que diz respeito às Resoluções aprovadas pela Assembléia Mundial da Paz sobre os problemas fundamentais que preocupam os povos, resoluções que constituem um programa concreto para a luta pela manutenção da paz. Entre estas Resoluções estão as que giram sobre o desarmamento e a destruição das armas atômicas, sobre a soberania nacional e a paz, sobre a cooperação entre as nacionalidades, religiões e correntes ideológicas em benefício da paz, sobre a cooperação cultural, educação e instrução da juventude, sobre os problemas econômicos e sociais.

Estas resoluções constituem um importante instrumento de trabalho, que muito há de contribuir para que milhões de brasileiros se incorporem à luta pela preservação da paz e contra a guerra atômica. Os comunistas devem desenvolver uma grande atividade para ajudar a levar ao conhecimento das amplas massas tais Resoluções. Por meio de amplas assembléias de massas para a recepção aos delegados brasileiros à Assembléia de Helsinque, através da imprensa, livros e folhetos, por meio do rádio, nas capitais e no interior, por meio de conferências, em pequenas festas e reuniões, nos clubes e organizações de massa de operários, campo-

neses, estudantes, empregados no comércio, profissões liberais, etc., é preciso desenvolver um intenso trabalho que sirva para dar conhecimento ao povo das importantes Resoluções tomadas na Assembléia Mundial da Paz. Esse trabalho específico deve ser acompanhado da atividade visando mostrar os resultados da Conferência dos Quatro Grandes em Genebra, conferência de importância histórica para os povos de todo o mundo, comêço de uma nova era nas relações internacionais. Os resultados da Conferência dos Quatro Grandes determinaram um alívio da tensão internacional, interessam sobretudo ao povo brasileiro, que só tem a ganhar com o restabelecimento da confiança entre os povos, a limitação da corrida armamentista, a eliminação das ameaças de guerra e a ampliação das relações entre os países.

Nesse sentido, nossa tarefa é mobilizar milhões de pessoas para pressionar o govêrno brasileiro e obrigá-lo a contribuir para o alívio da tensão internacional, orientando-se no sentido dos resultados da Conferência dos Quatro Grandes. Para isso, não devemos perder de vista a necessidade de organizar de maneira permanente a pressão do nosso povo sôbre os delegados brasileiros na O.N.U., a fim de que êstes apoiem as propostas da delegação soviética pela limitação dos armamentos, a destruição das armas atômicas e a eliminação das ameaças de guerra.

Como decorrência da Conferência dos Quatro Grandes será realizada em outubro próximo a Conferência dos Ministros das Relações Exteriores das quatro potências. Cumpre mobilizar a opinião pública brasileira em apoio a essa Conferência, incluindo junto aos trabalhadores para que lhe enviem mensagens, cartas, telegramas, e moções pedindo soluções práticas para os problemas pendentes na situação internacional.

O poderoso movimento de opinião em tórno do estabelecimento de relações com a União Soviética, a República Popular da China e as democracias populares está a exigir do nosso Partido mais atenção e maiores esforços. Êste é o momento em que devemos passar a desenvolver uma ampla atividade de massas, buscando pressionar o govêrno brasileiro através de moções, resoluções e memoriais das organizações operárias e populares, das emprêsas, usinas e fazendas, exigindo amplo intercâmbio com a U.R.S.S. e os países de democracia popular.

Medidas especiais devem ser tomadas para que nossa agitação e propaganda e a imprensa popular possam refletir de maneira viva e positiva a grande campanha em torno do Apêlo de Viena e as Resoluções tomadas na Assembléia de Helsinque. Para isto, é preciso selecionar quadros experientes e capazes, intensificar o trabalho de preparação dos agitadores e propagandistas da paz, bem como a realização de curso para os ativistas da paz e coletores de assinaturas, criar seções especiais na imprensa, ajudar a melhorar os materiais de propaganda, difundi-los melhor, descobrir novas formas de agitação e propaganda, condizentes com o nível a que já se elevou a campanha.

Torna-se necessário, enfim, tudo fazer para reforçar o movimento da paz, ajudar a organizar milhares de conselhos da paz nas empresas, fazendas, usinas, escolas, bairros, vilas, distritos e municípios. Para isso, o que se exige dos comunistas é saber estabelecer a unidade de ação nos locais de trabalho e concentrar seus esforços no sentido de que as Organizações de Base desempenhem seu papel de vanguarda, não se isolando das massas nem se confundindo com as organizações de massa, mas colocando-se à frente das massas para orientá-las, guiá-las, dirigi-las e uni-las.

É necessário e urgente dar uma ajuda concreta às Organizações de Base, descentralizar a atividade do Partido na luta pela Paz, auxiliando as Organizações de Base a planificar o trabalho e a pôr em movimento tôdas as forças do Partido para ajudar o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz a realizar a tarefa traçada de conseguir os 10 milhões de assinaturas.

### CAMARADAS!

**T**EMOS tôdas as condições para conseguir a vitória da campanha de 10 milhões de assinaturas contra a guerra atômica. Esta campanha se desenvolve em pleno curso da campanha pela sucessão presidencial, que, como afirmou o camarada Prestes, é o elo principal na cadeia dos acontecimentos, elo através do qual poderemos desenvolver amplamente a atividade do Partido em todos os terrenos. Neste sentido, o camarada Prestes afirma em seu informe sobre a sucessão presidencial, na reunião do Comitê Central de março de 1955:



"A campanha eleitoral abre novas e importantes possibilidades para grande ampliação de todo o nosso trabalho de frente-única. Trata-se de uma batalha política para a qual devem convergir as múltiplas atividades em que se empenha nosso Partido, visando a conquista das amplas massas para as tarefas e os objetivos do Programa do Partido. A luta em defesa da paz poderá mais facilmente ampliar-se a todo o país e atingir novas camadas da população. Poderemos mais diretamente levar à população de todo o país o Apêlo do Conselho Mundial da Paz contra a guerra atômica, melhor explicar às grandes massas populares o grave perigo com que as ameaçam os incendiários de guerra e realizar com êxito a campanha pela obtenção de 10 milhões de assinaturas ao pé do referido Apêlo."

Saibamos, pois, seguir as indicações do camarada Prestes contribuindo com tôdas as nossas forças, com entusiasmo e decisão, para a vitória da campanha dos 10 milhões de assinaturas contra a guerra atômica.



# RESOLUÇÃO SOBRE A LUTA PELA PAZ E A CAMPANHA DE 10 MILHÕES DE ASSINATURAS CONTRA A GUERRA ATÔMICA

**1** — OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS MUNDIAIS assinalam um alívio da tensão internacional. Graças à vontade de paz dos povos e à política de paz da União Soviética, foi possível realizar vitoriosamente a Conferência dos Quatro Grandes, conferência de importância histórica para os povos de todo o mundo.

Seria, no entanto, um grave erro concluir que o perigo de guerra já foi definitivamente afastado. As forças agressivas recuam, mas não cessam de fazer intrigas e fomentar conflitos. É preciso, pois, buscar nos êxitos das forças pacíficas novo e poderoso estímulo para reforçar e intensificar a luta pela paz.

**2** — O COMITÊ CENTRAL acentua a necessidade de popularizar as vantagens para o nosso povo e os resultados altamente favoráveis da Conferência dos Quatro Grandes, de cujas decisões consta a próxima realização da Conferência dos Ministros das Relações Exteriores das quatro potências. É necessário concentrar esforços para que, por meio de cartas, moções e telegramas à Conferência, as massas manifestem seus sentimentos pelo êxito dessa Conferência, na solução dos problemas fundamentais de que dependem o fortalecimento da paz e da amizade entre os povos.

**3** — O COMITÊ CENTRAL chama o Partido a empenhar todas as suas forças e energias para ajudar o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz a cumprir a cota de 10 milhões de assinaturas que se propôs alcançar. O centro da atividade de nosso Partido na luta pela paz é a campanha de 10 milhões de assinaturas

ao pé da Apêlo de Viena contra a guerra atômica. É imprescindível liquidar a subestimação dessa tarefa e colher assinaturas de fábricas inteiras, fazendas, usinas, bairros, ruas, vilas, distritos, municípios, cidades, de tal modo que não fique uma só pessoa adulta sem assinar o Apêlo de Viena. É urgente levar a campanha da coleta de assinaturas às grandes concentrações camponesas. Cumpre também intensificar a atividade visando organizar conselhos de paz em tôda a parte.

**4** — O COMITÊ CENTRAL determina ao Partido enviar o máximo de esforços para levar ao conhecimento das amplas massas as Resoluções da Assembléia Mundial da Paz, realizada em Helsinque, resoluções que pela sua importância constituem um programa concreto e atual para a luta pela manutenção da paz.

**5** — O PODEROSO MOVIMENTO de opinião em tôrno do imediato estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética, a República Popular da China e as Democracias Populares exige de nosso Partido uma atenção especial. O Comitê Central considera de grande valor para a causa da paz intensificar êste movimento. Para isto é imprescindível desenvolver ampla atividade de massas, através de atos públicos, moções, resoluções e memoriais das organizações operárias e populares, das emprêsas, fazendas e usinas, exigindo do govêrno brasileiro o imediato estabelecimento de relações com aqueles países.

**6** — O COMITÊ CENTRAL recomenda ao Partido utilizar ao máximo a campanha da sucessão presidencial, aproveitando as novas possibilidades para a ampliação e o fortalecimento cada vez maiores do trabalho pela paz.

As fôrças pacíficas vão se tornando cada vez mais poderosas, têm tôdas as condições para fazer recuar os partidários da guerra. Ajudemos a tornar vitoriosa a campanha dos 10 milhões de assinaturas ao pé do Apêlo de Viena. Façamos do esforço para obter essa vitória um dever de honra dos comunistas.

Agosto de 1955.

O COMITÊ CENTRAL DO  
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

# PELA SUPRESSÃO DA DIFERENÇA ESSENCIAL ENTRE O TRABALHO INTELECTUAL E O TRABALHO FÍSICO

I. Kudriávtshev

A contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico é um fenômeno histórico. Na comunidade primitiva ela não existia. A propriedade comum dos meios de produção, que excluía a exploração do homem pelo homem, criara possibilidades de desenvolvimento das aptidões intelectuais e físicas, certamente reduzidas, limitadas, mas iguais para todos os homens.

A separação entre o trabalho intelectual e o trabalho físico surgiu ao mesmo tempo em que se deu a divisão da sociedade em classes. Assim Engels a definiu: "Enquanto a população efetivamente trabalhadora, absorvida por seu trabalho necessário, não teve um momento livre para se dedicar à direção dos interesses comuns da sociedade — direção dos trabalhos, dos negócios públicos, solucio- namento dos litígios, arte, ciência, etc. — sempre foi preciso uma classe particular que, liberada do trabalho efetivo, pudesse atender a êsses assuntos. . ." (1)

Ao se modificarem as formas da propriedade, modificava-se e desenvolvia-se também a divisão social do trabalho. Entretanto, a brutal contradição entre a cidade e o campo, entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, continuava caracterizando tôdas as formações sociais baseadas na propriedade privada dos meios de produção. Tôda classe dominante constituída pelos exploradores — proprietários de escravos, senhores feudais ou burgueses — formou seus intelectuais para defender seus próprios interesses, enquanto era cada vez mais sufocada a atividade intelectual das massas entregues ao trabalho físico. "A base econômica da contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico é a exploração dos

(1) Engels, «Anti-Dühring», p. 214, Editions Sociales, 1950.

trabalhadores manuais pelos representantes do trabalho intelectual". (J. Stálin, "Os Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.").

No período escravista eram os escravos que constituíam a maioria da população, destinados somente ao trabalho físico, considerado àquela época atividade mais humilhante que a pilhagem. Os ideólogos dos proprietários de escravos, tal como Aristóteles, justificavam essa humilhante divisão do trabalho, definindo o escravo como "instrumento falante". Na sociedade feudal, a contradição entre trabalho intelectual e trabalho físico é agravada pelo desenvolvimento da propriedade privada, pela divisão do trabalho mais profunda e pela contradição fortemente acentuada entre a cidade e o campo (2).

No período do capitalismo, sobretudo na sua etapa imperialista, é que a contradição antagônica entre o trabalho intelectual e o trabalho físico atinge o máximo de agudeza. No capitalismo, observam Marx e Engels, o operário "torna-se um simples acessório da máquina, não se lhe exige senão a operação mais simples, mais monótona, mais rapidamente aprendida" (3).

A força de trabalho humano é mercadoria que o capitalismo se esforça por comprar o mais barato possível e explorar com o maior lucro. Nessa base é que aumentou a contradição antagônica entre os interesses dos trabalhadores manuais e dos trabalhadores intelectuais. "Todos conhecem o abismo que existia sob o regime capitalista entre os trabalhadores manuais nas empresas e o pessoal de direção. Sabe-se que esse abismo acarretou uma atitude hostil dos operários para com o diretor, o contra-mestre, o engenheiro e outros representantes do pessoal técnico, que eles consideravam como seus inimigos" (Stálin, "Os Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.").

O extremo aprofundamento da contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico na época do imperialismo é devido à ação da lei econômica fundamental do capitalismo contemporâneo, época em que chega ao máximo o empobrecimento absoluto e relativo do proletariado e das massas trabalhadoras do campo.

Sob o imperialismo, a contradição antagônica entre o trabalho intelectual e o trabalho físico se agrava igualmente em virtude do progresso da técnica, como o atestam, por exemplo, os sistemas de

(2) Marx e Engels, «Oeuvres», t. IV, p. 40, edição russa.

(3) Marx e Engels, «Manifesto do Partido Comunista», p. 85, Editions Sociales, 1951.



Taylor e de Ford, que Lênin chamou a arte de exprer o suor segundo tôdas as regras da ciência.

A classe operária e as massas trabalhadoras são pelo capitalismo impossibilitadas de instruir-se. No "Manifesto do Partido Comunista", Marx e Engels já ressaltavam que na sociedade burguesa a cultura "não é, para a imensa maioria, senão um adestramento que a converte em máquinas".

### *O PODER SOVIÉTICO SUPRIMIU A CONTRADIÇÃO ENTRE O TRABALHO INTELECTUAL E O TRABALHO FÍSICO*

Os fundadores do marxismo previram que a contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico desapareceria simultâneamente com o regime capitalista. "O velho modo de produção — escrevia Engels — deve ser, portanto, forçosamente revirado de cima abaixo, e sobretudo deve desaparecer a velha divisão do trabalho" (4). Essa previsão foi inteiramente confirmada pela experiência da U.R.S.S., o primeiro país do socialismo vitorioso.

Desde a vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro começou na União Soviética a luta para superar a secular contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico. A base política dêsse processo é a ditadura do proletariado, a política do Partido Comunista.

O poder soviético suprimiu o monopólio da burguesia sôbre a direção do Estado e permitiu assim aos trabalhadores participar na direção do país. A supressão do monopólio da direção do trabalho, do monopólio da instrução e do monopólio da cultura tornou possível suprimir a contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, assim como permitiu o desenvolvimento harmônico de todos os membros da sociedade.

Para suprimir a contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, cumpria eliminar a sua base econômica: a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do homem pelo homem. Sob o socialismo, acentua Stálin, dirigir o processo do trabalho deixou de ser uma função em que se explorava os trabalhadores manuais. "Atualmente, os trabalhadores manuais e o pessoal da direção, ao invés de inimigos, são camaradas e amigos,

(4) Engels, «Anti-Duhring», p. 333. — Editions Sociales, 1950.

membros de uma só coletividade de produtores vivamente interessados no progresso e na melhoria da produção. Da antiga animosidade já não restam vestígios" ("Os Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.").

As transformações na economia suscitaram uma mudança qualitativa na estrutura de classe da sociedade. A classe operária já não é mais o proletariado asfixiado pelos capitalistas, esmagado pela miséria e pelas necessidades. O campesinato, que tomou o caminho do socialismo, libertou-se não só da opressão dos grandes proprietários de terra e dos capitalistas, mas também do jugo dos kulaks.

Ao passo que suprimia a propriedade privada dos meios de produção, a exploração e as classes exploradoras, o Estado socialista realizava a revolução cultural no país. Pela primeira vez no mundo, a instrução tornou-se realmente popular, acessível a todos os trabalhadores. Na U.R.S.S., o direito à instrução é garantido não só pela instrução obrigatória, mas ainda pela gratuidade do ensino de sete anos, bôlsas de estudos para escolas superiores, o desenvolvimento da rede de instituições culturais: bibliotecas, salas de leitura, clubes, cinemas, teatros, órgãos de imprensa, etc.

Formou-se uma nova camada intelectual, radicalmente diversa da antiga. Os intelectuais soviéticos provêm dos meios operários e camponeses. São verdadeiramente intelectuais do povo. Como trabalhadores intelectuais, não se opõem aos trabalhadores manuais, operários e camponeses.

Os intelectuais soviéticos desempenham um papel honroso, altamente responsável, no desenvolvimento da economia nacional e da cultura dos povos da U.R.S.S., na educação comunista dos trabalhadores. Ajudam o Partido e o Governo soviético a resolver esta tarefa histórica: tornar todos os operários e todos os camponeses homens instruídos e cultos. Assim, após ter suprimido as classes exploradoras, a sociedade soviética selou a sua unidade moral e política.

Modificou-se radicalmente o caráter do trabalho físico e do trabalho intelectual. Na U.R.S.S., o trabalho se tornou um ponto de honra, de glória, de valor e de heroísmo. A emulação socialista — o mais poderoso meio de desenvolver uma atitude comunista para com o trabalho — anima todo o povo. Cada qual sabe que trabalha para a sociedade, e por conseguinte, para si próprio.

Livre e radioso é o trabalho que cria uma vida nova e feliz para todos os homens. Seu conteúdo se modifica também e exige conhecimentos técnicos e científicos cada vez mais profundos.

De grande alcance é a experiência histórica do país do socialismo para os países europeus de democracia popular, que edificam com êxito o socialismo, e para o grande povo chinês, que prepara as condições da edificação do socialismo.

### *A PASSAGEM AO COMUNISMO SUPRIME GRADUALMENTE A DIFERENÇA ESSENCIAL ENTRE O TRABALHO INTELECTUAL E O TRABALHO FISICO*

Se a sociedade socialista suprimiu a contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, subsiste ainda entre ambos uma diferença essencial, que se manifesta na diferença do nível cultural e técnico dos trabalhadores intelectuais e dos trabalhadores manuais. Essa diferença essencial possui também caráter histórico; será progressivamente abolida com a passagem gradual da sociedade soviética do socialismo para o comunismo.

Stálin, em "Os Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.", foi quem, pela primeira vez na literatura marxista, enfrentou o problema novo da supressão da diferença essencial entre o trabalho físico e o trabalho intelectual e mostrou toda a importância teórica e prática do mesmo. "É um problema novo apresentado pela prática de nossa edificação socialista", disse Stálin, ao mostrar que ele está ligado diretamente ao progresso cultural e técnico das massas trabalhadoras, à elevação da produtividade do trabalho, à edificação da sociedade comunista.

Lênin, na sua obra "As Tarefas Imediatas do Poder Soviético", já havia observado que era condição para o aumento da produtividade do trabalho "o surto da instrução e cultura das grandes massas da população". E Stálin, no seu célebre discurso da primeira conferência dos stakanovistas em 1935, indicara que o princípio fundamental do socialismo — "de cada um, segundo sua capacidade; a cada um, segundo seu trabalho" — significa que "a produtividade do trabalho não é ainda bastante elevada para assegurar a abundância dos objetos de consumo, o que faz com que a sociedade seja obrigada a reparti-los não segundo as necessidades dos membros da sociedade, mas segundo o trabalho que

---

(5) Stálin, «Questões do Leninismo».

êles tenham fornecido à sociedade" (6). Stálin ressaltara que a elevação do nível cultural e técnico da classe operária ao nível dos engenheiros e técnicos "pode assegurar a alta produtividade do trabalho e a abundância dos objetos de consumo necessários para começar a passagem do socialismo ao comunismo" (6).

A dialética do desenvolvimento da produtividade do trabalho socialista é tal que incessantemente o trabalho se torna cada vez mais fácil, enquanto aumenta sem parar a sua produtividade. Os trabalhadores de vanguarda da indústria, dos transportes, da agricultura, homens cultos e senhores da técnica, têm uma produtividade extraordinariamente elevada; quebram as antigas normas e introduzem normas mais altas; corrigem o trabalho dos técnicos e dos engenheiros.

Além de mostrar tôda a importância do problema levantado pela supressão da diferença essencial entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, Stálin indicou também o meio de resolvê-la, mediante a elevação do nível cultural e técnico dos operários e dos camponeses ao nível dos engenheiros, dos técnicos e dos agrônomos. Nessa base é que o problema será resolvido no processo da passagem do socialismo ao comunismo.

O multiforme progresso técnico da indústria e da agricultura, modificando o próprio caráter do trabalho, é a primeira condição para suprimir a diferença essencial entre o trabalho intelectual e o trabalho físico; é condição para elevar o nível cultural e técnico dos homens dedicados ao trabalho físico, tanto na cidade como no campo. Na U.R.S.S., a reconstrução técnica da economia não transformou apenas o aspecto do país mas também as condições do trabalho e dos próprios homens.

Sob o capitalismo, todo progresso técnico na produção traz consigo uma piora para a vida do povo oprimido. "A máquina — escreveu Marx —, que possui a força maravilhosa de diminuir o trabalho humano e de torná-lo mais fecundo, conduz à fome e ao esgotamento. . . Parece que a luz pura da própria ciência só pode reluzir sôbre o fundo tenebroso da ignorância. Tôdas as nossas descobertas e todo nosso progresso técnico redundam, ao que parece, em conferir vida intelectual às forças materiais, enquanto a vida humana é reduzida ao nível de força material bruta" (7) A lei fundamental do capitalismo contemporâneo, descoberta por Stálin,

(6) Stálin, «Questões do Leninismo».

(7) Marx, «Obras Escolhidas», t. I, p. 318, ed. russa.

explica porque a burguesia é favorável à nova técnica sempre que esta lhe acene com maiores lucros, e porque, em caso contrário, repele essa nova técnica e propicia a volta ao trabalho manual.

No país do socialismo o progresso técnico tem um caráter diferente e a este é assegurado uma amplitude ilimitada. No desenvolvimento da técnica soviética não há interrupções periódicas acompanhadas de destruição das forças produtivas da sociedade, como ocorre no capitalismo. Na sociedade socialista, verifica-se o aperfeiçoamento contínuo da produção, à base de uma técnica superior. Isso se explica pela ação da lei econômica fundamental do socialismo, igualmente descoberta por Stálin.

Na U.R.S.S., o operário é o senhor e não acessório da máquina. Eis porque os operários e os camponeses soviéticos utilizam com boa-vontade a máquina e assimilam a fundo a técnica. Eis porque no socialismo a técnica faz milagres. A técnica socialista substitui o trabalho manual penoso, não qualificado, por um trabalho qualificado, que requer amplos conhecimentos.

Durante os três últimos anos, a U.R.S.S. criou cerca de 1.600 modelos de máquinas e mecanismos e instalou numerosas usinas inteiramente automáticas<sup>(8)</sup>; introduziu na indústria os processos tecnológicos mais modernos e dotou, igualmente, a agricultura de uma quantidade de novas máquinas, altamente aperfeiçoadas.

### RELACIONES NOVAS ENTRE OPERARIOS, COLCOSIANOS E CIENTISTAS

O progresso técnico necessita de quadros novos e os suscita continuamente. Na U.R.S.S., o Partido e o Governo dedicam uma grande atenção à formação dos quadros. O aumento da produção está intimamente ligado à solicitude dispensada aos trabalhadores, a fim de que estes possam incessantemente elevar seu nível técnico e cultural. As empresas socialistas são verdadeiras universidades onde os operários têm todas as possibilidades de aperfeiçoar constantemente seus conhecimentos sem interromper o exercício de sua profissão.

Durante o quinquênio de após-guerra, mais de trinta milhões de operários elevaram sua qualificação ou adquiriram uma especialidade. No curso dos dez últimos anos as escolas de aprendizagem nas usinas, as escolas profissionais e as escolas de ferroviários forma-

(8) Ver a revista «Etudes Soviétiques», n.º 63: «A Automatização da Economia Socialista».



ram mais de 5.500.000 operários qualificados. Atualmente, a metade dos operários da indústria carbonífera tem instrução secundária. Na fábrica de automóveis Stálin, em Moscou, 7.000 operários são estudantes das escolas de ensino secundário profissional ou do Instituto da Indústria Automobilística, 2.000 estudam línguas estrangeiras, milhares de outros freqüentam círculos diversos. A mesma sêde de saber se observa igualmente no campo, onde milhões de colcosianos freqüentam cursos<sup>(9)</sup>.

O plano quinquenal de 1951-1955 prevê um desenvolvimento contínuo dos estabelecimentos de ensino especializado, superior e secundário noturno e por correspondência, assim como escolas de ensino geral, para permitir aos trabalhadores o prosseguimento de seus estudos, sem interromper o exercício de sua profissão. Outras medidas são tomadas para elevar a qualificação dos operários e colcosianos e facilitar a formação de jovens operários qualificados.

\* \* \*

Lênin ensina que sòmente nas condições criadas pelo poder dos Soviets a emulação se torna "um campo de ação onde o homem do trabalho pode manifestar-se em todo seu valor, aprumar o espinhaço, erguer-se, sentir-se homem"<sup>(10)</sup>. Stálin mostrou que a emulação é o método comunista de edificação, que determina uma grande revolução na consciência dos trabalhadores na sua concepção da vida e do trabalho. A emulação abre um largo horizonte ao ímpeto criador das massas e conduz dezenas de milhões de trabalhadores à vasta arena da atividade social e do Estado.

Os sábios burgueses obstinam-se em afirmar que sòmente os intelectuais são capazes de criar. Segundo êsses sábios a faculdade de criar seria um dom "caído do alto" em favor de alguns eleitos, personalidades "aristocráticas". A prática do socialismo transtornou essas teorias. Provou que o trabalho verdadeiramente criador, realmente grande, que decide do destino do povo e do Estado, é precisamente o trabalho dos simples operários e camponeses, inspirados pela grande idéia da edificação do comunismo.

O considerável aumento do número de inventores na U.R.S.S. é um dos índices evidentes do caráter criador do trabalho no socia-

(9) Ver a revista «Études Soviétiques», n.º 42: «Quadros Agrícolas aos Milhões».

(10) Lênin, «Obras», t. XXVI, p. 368, ed. russa.

lismo. Só no ano de 1952, foram incorporados à produção cerca de 800.000 inventos e propostas de racionalização.

Na sociedade socialista em que se suprimiu a contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, estabelecem-se relações novas entre os operários, os colcosianos e os cientistas. A emulação socialista combina o pensamento e a iniciativa stakanovistas com o pensamento técnico e científico. Confirma-se cada vez mais a tese de Stálin segundo a qual "às vèzes os novos caminhos da ciência e da técnica são traçados não por homens de renome universal na ciência, mas por homens completamente desconhecidos no mundo científico, por homens simples, práticos, inovadores no seu ramo de atividade." (11).

O avanço no sentido do comunismo está indissolúvelmente ligado ao progresso técnico contínuo; exige uma cooperação estreita entre os estabelecimentos científicos e as emprêsas. Os cientistas soviéticos consideram as usinas e os campos dos colcoses como laboratórios em que se resolvem na prática os mais importantes problemas científicos. Aplicando a seu trabalho os dados científicos, os operários de vanguarda da indústria e da agricultura, os stakanovistas comprovam êsses dados na prática e assim enriquecem as conquistas científicas com sua experiência. Com os prêmios Stálin são distinguidos tanto os operários e colcosianos como os homens de ciência e os artistas.

### DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO DAS APTIDÕES FÍSICAS E INTELECTUAIS

Stálin mostrou a necessidade de "alcançar um progresso cultural da sociedade que assegure a todos os seus membros desenvolverem harmoniosamente suas aptidões físicas e intelectuais para que possam receber uma instrução suficiente a fim de se tornarem agentes ativos do desenvolvimento social; que lhe permita escolher livremente uma profissão sem ficarem atados, para sempre, em virtude da atual divisão do trabalho, a uma profissão determinada. ("Os Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.").

Para realizar essa tarefa, é preciso antes de tudo reduzir o dia de trabalho para seis horas, pelo menos e depois a cinco; é

(11) Stálin, «Discurso à Recepção dos Trabalhadores do Ensino Superior no Kremlin» (em «Obras Escolhidas» de Lênin, t. I, p. 54, Edições em línguas estrangeiras, Moscou, 1948).

necessário introduzir o ensino politécnico obrigatório; é necessário multiplicar no mínimo por dois o salário real dos operários e dos empregados e melhorar radicalmente as condições de habitação.

"Sòmente — escreve Engels — o enorme crescimento das forças produtivas alcançado pela grande indústria permite distribuir o trabalho entre todos os membros da sociedade, sem exceção, e assim limitar o tempo de trabalho de cada um, de modo que todos tenham tempo suficientemente livre para participar das questões gerais da sociedade, tanto teóricas como práticas." (12). A elevação contínua da produtividade do trabalho durante a passagem do socialismo ao comunismo cria as condições indispensáveis à redução contínua da jornada do trabalho. Stálin ressaltou que se trata de um problema prático relativo à passagem para fase superior: o comunismo.

Stálin mostrou igualmente que a introdução do ensino politécnico obrigatório é um fator do progresso cultural e técnico da sociedade, progresso que assegura a todos um desenvolvimento harmonioso de suas aptidões físicas e intelectuais. O ensino politécnico permite ao adolescente tomar conhecimento dos fundamentos da produção contemporânea, da técnica moderna, o que lhe facilitará a livre escôlha de uma profissão, de uma especialidade. O homem dotado de instrução politécnica poderá empregar suas variadas aptidões nos diversos domínios da atividade social e, dessa forma, não se enclausurar no estreito círculo de uma especialidade.

Nos "Princípios do Comunismo", Engels escreveu que a sociedade comunista necessitará de homens inteiramente novos e que ela os criará. Esses homens, harmoniosamente desenvolvidos, terão um vasto horizonte científico e profundos conhecimentos. Os membros da sociedade comunista exercerão o trabalho de engenheiro, de técnico ou de agrônomo nos diversos ramos da produção material — segundo as necessidades sociais ou de acôrdo com as suas próprias preferências; dedicar-se-ão à criação científica ou técnica, ao desenvolvimento das artes, da literatura, etc. "Uma sociedade organizada segundo os princípios comunistas — disse Marx — dará a seus membros a possibilidade de exercerem de um modo harmonioso suas aptidões harmoniosamente desenvolvidas" (13).

(12) Engels, «Anti-Dühring», p. 214. — Editions Sociales, 1950.

(13) Marx, «Obras», t. V, p. 478, ed. russa.

Em 1929, em sua obra "A Questão Nacional e o Leninismo", Stálin escreveu que viria o tempo em que o Partido Comunista realizaria o ensino secundário obrigatório (14). Esse tempo chegou. Nas diretivas para o quinto plano quinquenal, o XIX Congresso do P.C.U.S. fixou a seguinte tarefa: terminar ao fim do quinquênio a passagem do ensino de sete anos ao ensino médio geral (dez anos) nas capitais das repúblicas, nas cidades subordinadas a administração central da república, nas capitais das regiões, dos territórios e nos grandes centros industriais e preparar as condições que permitam realizar inteiramente, no curso do próximo quinquênio, o ensino médio geral (dez anos) nas outras cidades e nas regiões rurais (15).

Atualmente, na U.R.S.S., é de 57 milhões o número de pessoas que cursam as escolas primárias, secundárias, superiores e os diversos cursos especializados. De 1940 a 1951, a percentagem de alunos das classes superiores da (5.º à 10.ª) aumentou de 25%; é de 40% a percentagem de estudantes das escolas de ensino secundário profissional e de outros estabelecimentos de ensino secundário especializado; e de 67% a de estudantes de estabelecimentos de ensino superior. Só no ano de 1952 saíram dos estabelecimentos de ensino superior 221.000 especialistas, e no ano escolar em curso se inscreveram 375.000 estudantes.

A U.R.S.S. conta atualmente mais de cinco milhões de especialistas com instrução superior completa ou instrução técnica secundária, e um número aproximadamente igual de especialistas-práticos qualificados formados no decorrer do trabalho e que fizeram os cursos sem interromper o exercício de sua profissão.

### O ENSINO POLITÉCNICO

Por iniciativa de Stálin, o 5.º Plano quinquenal deve empreender a realização do ensino politécnico. O XIX Congresso estabeleceu a seguinte diretiva imediata: para aumentar ainda mais o papel das escolas de ensino geral na educação socialista e para assegurar aos alunos que terminam o ensino secundário a livre escolha de sua profissão, introduzir o ensino politécnico nas escolas secundárias e tomar medidas para passar ao ensino politécnico geral.

(14) Stálin, «O Marxismo e a Questão Nacional e Colonial», p. 266 Editions Sociales, 1950.

(15) «Études Soviétiques», n.º 54 (outubro de 1952) p. 40,

A concepção marxista-leninista de ensino politécnico nada tem de comum com a aquisição de certa habilidade no trabalho manual. Em suas notas a propósito da tese de N. Krupskaja "Sobre o Ensino Politécnico", Lênin fixava antes de qualquer coisa a seguinte tarefa: adquirir conhecimentos sobre a técnica *moderna*, estudar as ciências que servem de base à produção *moderna* (química, física, biologia, etc.). Mas Lênin não limitava o ensino politécnico apenas aos estudos dos fundamentos da ciência. Exigia uma estreita união entre o trabalho e a escola, tanto na cidade quanto no campo, a fim de que o ensino das disciplinas estivesse intimamente ligado à vida, à prática da produção.

O ensino politécnico constituirá um novo passo importante no sentido da supressão da diferença essencial entre o trabalho intelectual e o trabalho físico. Todavia é evidente que na sociedade comunista os homens não possuirão cada qual tôdas as especialidades. A divisão do trabalho e a especialização, subsistirão porque nada é possível fazer de notável em qualquer domínio sem limitar a esfera de atividade do homem.

A ciência moderna conta mais de 400 ramos de conhecimentos. Continua a desenvolver e a estender-se. Os membros da sociedade comunista terão um desenvolvimento harmonioso e poderão escolher livremente sua profissão graças ao ensino politécnico e a extensos conhecimentos científicos. Os diversos conhecimentos adquiridos pelo operário, são qualificados por Marx como lei geral da produção social, a qual espontaneamente abre o caminho no capitalismo. O socialismo dá a essa lei possibilidades de ação ilimitadas.

O fato de poder mudar de atividade, de sair dos limites de sua especialidade, provoca, por si só, um afluxo de energia no trabalho. Dedicando-se a diferentes gêneros de trabalho, multiplicam-se os modos de manifestação da atividade vital do organismo. É claro que uma atividade social no seio do partido, do consórcio, do sindicato, etc., uma atividade literária livre, artística ou qualquer outra, causam imenso bem aos trabalhadores da sociedade socialista.

Os fundadores do marxismo refutaram há muito tempo as estúpidas invenções dos "teóricos" burgueses sobre o nivelamento das aptidões dos homens na atividade socialista. De fato, o trabalho socialista livre é a base para o desenvolvimento da individualidade humana, das aptidões do homem. No socialismo, a especialização



está ligada à instrução científica geral, extensa, e à participação ativa de todos os trabalhadores na vida política e social do país. As aptidões da personalidade se desenvolvem harmoniosamente no processo do trabalho coletivo, socialista: "É tão somente na coletividade que o indivíduo obtém os meios que lhe permitem desenvolver harmoniosamente suas aptidões; por conseguinte, a liberdade individual não é possível senão no seio da coletividade" (16).

No comunismo, quando fôr realizado o princípio "de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades", quando o desenvolvimento harmonioso do indivíduo tiver suprimido a diferença essencial entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, os homens serão sob todos os aspectos, iguais em direitos. Na sociedade comunista, "o indivíduo, livre da preocupação do pão de cada dia e da necessidade de adaptar-se aos "poderosos do mundo", tornar-se-á realmente livre" (17).

### *ELEVAÇÃO IDEOLÓGICA E CULTURAL ININTERRUPTA*

Uma das condições indispensáveis ao desenvolvimento harmonioso do indivíduo, e por conseguinte à supressão da diferença essencial entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, é a educação comunista dos trabalhadores realizada no processo da edificação do comunismo sob a direção do Partido Comunista.

Para dar aos trabalhadores a base ideológica necessária, sem a qual é impossível educá-los no espírito do comunismo, é necessário armá-los com a concepção marxista-leninista do mundo. O Partido de Lênin e de Stálin considera a elevação da consciência política do povo soviético, seu progresso ideológico e cultural ininterrupto, como fonte poderosa da solidez do Estado soviético, e como condição essencial para o êxito em sua marcha para o comunismo.

A melhoria das condições de vida, por um lado, e a influência das idéias de Lênin e de Stálin, por outro, modificaram a fisionomia espiritual dos soviéticos. A elevação do nível de vida material é condição necessária para o surto cultural e técnico dos trabalhadores, para seu desenvolvimento harmonioso, condição indispensável para

(16) Marx e Engels, «Obras», t. IV, p. 65, ed. russa.

(17) Stálin, «Obras», t. X, p. 134, ed. russa.

a supressão da diferença essencial entre o trabalho físico e o trabalho intelectual.

A contínua elevação do bem-estar material dos trabalhadores na U.R.S.S. é um fenômeno regular, do mesmo modo que na sociedade capitalista é regular a queda catastrófica do nível de vida material dos trabalhadores. Isso se explica pela ação da lei econômica fundamental do socialismo e da lei econômica fundamental do capitalismo contemporâneo. Na sociedade capitalista atual, o trabalhador está submetido à impiedosa lei da obtenção do lucro máximo. Na sociedade socialista, a finalidade da produção não é o lucro, mas a satisfação das necessidades materiais e culturais, sempre crescentes, dos trabalhadores. Na U.R.S.S., a renda nacional pertence aos trabalhadores. De 1940 a 1951, ela cresceu de 83%. O novo plano quinquenal garante uma elevação ainda mais significativa do bem-estar material do povo soviético. Em cinco anos, a renda nacional aumentará, no mínimo, 60%, o que permitirá aumentar o salário real dos operários e empregados pelo menos 35%, e as rendas dos camponeses pelo menos em 40%.

A melhoria das condições de residência tem igualmente grande importância para o desenvolvimento cultural e técnico dos trabalhadores. Com relação ao quarto plano quinquenal, as inversões para construção de residências duplicarão aproximadamente no curso do novo plano quinquenal. Por si só, o Estado construirá, nas cidades e vilas operárias, moradias com a superfície global de 105 milhões de metros quadrados.

Para passar à fase superior do comunismo, ensina Stálin, é necessário "melhorar radicalmente as condições de habitação; multiplicar no mínimo por dois, senão mais, o salário real dos operários e empregados, aumentando de um lado, diretamente o salário em dinheiro e, de outro lado, e sobretudo, continuando a baixar sistematicamente os preços dos objetos de amplo consumo" ("Os Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S."). O Partido e o Governo soviético aplicam sem desfalecimento essas indicações do genial arquiteto do comunismo.

\* \* \*

A supressão da diferença essencial entre o trabalho manual e o trabalho intelectual não elimina o trabalho físico; ela eleva este ao nível do trabalho do engenheiro e do técnico e o combina harmoniosamente com o trabalho intelectual.

Na U.R.S.S., sob a direção do Partido Comunista da União Soviética todos os operários e camponeses se tornam homens instruídos e cultos, e caminha-se para a supressão da diferença essencial entre o trabalho físico e o trabalho intelectual. Mas isto não significa que desaparecerá toda a diferença entre êles. "A diferença essencial entre êles, quanto ao nível cultural e técnico, desaparecerá seguramente — disse Stálin — mas uma certa diferença, embora não essencial, subsistirá quando mais não seja porque as condições de trabalho do pessoal dirigente das empresas não são idênticas às condições de trabalho dos operários." ("Os Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.").

Assim, no comunismo, uma certa diferença não essencial subsistirá entre o trabalho físico e o trabalho intelectual, por força da diferença das condições de trabalho das pessoas diretamente ocupadas na produção dos bens materiais e dos dirigentes dessa produção, assim como dos pesquisadores científicos, dos artistas, etc. Mas essa diferença não será em nenhum grau o resultado de uma desigualdade.

Na sociedade comunista, não haverá divisão entre trabalho "vulgar" e trabalho "nobre"; não haverá diferença essencial entre trabalho físico e trabalho intelectual. Na sociedade comunista, o trabalho será não somente uma necessidade, mas a primeira necessidade vital: será uma alegria para o homem.



# O EXTRAORDINÁRIO ÊXITO DO MOVIMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NA CHINA

**TENG TSE-HUI**

Diretor do Departamento de Trabalho Rural do Comitê Central do Partido Comunista da China

O movimento de reforma agrária — que aboliu a exploração feudal exercida pela classe dos senhores de terra — foi uma tarefa histórica da nova revolução democrática na China. Dirigido pela classe operária chinesa, e seu partido, o Partido Comunista da China, o povo chinês, após trinta anos de luta, alcançou, em 1949, uma vitória de âmbito nacional na revolução democrático-popular. Durante os quatro anos subseqüentes, até 1953, a reforma agrária foi realizada em tôda a extensão do campo chinês (com exceção de algumas áreas de minorias nacionais, onde as condições ainda não estavam maduras). Assim, a base econômica do sistema feudal, que existiu durante milhares de anos, foi varrida para sempre. Na verdade, é um acontecimento de importância mundial, de grande significação histórica em si mesmo, e um extraordinário exemplo da correta aplicação da teoria do marxismo-leninismo à questão camponesa na prática da revolução chinesa.

Permitam-me explicar, com alguns detalhes, diversos problemas concernentes a êste grande movimento.

- 1) A posição das classes no campo da velha China, e a necessidade da reforma agrária.

A velha China era um país onde, por motivos históricos, a indústria pouco se desenvolvera, e a esmagadora maioria da popu-

lação, cêrca de 400 milhões, dependia inteiramente da produção agrícola para viver. Apesar disto, o sistema de propriedade da terra era extremamente irracional. Os senhores de terra e os camponeses ricos, que constituíam menos de 10% da população rural, possuíam aproximadamente de 60 a 70% de tôdas as terras cultivadas — em muitas partes até mesmo mais de 80% — enquanto 90% da população agrícola, assalariados agrícolas, camponeses pobres, camponeses médios e outros trabalhadores possuíam unicamente a fração restante.

Seja porque tivesse perdido sua terra, ou porque possuísse tão sômente pequeníssimas parcelas, a grande maioria dos camponeses era obrigada pelas circunstâncias, ou a arrendar terras dos grandes proprietários, ou a alugar-se a si própria, vivendo inteiramente à mercê dos senhores de terra. A exploração sob a forma de renda da terra, de depósitos, e de exorbitantes juros sôbre os empréstimos era, por si própria, cruel e insuportável. O montante da renda da terra atingia a metade ou até dois terços da colheita. Além disso, o camponês tinha que pagar depósitos, ao arrendar a terra, e ainda fornecer trabalho "livre". Os juros cobrados sôbre os empréstimos eram fantásticamente altos — de 20 a 100% sôbre a quantia original. Camponeses que já tinham possuído terra, perdiam-na para os senhores que a tomavam como pagamento de dívidas. Sob o pêso de tais rendas e juros a grande massa dos camponeses não podia ganhar o bastante para fazer uma refeição decente ou para adquirir uma camisa com que cobrisse suas costas, não obstante trabalhar incessantemente durante todo o ano.

Além do mais, a classe dos senhores de terra controlava o reacionário poder estatal que, com suas reacionárias fôrças armadas, impunha o trabalho forçado, recolhia os cereais e os impostos, e forçava o pagamento da renda da terra e de outras dívidas. A classe dos senhores de terra não tinha o menor escrúpulo de atentar contra a dignidade e abusar das mulheres e filhas dos camponeses, e de dissolver suas famílias. Sob tal regime a grande massa dos camponeses era privada de quaisquer vestígios de direitos democráticos. Para manter os seus privilégios, a classe dos senhores de terra agia de comum acôrdo com o imperialismo e a burguesia burocrática, tornando-se assim o principal sustentáculo da dominação do imperialismo sôbre a China.



Este sistema feudal de propriedade da terra, caracterizado por uma implacável exploração econômica e opressão política dos camponeses pela classe dos senhores de terra, freitava sempre, quando não tornava mesmo impossível, a própria produção agrícola. A exploração pela classe dos senhores de terra na forma de elevadas rendas e juros exorbitantes, as lucrativas praxes do comércio capitalista, comprando barato e vendendo caro, a cruel pilhagem econômica por parte do imperialismo e o pêso morto das taxas e impostos extorquidos pelo regime reacionário do Kuomintang, deixavam as grandes massas do campesinato numa situação insuportável: mal podiam livrar-se da pobreza abjeta e da miséria extrema. Mal podiam manter a vida mais humilde ou conservar o mais simples ciclo de sementeira e colheita; muito menos podiam aumentar o rendimento agrícola reaplicando na terra os ganhos obtidos ou elevar o nível da produção agrícola pelo emprêgo da técnica moderna. Este sistema de propriedade da terra, irracional ao extremo, e tudo o que dêle decorre levou tôda a economia agrícola à beira da bancarrota. A "Decisão Sôbre a Promulgação do Projeto de Programa Agrário da China", aprovada pelo Comitê Central do Partido Comunista da China em outubro de 1947, acentuou com justeza: "Aqui está a razão básica por que nosso país se tornou objeto de agressão, de opressão e pobre, permanecendo atrasado. Este é o obstáculo fundamental para a industrialização, a democratização, a independência, a unidade e a prosperidade de nosso país". A tarefa de derrubar o feudalismo e de realizar a reforma agrária era, portanto, a tarefa central da Nova Revolução Democrática na China.

## 2) A História e a política fundamental do movimento de reforma agrária.

Pouco depois de sua fundação, o Partido Comunista da China fraçou um programa revolucionário para os camponeses à luz da verdade universal do marxismo-leninismo e de sua aplicação às condições existentes no campo chinês. Este programa reconhecia as etapas a serem percorridas, desde a primeira — caracterizada pela redução da renda e das taxas de juro — até a completa reforma agrária. Há cêrca de trinta anos, o Partido Comunista da China vem dirigindo, e nela se integrando, a grande massa de

camponeses na luta persistente para o cumprimento dêste programa agrário revolucionário.

No decorrer da Primeira Guerra Civil Revolucionária (1925-1927), sob a direção do Partido Comunista da China, surgiu um movimento camponês no Sul do País, no vale do Yang Tse Kiang, pela redução da renda e das taxas de juros, e de apoio ao Exército Expedicionário do Norte em sua luta contra os senhores-de-guerra feudais. Após a derrota desta Primeira Guerra Civil Revolucionária, os melhores filhos e filhas da classe operária chinesa e os melhores membros do Partido Comunista da China, dirigidos pelo camarada Mao Tsé Tung, ergueram a gloriosa bandeira da revolução agrária; criaram bases revolucionárias, construíram o poder armado da revolução — o Exército Vermelho dos Operários e Camponeses da China (precursor do Exército Popular de Libertação da China), — deram vida ao poder democrático-popular, e mobilizaram os camponeses para a luta no campo visando a confiscar e a distribuir as terras pertencentes à classe dos senhores de terra. Durante a guerra de Resistência à Agressão Japonesa (1937-1945), com o fim de unir tôda a nação contra os invasores japoneses, os camponeses da China aceitaram a proposta do Partido Comunista da China e interromperam o confisco e a distribuição das terras, e realizaram uma política agrária de redução da renda e das taxas de juro, em prol da Frente Única Nacional Anti-Japonesa. O entusiasmo que esta política despertou durante os oito anos da guerra, nas amplas bases estabelecidas por trás das áreas no Norte da China, em Shantung, na China Central e do Sul, deu maior ímpeto à mobilização dos camponeses para a guerra revolucionária; nessas áreas a luta de guerrilhas persistiu até o dia da vitória sobre o Japão. No fim da guerra Anti-Japonesa, a camarilha reacionária do Kuomintang, dirigida por Chiang Kai Shek e apoiada pelo imperialismo norte-americano, desencadeou uma guerra civil contra o povo chinês; a grande massa dos camponeses exigia que se concluísse a solução para o problema da terra. O Partido Comunista dirigiu os camponeses no confisco e distribuição das terras pertencentes à classe dos senhores de terra nas antigas áreas libertadas, que tinham uma população rural calculada em 120 milhões. Isto despertou seu ânimo revolucionário e seu entusiasmo na produção e levou ao fortalecimento e à expansão das forças armadas

e das bases revolucionárias. Foi sob esta base firme que se realizou por fim a derrota da camarilha reacionária do Kuomintang, e a vitória em caráter nacional da revolução democrático-popular.

Ao fundar-se a República Popular da China em 1949, o Programa Comum adotado pela Conferência Política Consultiva Popular da China estabeleceu especificamente que a República Popular da China "transformará de maneira sistemática o regime de propriedade feudal e semi-feudal em regime de propriedade camponesa da terra"; que "a reforma agrária é a condição indispensável para o desenvolvimento das forças produtivas e a industrialização do país. Em tôdas as áreas em que foi realizada a reforma agrária, será protegida a propriedade da terra adquirida pelos camponeses. Nas áreas em que a reforma agrária ainda não foi realizada, as massas camponesas devem ser mobilizadas para estabelecer organizações camponesas e efetuar a política de "a terra para quem a trabalha" por meios tais como a eliminação dos déspotas e bandidos locais, a redução da renda e dos juros, a distribuição da terra". Em junho de 1950, o Governo Popular Central promulgou a "Lei de Reforma Agrária da República Popular da China". O movimento de reforma agrária foi realizado vigorosamente nas áreas recém-libertadas, as quais possuíam em conjunto uma população rural de mais de 300 milhões, e em 1953 esta grande tarefa histórica estava realizada no essencial em todo o país.

O objetivo e a essência da reforma agrária foi, como apontou o camarada Mao Tse Tung, "transferir a terra das mãos dos exploradores feudais para as mãos dos camponeses; converter a propriedade privada dos senhores feudais em propriedade privada dos camponeses, assegurando desta maneira a emancipação dos camponeses das relações feudais no campo e garantindo, da mesma forma, as condições para transformar um país agrícola num país industrial". Assim, a "Lei de Reforma Agrária da República Popular da China" determina que "o sistema de propriedade e exploração feudal da terra pela classe dos senhores de terra será abolido e o sistema da propriedade camponesa da terra será introduzido com o fim de libertar as forças produtivas no campo, desenvolver a produção agrícola e assim abrir o caminho para a industrialização da China."

Graças à clareza do objetivo e do conteúdo do movimento de reforma agrária; à aplicação correta da linha geral e da política do Comitê Central do Partido Comunista da China e do camarada

Mao Tse Tung; à vigorosa direção empenhada em levantar as massas camponesas; e à experiência prática adquirida pelo Partido e seus quadros dirigentes no campo, nos movimentos da reforma agrária efetuados nas antigas áreas libertadas antes de haver sido realizada a vitória em âmbito nacional — foi possível, no curto espaço de três anos, completar a reforma agrária de maneira ordenada nas vastas áreas recém-libertadas, que tinham em conjunto uma população rural de 300 milhões.

A linha geral e a política da reforma agrária determina que "deve-se depositar confiança nos camponeses pobres e nos trabalhadores agrícolas enquanto se unem com os camponeses médios e neutralizam os camponeses ricos, a fim de eliminar gradualmente o sistema de exploração feudal e a discriminação, com a finalidade de desenvolver a produção agrícola". A Lei da Reforma Agrária da República Popular da China é a concretização desta linha geral e desta política. Quando a lei da reforma agrária foi promulgada, o camarada Liu Shao-Chi fez um informe "O Problema da Reforma Agrária", explicando detalhadamente esta linha geral e esta política. E logo depois, de acordo com os dispositivos da Lei da Reforma Agrária, o Conselho Governamental Administrativo do Governo Popular Central publicou as "Decisões Relativas à Diferenciação das Condições de Classe no Campo", as "Disposições Gerais que Regem a Organização das Associações Camponesas", as Disposições Gerais que Regem a Organização dos Tribunais Populares", e outras leis e decretos relativos à reforma agrária. Foi precisamente devido à justeza dessas diretivas, normas e decretos que o movimento pôde ser realizado de maneira tão bem dirigida, sistemática e ordenada nas vastas áreas recentemente libertadas.

A Lei da Reforma Agrária estabelece claramente as seguintes normas: 1) A terra, os animais de tiro, os instrumentos agrícolas, os cereais excedentes dos senhores de terra, e o excedente de suas casas no campo serão confiscados (Seção 2, Artigo 2). A terra rural pertencente a sepulcros ancestrais, templos, mosteiros, igrejas, escolas e organizações, e outras terras pertencentes à administração pública serão requisitadas (Seção 2, Artigo 3). 2) "A indústria e o comércio serão protegidos. Não serão confiscadas as empresas industriais e comerciais administradas por senhores de terra, e a terra e outros bens usados pelos senhores de terra diretamente para empresas industriais e comerciais" (Artigo 4). A indústria e o

comércio devem ser protegidos porque são indispensáveis à produção camponesa e porque o objetivo da reforma agrária é eliminar o feudalismo e não o capitalismo. 3) "A terra de propriedade dos camponeses ricos cultivada por eles próprios ou por meio de trabalho assalariado, assim como seus outros bens serão protegidos contra transgressões (Artigo 6). A terra cedida em arrendamento pelos camponeses ricos poderá ser requisitada sob certas condições específicas. 4) "A terra e outros bens de propriedade dos camponeses médios (inclusive os camponeses médios prósperos) serão protegidos contra transgressões." (Artigo 7) 5) "Soldados do exército revolucionário, pessoas que dependam de mártires, operários, funcionários públicos, trabalhadores profissionais, mascates e outros que cedam em arrendamento pequenas parcelas de terra porque estão ocupados em outros serviços ou porque lhes falta mão de obra, não serão classificados como senhores de terra. Se a média per capita de propriedade da terra de tais pessoas não exceder a 200% da média per capita de propriedade da terra em toda a localidade, a propriedade da terra não será atingida". (Artigo 5). Isto porque a terra de propriedade dessas pessoas não é de grande extensão e classificando-os como pequenos arrendadores de terra desfecha-se um golpe contra a classe dos senhores de terra. 6) "A terra confiscada ou requisitada deve ser distribuída tomando-se como unidade um *hsiang* (\*) ou uma aldeia administrativa correspondente a um *hsiang*. A terra será distribuída de maneira uniforme e de acordo com sua população, à base do princípio de concessão da terra àquele que nela esteja trabalhando, procedendo-se os necessários reajustamentos nas propriedades, após considerar-se a quantidade, a qualidade e a localização da terra." (Seção 3, Artigos 10 e 11). 7) Após o confisco da terra e de outros meios de produção"... os senhores de terra receberão uma parcela igual para que possam viver pelo próprio trabalho e se transformarem através do trabalho." (Seção 3, Artigo 10). Estas são as normas básicas e o conteúdo da reforma agrária.

Além de uma política justa, o outro fator base para o êxito do desenvolvimento da reforma agrária foi a ampla e bem dirigida mobilização das massas camponesas. Somente por meio de tal mobilização, e concedendo plena liberdade aos camponeses para realizar a reforma e assim desenvolver sua cooperação entusiástica

---

(\*) Unidade administrativa composta de várias aldeias.



na luta contra o feudalismo, pôde ser derrubada a classe dos senhores de terra, classe que por tão longo tempo impôs aos camponeses um regime tirânico profundamente enraizado. Fôrças feudais tão poderosas não poderiam ser extirpadas completamente apenas por ordens governamentais vindas de cima, por maior que fôsse o número de ordens emitidas. Conclui-se pois que uma firme confiança deve ser depositada nos camponeses pobres e nos trabalhadores agrícolas. Isto porque estas camadas do campesinato constituíram a espinha dorsal da luta contra o feudalismo. Sua necessidade de terra era a mais urgente; a reforma agrária visava principalmente a satisfazer esta necessidade. Os camponeses pobres e os trabalhadores agrícolas são os elementos mais ativos e resolutos na luta pela terra, e o Partido Comunista ao dirigi-los na luta, deve, antes de tudo e com justa razão neles confiar. Não obstante, os interêsses dos camponeses médios deviam ser protegidos, pois êles também eram a favor da reforma agrária, através da qual algumas de suas necessidades econômicas e políticas seriam satisfeitas. Uma política dêste tipo, isto é, uma política de firme proteção aos interêsses dos camponeses médios, uma política que satisfaça devidamente às suas necessidades, deve ser adotada na reforma agrária; assim, êstes unir-se-ão sòlidamente aos camponeses pobres e aos trabalhadores agrícolas na luta comum contra o feudalismo, na qual os dois últimos não estarão sòzinhos.

Todavía, embora nossa política deva apoiar-se, em primeiro lugar, nos camponeses pobres e nos trabalhadores agrícolas, e na união dêstes com os camponeses médios, há um outro grupo de aliados que deve ser incluído: as mulheres trabalhadoras e os outros operários rurais. Ambos devem ser lançados à luta, e amalgamados num exército único e poderoso contra o feudalismo.

Para esta grande mobilização de camponeses e para concluir com êxito a reforma agrária, o Partido e o Governo Popular enviaram ao campo numerosas brigadas de reforma agrária. Os membros destas brigadas lançavam-se ao trabalho dirigindo-se aos mais explorados e oprimidos — os camponeses pobres e os trabalhadores agrícolas. Viviam com êles em suas casas, trabalhavam com êle nos campos, e tomando como ponto de partida a amarga experiência dos próprios camponeses fizeram-os compreender a razão de suas misérias e exigir um ajuste de contas. "Quem alimenta e quem é alimentado?" — perguntavam. "É o senhor de terra que sustenta vocês ou são vocês que o sustentam?" Este

uso da própria experiência como uma ilustração, fez os camponeses compreenderem os fatos, despertando sua consciência de classe. Assim que esta se aprofundou, sua decisão e coragem não conheceram limites. Demonstraram grande vontade de lutar, de derrubar a classe dos senhores de terra, e sentiram a necessidade de se organizar como uma força de massa. As brigadas de reforma agrária orientaram este ardor recém-despertado dos camponeses pobres e dos trabalhadores agrícolas no sentido de divulgá-la entre seus companheiros e de unir a maioria deles e os camponeses médios, que tinham interesse comum contra a classe dos senhores de terra. As brigadas de reforma agrária permitiram que os próprios camponeses pobres e trabalhadores agrícolas utilizassem entre seus companheiros os mesmos métodos de recordar os sofrimentos passados para despertar-lhes a consciência de classe e a vontade de luta, e o fizeram com tal êxito que os próprios camponeses fundaram suas associações de camponeses pobres, trabalhadores agrícolas e camponeses médios.

Os primeiros elementos ativos a serem mobilizados entre os camponeses pobres e os trabalhadores agrícolas tornaram-se os dirigentes, constituindo o núcleo da associação camponesa na luta contra a classe dos senhores de terra e na luta pela união das massas. Foi assim que se estabeleceu a direção do proletariado rural (o trabalhador agrícola) e o semi-proletariado (o camponês pobre). Também foram utilizados outros métodos nesta mobilização das massas camponesas como a criação de cursos, reuniões de ativistas vindos do seio dos camponeses pobres e trabalhadores agrícolas, etc., a fim de propagar com mais clareza o objetivo e a essência da reforma agrária, possibilitando assim, a cada qual, uma clara compreensão sobre essas questões e sua adaptação às formas de luta contra a classe dos senhores de terra. Os próprios camponeses, orientados pela política e os decretos do Governo Popular, ficaram assim preparados para comandar através de suas associações o seu próprio grande "exército" numa luta verdadeira contra os senhores de terra, para confiscar e distribuir a terra e emancipar os camponeses. Chamamos a esta seqüência de métodos de Métodos de Trabalho Político de Massas, e este método de trabalho é a característica da reforma agrária na China. Os fatos falam por si próprios; e os fatos provaram que na vasta China, com sua população de milhões, subjugada durante longos anos de regime feudal, somente este método de trabalho, somente esta mobilização

total das massas camponesas, poderia realizar a reforma agrária numa escala tão gigantésca, e consolidar suas vitórias.

A agitação, bem feita, a educação, e a organização dos camponeses no movimento da reforma agrária não constituíram, porém, fatos isolados. Verificavam-se ao mesmo tempo em que se lutava conseqüentemente contra a classe dos senhores de terra. Resumindo, a seqüência típica dos acontecimentos nos territórios recentemente libertados, foi a seguinte: os camponeses foram primeiramente mobilizados para expulsar das regiões vizinhas os bandidos e salteadores locais. A seguir iniciou-se uma campanha para reduzir a renda da terra e as taxas de juros. Depois veio o confisco e a distribuição da terra e finalmente a ratificação das decisões tomadas sobre a distribuição da terra. A lógica dos fatos é clara. Quando da expulsão dos bandidos e salteadores, estes foram eliminados, e foram desarmadas as forças dos senhores de terra. Este feito instaurou um regime revolucionário no campo (requisito para a reforma social); o poder da antiga camarilha dirigente dominada pelos senhores de terra foi derrubado, e assim os camponeses despertaram. Na etapa seguinte, com a campanha pela redução da renda e das taxas de juros, deu-se um novo enfraquecimento de toda a classe dos senhores de terra e os camponeses alcançaram um grau mais avançado de mobilização; além disso, estabeleceu-se a sua predominância política sobre a classe dos senhores de terra. Sobre esta base, puderam ser feitos os preparativos com vistas à realização do fundamental para uma completa reforma agrária — o confisco e a distribuição da terra. A última medida a tomar era proceder à distribuição da terra, solucionar qualquer problema pendente e pôr tudo em ordem. Toda uma série de lutas de classe serviu para elevar a consciência de classe do camponês a um alto nível, mobilizá-los totalmente e abolir as classes feudais, realizando-se, assim, nossa reforma agrária.

Além disso, com o objetivo de pressionar ao máximo a classe dos senhores de terra, de isolá-los, eliminá-los de modo a possibilitar que a reforma agrária fôsse realizada com eficiência, adotou-se uma política de neutralização dos camponeses ricos, de proteção à indústria e ao comércio e de concessões especiais aos pequenos arrendadores. Esta política teve pleno êxito. A pequena burguesia urbana foi assim ganha para a reforma agrária, e a burguesia viu-se desarmada ficando sem motivos para opor-se à reforma agrária. Foram criados Comitês de Ligação entre a cidade e o campo, com representantes locais, para tratar dos problemas que se apresentavam à

indústria e ao comércio durante a reforma agrária. Desta forma a política de proteção à indústria e ao comércio, prevista na Lei da Reforma Agrária, foi corretamente realizada, obtendo-se um apoio ativo da população urbana à luta dos camponeses contra o feudalismo. Ao mesmo tempo assegurou-se a ordem revolucionária nas cidades. Assim na luta pela reforma agrária, criou-se a frente única contra o feudalismo, sobre a base mais ampla possível.

3) A nova fisionomia do campo na China após as grandes realizações da reforma agrária.

Esta ampla e profunda reforma agrária, em país tão vasto, aniquilou o feudalismo milenar e libertou da escravidão mais de quatrocentos milhões de camponeses. Estes deixaram de ser bestas de carga da classe dos senhores de terra, para se tornarem os governantes no campo: de escravos da terra transformaram-se em senhores da terra. Com efeito o campo da China ganhou nova fisionomia, física e espiritualmente.

As transformações físicas são, em si mesmas, admiráveis. Durante todo o processo da reforma, mudaram de mãos 47 milhões de hectares de terra, inúmeros animais de tiro, instrumentos agrícolas, casas e reservas de víveres. Isto é, passaram das mãos da classe dos senhores de terra para cerca de 300 milhões de camponeses que anteriormente possuíam pouca ou nenhuma terra e aos quais faltavam instrumentos de produção. Estatísticas relativas às últimas áreas libertadas nas regiões leste, centro-sul, nordeste e sudoeste da China mostram que, no movimento da reforma agrária de 1950 a 1953, além da terra, foram confiscados mais de 2.960.000 cabeças de animais de tiro, 39.440.000 instrumentos agrícolas, casas com 37.950.000 peças e mais de cinco milhões de toneladas de produtos alimentícios. Com a libertação dos camponeses das relações de produção feudais, as forças produtivas no campo adquiriram nova vida. Agora, que os camponeses possuíam terra e outros meios de produção próprios e trabalhavam o seu próprio sólo, seu entusiasmo não tinha limites. A produtividade aumentou consideravelmente. Com a abolição dos arrendamentos exorbitantes, as colheitas passaram a apresentar um "lucro" que podia ser aplicado no amanho da terra, na compra ou reparo do equipamento e para iniciar sistemas de irrigação e ampliar os já existentes. O governo popular prestou aos camponeses ajuda financeira e técnica: em 1953, por exemplo, o total dos empréstimos concedidos foi de dez bilhões de yuans e no mesmo ano foram iniciados grandes trabalhos de

irrigação e organizadas em grande escala brigadas de combate às pragas. Como resultado havia agora uma base firme para o rápido desenvolvimento da produção. Em 1952 a produção de cereais em escala nacional ultrapassou os mais elevados níveis alcançados antes da Guerra de Resistência à Agressão Japonesa. Com isto naturalmente aumentou o poder aquisitivo dos camponeses. Já em 1951, a capacidade aquisitiva de todo o país aumentara 25% em relação a 1950. Todos êstes fatores tornaram possível avançar pelo amplo caminho da industrialização socialista de nosso país. O nível de vida médio do camponês melhorou em geral, o que pode ser constatado pela percentagem de aumento do número de camponeses médios. Nas áreas onde a reforma agrária há muito havia sido realizada — as antigas áreas libertadas — os camponeses médios constituíam 80% da população rural, enquanto que a proporção elevou-se rapidamente para mais da metade da população rural nas áreas onde a reforma ocorreu mais tarde.

Graças à reforma agrária as massas camponesas despertaram, organizaram-se e se transformaram em força dirigente do campo: a aliança operário-camponesa foi reforçada e a base da ditadura democrático-popular foi ampliada e consolidada.

Benefícios inestimáveis tais como a elevação subsequente do nível de vida dos camponeses advieram da reforma agrária. Abriam-se novas escolas, facilitou-se a instrução e ampliou-se o âmbito para o desenvolvimento de outras atividades culturais no campo.

Adultos, antes analfabetos, agora "vão à escola" e aprendem a ler, tanto em escolas especiais de inverno, quando podem ser dispensados do trabalho na terra, ou em escolas populares que funcionam o ano todo. Entre mais de 55 milhões de crianças que freqüentam atualmente as escolas, a maioria é constituída por filhos e filhas de camponeses. Floresce uma nova vida, distrações, canções e danças populares ganham novo vigor — o divertimento no verdadeiro sentido da palavra chegou até os camponeses. Difunde-se o moderno conhecimento científico e a compreensão da importância da higiene. O trabalho, antes considerado penoso fardo, passou a ser questão de honra.

Tal é o resultado da reforma agrária; tal é a nova fisionomia do campo na China após a reforma agrária.

- 4) Os camponeses da China avançam pelo caminho da cooperação.



Em quatro anos de árduos trabalhos nosso país passou do período de restauração da economia nacional, para um novo período: o da construção planificada da economia nacional. Em 1953, a China deu início à execução do Primeiro Plano Quinquenal para a construção econômica. O povo chinês vitorioso iniciou sua marcha; seu caminho é indicado pelo Partido Comunista da China, dirigido pelo camarada Mao Tse Tung. Sua tarefa central durante este período de transição através do qual a China passará gradualmente para o socialismo, é proceder, passo a passo, à industrialização socialista do país, e, progressivamente, realizar a transformação socialista da agricultura, do artesanato, da indústria e do comércio capitalistas.

Todavia o desenvolvimento da industrialização exige um relativo aumento e desenvolvimento da produção agrícola. Para isto é necessário dirigir os camponeses pelo caminho da ajuda mútua e da cooperação e realizar a transformação socialista da agricultura.

O camarada Mao Tsé Tung ressaltou em 1943:

"As massas camponesas, durante milhares de anos trabalharam em economias individuais, nas quais cada família, cada economia, representava uma unidade produtiva isolada. Esta produção dispersa e individual é a base econômica do regime feudal, e condenava os camponeses a uma pobreza perpétua. O único meio de acabar com este estado de coisas é a coletivização gradual, mas o único caminho da coletivização, como ensinou Lênin, passa pela cooperação."

O Comitê Central do Partido Comunista da China editou no inverno de 1951 e no de 1953 respectivamente dois documentos políticos sobre este assunto: Decisões sobre a Ajuda Mútua e a Cooperação na Produção Agrícola e Decisões sobre o Desenvolvimento das Cooperativas de Produção Agrícola. Estes dois documentos estabelecem diretivas concretas e justas para a ajuda mútua e a cooperação na agricultura.

Para desenvolver a cooperação na agricultura, o verdadeiro caminho a seguir começa com as brigadas de ajuda mútua, organizadas voluntariamente, em proveito mútuo dos camponeses e com o emprego do trabalho coletivo, porém à base da propriedade privada. A seguir vêm as cooperativas de produção agrícola semi-socialistas, com trabalho coletivo, uso comum da terra, e administração individual. E por último vem a forma mais elevada de cooperativas, a cooperativa de produção agrícola totalmente socialista — as fazendas coletivas.

Em conseqüência da conclusão com êxito da reforma agrária, o movimento pela ajuda mútua e cooperação na produção agrícola teve características diferentes nas várias regiões do país. Em outubro de 1953, 43% do número total de economias camponesas já haviam aderido a organizações cooperativas ou de ajuda mútua, e mais de 14.000 cooperativas de produção agrícola foram estabelecidas. As brigadas de ajuda mútua e as cooperativas demonstraram a superioridade da agricultura coletiva sobre a agricultura individual. As colheitas aumentaram acentuadamente e naturalmente, também as rendas dos membros das brigadas e das cooperativas. A partir de outubro de 1953, foi explicada e discutida a política geral do Estado no período de transição. Esta linha geral elevou o entusiasmo dos camponeses pelos métodos de ajuda mútua e de cooperação a um nível sem precedentes e as organizações de ajuda mútua e cooperativas fortaleceram-se cada vez mais, sendo que em março de 1954, existiam quasi 100.000 cooperativas no campo, tendo como membros um total de 1.800.000 famílias camponesas.

As cooperativas de abastecimento e de venda nos distritos rurais transformaram-se num poderoso fator socialista na esfera do comércio no campo. Atualmente, mais de 34.000 cooperativas deste tipo de nível básico, com um total de 100 milhões de membros, são filiadas à Cooperativa Nacional de Abastecimento e Venda. Essas cooperativas realizaram um imenso trabalho de venda e abastecimento, comprando produtos agrícolas subsidiários dos produtores, e vendendo-lhe tanto meios de produção como bens de consumo. Isto além de restringir o grau de exploração por parte dos comerciantes, auxilia também, positivamente, a produção agrícola e, em seu conjunto, o movimento de cooperação e ajuda mútua.

Cooperativas de crédito organizadas por camponeses estão surgindo no campo. Existem agora 27.432 cooperativas de crédito, agências de crédito e seções de crédito ligadas às cooperativas de abastecimento e venda. Estas desempenham um grande papel na solução das dificuldades dos camponeses quanto à produção e subsistência, no auxílio à produção agrícola, no fomento da ajuda mútua e da cooperação e na restrição da usura.

Foram estabelecidas em todo o país mais de 2.200 fazendas estatais modelo e fazendas agrícolas experimentais, das quais 59 são de propriedade do Estado e mecanizadas e mais de 80 são sítios do Estado. Estas auxiliam os camponeses quanto aos problemas técni-

cos e lhes dão uma visão da economia agrícola socialista baseada no cultivo mecanizado.

Liderado pelo Partido Comunista da China, pelo seu brilhante dirigente o camarada Mao Tsé Tung e pelo Governo Central Popular, o grande exército dos camponeses da China marcha firmemente pelo caminho da ajuda mútua e da cooperação, no sentido da transformação socialista da agricultura. À medida em que se desenvolva a nossa indústria, e em que aumente a produção de maquinaria agrícola, será possível mecanizar a agricultura e à base do trabalho coletivo, aumentar sua capacidade produtiva. A vida dos camponeses tornar-se-á cada vez mais feliz, material e espiritualmente.



# O PROGRAMA AGRÁRIO DE LÊNIN E SEU PAPEL NO REFÔRÇO DA ALIANÇA ENTRE A CLASSE OPERÁRIA E O CAMPESINATO

**P. Alexandrov e A. Lopatkin**

O programa agrário do Partido Comunista da União Soviética baseia-se na doutrina marxista-leninista da revolução socialista, nos meios de alcançar e consolidar a vitória da classe operária e do campesinato trabalhador; acha-se integralmente subordinado à luta pela instauração e consolidação da ditadura do proletariado como instrumento básico da transformação revolucionária da sociedade e da construção do socialismo e do comunismo.

O programa agrário elaborado pelo grande Lênin é parte orgânica do programa geral do Partido Comunista, programa que formula cientificamente os objetivos imediatos e finais da luta da classe operária pela libertação política e econômica de todos os trabalhadores. O programa agrário de Lênin definiu as bases científicas da política do Partido em relação às diferentes classes, aos diferentes grupos da população rural nas diferentes etapas da revolução e da construção do socialismo na U.R.S.S. Representou importante papel na consolidação da aliança entre os operários e camponeses — principal meio para a derrubada do tsarismo, dos grandes proprietários de terras e da burguesia e para a criação da sociedade socialista, — grande força de nosso movimento para a frente, para o luminoso futuro comunista.

O fortalecimento da inabalável aliança entre a classe operária e o campesinato colcosiano nas condições atuais é importante tarefa no domínio da política interna do Partido Comunista, tarefa exposta nas históricas decisões do XIX Congresso do P.C.U.S., nas decisões posteriores dos Plenos do C.C. quanto ao desenvolvimento vertical da agricultura. A realização dessas decisões contribuirá para uma consolidação maior da aliança entre os operários e os camponeses, a qual constitui base inabalável do regime soviético e penhor de tôdas as nossas vitórias de significação histórica e mundial.

O programa agrário do Partido Comunista da União Soviética, tóda a atividade do Partido para o fortalecimento da aliança entre os operários e os camponeses, serve de modelo para o movimento comunista internacional. Com base na experiência do P.C.U.S., os Partido Comunistas e Operários irmãos de todos os países aprendem a lutar pela realização da hegemonia da classe operária, pela criação e reforço da aliança entre os operários e os camponeses, pela paz, pela democracia e pelo socialismo.

\* \* \*

Na primeira etapa da revolução, a etapa democrático-burguesa, o programa agrário do Partido Comunista partia da necessidade de atrair para o campo da classe operária todo o campesinato e utilizar suas possibilidades revolucionárias na luta contra o poder do tsarismo e dos latifundiários. Tódas as reivindicações do programa agrário do Partido nesse período visavam a acabar com as sobrevivências da servidão, ao desenvolvimento da luta de classes no campo e à conquista das liberdades democráticas.

A tarefa básica da revolução democrático-burguesa na Rússia foi a derrocada da autocracia e a instauração da república democrática, a liquidação da classe dos latifundiários e da posse da terra com sobrevivências feudais. No começo do Século XX a propriedade territorial na Rússia européia caracterizava-se pelos seguintes dados: 30 mil latifundiários dominavam 70 milhões de deciatinas de terra — mais de 2.300 deciatinas destinavam-se à exploração — enquanto que 10 milhões e 500 mil famílias camponesas possuíam 75 milhões de deciatinas — menos de 7 deciatinas por família. (1 deciatina equivalia a 1.092 hectares). Essa distribuição da terra originava o sistema de pagamento em trabalho, da parceria e outras formas de exploração escravizadora do campesinato e inclusive a corveia; condicionava a subnutrição crônica, a pauperização e o merecimento do campesinato e serviu de base econômica para a luta dos camponeses contra os latifundiários. Conclui-se daí que a questão agrária foi a base da revolução burguesa na Rússia, definindo a luta das classes e a distribuição das forças de classe na etapa democrático-burguesa da revolução. Levando estritamente em conta a correlação das forças de classe do país, o Partido Comunista formulou sua primeira palavra-de-ordem estratégica: Junto com todo o campesinato, contra o czar e os latifundiários, com a

neutralização da burguesia liberal, pela vitória da revolução democrático-burguesa.

A revolução que amadurecia nessa época na Rússia, por seu caráter democrático-burguesa, distinguia-se das demais revoluções burguesas nos países do ocidente. Ela se verificava na época do imperialismo quando o capitalismo em seu todo já amadurecera para a revolução socialista, quando o proletariado industrial se transformara em força política independente, quando as contradições de classe da sociedade capitalista, aguçadas ao extremo limite, transformava a burguesia em força contra-revolucionária. A burguesia russa era incapaz de chefiar a revolução, temia-a e estava interessada em transacionar com o tsarismo e com os latifundiários.

A classe operária e o campesinato foram as forças motrizes da revolução democrático-burguesa na Rússia. Só o proletariado podia ser a força hegemônica da revolução. Estava vitalmente interessado na vitória completa da revolução democrática. Varrendo totalmente as sobrevivências das relações feudais, essa vitória lhe dava a possibilidade de melhor organizar-se, de adquirir a experiência de direção política das massas trabalhadoras, revelava as contradições de classe da sociedade burguesa e limpava o caminho para a luta livre do proletariado pelo socialismo. O campesinato, a quem a vitória da revolução possibilitava tomar as terras dos latifundiários e conquistar as liberdades democráticas, era o aliado do proletariado na revolução. Essa era a base econômica e política para criar e consolidar a aliança entre a classe operária e o campesinato, condição indispensável à vitória total da revolução democrático-burguesa e à sua transformação em revolução socialista.

Lênin foi o primeiro a formular e a fundamentar, já em seu livro "*Ô Que São os "Amigos do Povo" e Como Lutam Contra os Social-Democratas?"*" a idéia da aliança revolucionária entre os operários e os camponeses, como meio principal para derrubar o tsarismo, os latifundiários e a burguesia. Nessa obra e em nome dos social-democratas russos, Lênin declarou a necessidade de expropriar totalmente a propriedade territorial dos latifundiários e de nacionalizar a terra com o objetivo de coroar a revolução democrática e de criar as premissas para a luta imediata da classe operária pelo socialismo. Essas exigências constituíam a base do programa agrário do Partido em toda a etapa da revolução democrático-burguesa.



Elaborando o projeto do programa agrário para o II Congresso do P.O.S.D.R., V. I. Lênin ressaltou novamente a importância quanto aos princípios, da reivindicação de nacionalizar a terra como palavra-de-ordem para o levante do campesinato e coroamento da revolução democrática no campo. Indicou, ao mesmo tempo, que, em virtude da falta de desenvolvimento do movimento camponês, essa reivindicação era inoportuna, não correspondendo ao desenvolvimento da luta de classe no campo. O projeto leninista de programa foi aprovado pelo II Congresso do Partido sem modificações essenciais. O primeiro programa agrário do Partido continha várias reivindicações que visavam a acabar com os restos da ordem feudal e a desenvolver livremente a luta de classes no campo, mas a exigência mais importante e central era o parágrafo relativo aos recortes.

O programa agrário de 1903 fôra elaborado quando havia um movimento camponês relativamente pouco desenvolvido, quando a principal tarefa do Partido no campo consistia em incorporar o campesinato à luta revolucionária contra o tsar e os latifundiários. A reivindicação relativa à devolução dos recortes cuja existência originava as formas mais selvagens de exploração feudal, tinha por objetivo incrementar a luta de classes dos camponeses contra os latifundiários e abrangia um prazo historicamente curto, até o começo do movimento camponês de massas. O programa agrário aprovado pelo II Congresso do P.O.S.D.R. representou grande papel na preparação do movimento revolucionário de massas do campesinato.

A primeira revolução democrático-burguesa na Rússia, que se iniciara em janeiro de 1905, exigia do Partido a elaboração de uma nova tática em relação ao campesinato, que correspondesse às novas condições de luta. Essa tarefa foi realizada pelo III Congresso do P.O.S.D.R., o primeiro Congresso bolchevique do Partido.

No período de preparação do Congresso, em vários artigos, Lênin fundamentou em todos seus aspectos a necessidade e a importância prática de primeira monta da hegemonia do proletariado e da aliança entre a classe operária e o campesinato na revolução que se iniciara, apontando os meios para realizá-las; para organizar e chefiar esta aliança o Partido devia apoiar o movimento democrático revolucionário do campesinato, levando-o avante, emprestar-lhe o caráter organizado e consciente. Prevendo o inevitável ascenso do movimento revolucionário camponês, Lênin propôs que

se substituísse no programa agrário a reivindicação da devolução dos recortes pela reivindicação da expropriação total das terras dos latifundiários. No informe ao III Congresso do Partido Lênin propôs substituir o termo "expropriação", que admitia a possibilidade da indenização, pelo conceito mais exato "confisco das terras dos latifundiários", ressaltando com isso que o Partido era decididamente contra qualquer indenização das terras tomadas dos latifundiários.

O Congresso aprovou a resolução leninista sobre a atitude quanto ao movimento camponês, obrigando tôdas as organizações partidárias a "propagar entre as amplas camadas do povo que a social-democracia tem por objetivo apoiar o mais enérgicamente possível tôdas as medidas revolucionárias do campesinato, capazes de melhorar sua situação, até ao confisco das terras dos latifundiários, do Estado, da igreja, dos mosteiros e da nobreza" ("O P.C.U.S. nas resoluções e decisões dos Congressos, Conferências e Plenos do C.C." — E.P.E., 1953, Parte I, pág. 80). Aí Lênin ressaltava de maneira particular que as terras dos latifundiários deviam ser tomadas pelos próprios camponeses até a Assembléia Constituinte, através dos Comitês revolucionários de camponeses, considerados pelos bolcheviques como organizações de luta pela derrubada do poder do tsar e dos latifundiários.

A teoria da transformação da revolução democrático-burguesa em socialista, elaborada por Lênin, foi uma grandiosa conquista do marxismo-leninismo no período da primeira revolução russa. À classe operária e a seu Partido apresentava-se uma tarefa imediata: levar até o fim a revolução democrática, isto é, derrubar a autocracia e criar a República, estabelecer a ditadura democrático-revolucionária do proletariado e do campesinato para preparar o campo à vitória da revolução socialista e à instauração da ditadura socialista do proletariado. O programa agrário bolchevique, elaborado por Lênin para o IV Congresso (unificado), estava subordinado a essas tarefas. A reivindicação do confisco das terras dos latifundiários através de comitês revolucionários de camponeses e da nacionalização de tôdas as terras pelo Estado emprestavam ao movimento camponês um caráter de orientação perfeitamente definido e se destinava a concluir completamente a revolução democrática nas relações agrárias. A nacionalização da terra, abolindo a propriedade privada da terra, varria totalmente tôdas as sobrevivências do feudalismo não só nas terras confiscadas dos latifundiários como também nas parcelas de terra de propriedade campo-

nesa, que se constituíram ainda durante a servidão e estavam sujeitas ao sistema de pagamento em trabalho. A nacionalização da terra acabava com a renda absoluta e assim libertava a sociedade do tributo apropriado pelos proprietários de terra: permitia ao camponês granjeiro organizar a economia sem gastos de capital com a compra da terra, e utilizar todo o capital na produção. Lênin escreve em sua obra clássica "O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907": "A nacionalização da terra é não só o único meio de acabar totalmente com o medievalismo na agricultura, mas também o melhor modo de ordem territorial concebível no capitalismo" (Obras, t. XIII, pág. 391, ed. russa).

A reivindicação bolchevique de nacionalização da terra refletia de maneira mais completa as necessidades do desenvolvimento histórico da Rússia na época da revolução democrático-burguesa. A necessidade já madura de abolir revolucionariamente tôdas as sobrevivências do feudalismo na posse da terra transformava as massas camponesas em partidários espontâneos da nacionalização da terra, em partidários do programa agrário dos bolcheviques.

Para a classe operária e seu Partido a nacionalização da terra tinha significação primordial como meio que facilita a transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista. Acabando com a propriedade privada da terra, a nacionalização solapava a dependência que escravizava o pequeno camponês a sua própria e diminuta parcela de terra e assim facilitava ao Partido atrair o campesinato trabalhador como aliado do proletariado na revolução socialista. O programa agrário leninista era um programa revolucionário combativo, que conclamava os operários e camponeses a se erguerem contra o tsar e os latifundiários; sua realização garantia o coroamento mais conseqüente da revolução democrático-burguesa e a criação das condições mais favoráveis para a luta revolucionária na etapa seguinte, na etapa socialista da revolução. Justamente essa última circunstância não era levada em conta pelos defensores da repartição ao se manifestarem contra a nacionalização da terra no IV Congresso do Partido.

Lênin submeteu a uma crítica esmagadora o programa menchevique de municipalização da terra; os mencheviques exigiam a alienação de parte das terras dos latifundiários e também que estas ficassem à disposição dos órgãos superiores de autonomia local, conservando-se a propriedade privada das terras outorgadas aos campone-

ses. Ao invés da tomada revolucionária das terras dos latifundiários pelos comitês camponeses e seu confisco sem indenização, os mencheviques propunham a "alienação" das terras dos latifundiários, sendo, porém, de fato partidários da indenização. Seu programa não visava resolver revolucionariamente a questão agrária, mas sim de maneira reformista, visava ao acôrdo com os latifundiários. O programa menchevique de municipalização da terra, reacionária pelo seu conteúdo social e econômico, baseado em premissas falsas e anti-marxistas (negação da renda absoluta) orientava-se de fato para a derrota da revolução, e para a transação com os latifundiários.

Os bolcheviques elaboraram seu programa agrário na luta contra os partidos burgueses e pequeno-burgueses; a luta mais aguda foi travada contra os social-revolucionários, portavozes dos interesses de classe dos kulaks, minoria abastada do campo. Os social-revolucionários prejudicavam o movimento revolucionário, minavam a aliança entre a classe operária e o campesinato, desviando fôrças para atos aventureiros de terror individual.

Os bolcheviques desmascararam impiedosamente tôdas as tentativas dos social-revolucionários em se dissimularem como socialistas, demonstrando que a famigerada reivindicação social-revolucionária de socialização da terra nada tem de comum com o socialismo.

No período da Duma os bolcheviques exerceram grande influência sôbre os trudoviks, grupo que se formara já durante a Primeira Duma representado por deputados de camponeses. Criticando a falta de consequência e os preconceitos pequeno-burgueses dos trudoviks, os bolcheviques procuravam tirá-los da influência da burguesia liberal, reuniam as fôrças democráticas contra os cadetes contra-revolucionários e contra as centúrias negras, direitistas.

Os cadetes foram o principal inimigo da classe operária e de seu Partido na luta pelo campesinato durante todo o período da Duma. Apresentando-se como democratas, os cadetes contavam com a decomposição nas fileiras do movimento revolucionário; com sua reivindicação demagógica de alienar parte das terras dos latifundiários a preço "justo", estabelecido pelos latifundiários, procuravam separar o campesinato da classe operária, tentavam levar as massas camponesas à acôrdos com os latifundiários e o tsarismo por meio de pequenas concessões ao campesinato abastado. O desmascaramento dos cadetes e seu isolamento em relação às massas trabalhadoras permitiram que os bolcheviques consolidassem a aliança entre a classe

operária e o campesinato e assegurassem a hegemonia do proletariado na revolução democrática.

As tentativas do governo tsarista em afogar a revolução com sangue, as tentativas de salvar a propriedade dos latifundiários sobre a terra por meio da reforma agrária de Stolipin — pela criação de um apoio social para a autocracia no campo constituído pelos kulaks — fracassaram. A luta dos camponeses pela terra não só não cessava, mas, pelo contrário, incentivava-se com novo vigor após certa calma.

O desenvolvimento econômico-político na Rússia no período entre as duas revoluções confirmou integralmente a justeza do programa agrário e da política agrária dos bolcheviques. O numeroso campesinato convenceu-se, na prática, de que não receberia nem a terra nem a liberdade das mãos do tsar e das mãos da burguesia liberal. Somente em aliança com a classe operária e sob sua direção, na luta intransigente contra a autocracia e os latifundiários, era possível resolver o problema da terra em proveito do campesinato. A idéia leninista de confisco das terras dos latifundiários e de nacionalização de toda a terra inspirava o campesinato a uma nova revolução.

\* \* \*

A revolução democrático-burguesa de fevereiro não terminou com a passagem total do poder para o povo insurreto e com a instauração completa da Ditadura democrático-revolucionária do proletariado e do campesinato. Em consequência da traição dos mencheviques e dos social-revolucionários, maioria nos Soviets, o poder foi transmitido voluntariamente à burguesia imperialista. O povo não conseguiu a paz e a liberdade, os operários não conseguiram pão e os camponeses a terra.

Todavia, a revolução de fevereiro modificou a correlação das forças de classe do país, estabeleceu para a classe operária e para o seu Partido novas tarefas, relativas à passagem para a revolução socialista. Apresentou-se de maneira nova o problema da aliança entre a classe operária e o campesinato. O Partido Comunista procurou uma palavra de ordem estratégica nova, a segunda, em relação ao campesinato: em conjunto com o campesinato mais pobre, contra a burguesia urbana e rural, com a neutralização do camponês médio pela vitória da revolução socialista.



A situação na Rússia constituíra-se de tal maneira que as tarefas da revolução democrático-burguesa só podiam ser realizada com êxito pela revolução socialista do proletariado. Ao mesmo tempo, a própria vitória da revolução socialista só seria possível se contasse com o apoio decisivo por parte dos pobres do campo, que constituíam 2/3 da população camponesa, e, no mínimo, com a neutralização do campesinato médio. Justamente para a conquista da maioria do campesinato trabalhador é que se destinava o programa agrário dos bolcheviques, formulado nas célebres Teses de Abril de Lênin e na resolução da VII Conferência (de Abril) dos bolcheviques, aprovada de acôrdo com o informe de Lênin. No programa agrário o centro de gravidade foi transferido para os Soviets de deputados dos operários agrícolas, e como reivindicação prática foi apresentado o confisco das terras dos latifundiários e a nacionalização de tôdas as terras pelo Estado com sua transferência para o campesinato, organizado nos Soviets de deputados camponeses. Os bolcheviques conclamavam os camponeses a tomarem imediatamente, de maneira organizada, as terras dos latifundiários através dos Soviets de deputados dos camponeses.

Na base do programa agrário estavam as velhas reivindicações bolcheviques, fundamentadas em tôdos seus aspectos por Lênin já no período da revolução de 1905-1907, mas em seu todo êsse programa agrário tinha novo conteúdo, definido pela nova correlação das forças de classe no período da transformação da revolução democrático-burguesa em socialista. Era o programa orientado não só para o completo coroamento da revolução agrária democrático-burguesa, mas também para a mobilização do campesinato trabalhador, sob a direção da classe operária, para a revolução socialista.

Tôdas as reivindicações do programa agrário só podiam ser realizadas com a passagem do poder para as mãos do proletariado e do campesinato mais pobre, isto é, com a vitória da revolução socialista. Nas resoluções da Conferência de Abril dos bolcheviques formulou-se uma tarefa imediata: criar, à base das propriedades confiscadas aos latifundiários, grandes economias coletivas modelos — e declarou-se o apoio à iniciativa dos Comitês de camponeses, que "entregam o gado e os instrumentos de trabalho ao campesinato organizado nêsses Comitês para a utilização, coletiva e regulamentada no cultivo de tôdas as terras" ("O.P.C.U.S. nas Resoluções e decisões dos Congressos, Conferências e Plenos do C.C." Tomo I, pág. 341, Ed. russa).



As reivindicações agrárias dos bolcheviques foram realizadas na segunda etapa, etapa socialista da revolução em meio a uma luta tenaz contra os partidos pequeno-burgueses dos social-revolucionários e dos mencheviques, os quais participavam do governo provisório burguês. Os mencheviques tudo faziam para impedir que os camponeses se apoderassem da terra dos latifundiários. O cúmulo da traição aos interesses do campesinato foi o envió, pelo menchevique Nikitin, ministro do interior, de destacamentos punitivos às regiões onde o movimento camponês tinha um caráter de massas. Fracassou também o partido dos social-revolucionários, que definitivamente passou, assim como os mencheviques, para o campo da burguesia contra-revolucionária. Dois ministros da agricultura estiveram sucessivamente no governo provisório, indicados pelos social-revolucionários — Chernov e Maslov — e ambos tudo fizeram para conservar a economia latifundiária. Chernov prometia francamente aos grandes proprietários a indenização de suas terras à custa do Estado, isto é, dos contribuintes. Às vésperas de Outubro, quando todo o campo era dominado pelos levantes camponeses, Maslov apresentou um novo projeto de lei agrária, por V. I. Lênin denominado de projeto dos latifundiários, redigido para um acôrdo com os latifundiários e para salvá-los. A vida desmascarou completamente o caráter demagógico e de traição do programa agrário dos social-revolucionários e de sua política agrária.

O campesinato trabalhador manifestava claramente suas exigências nos mandatos apresentados ao I Congresso Pan-Russo dos Soviets de deputados dos camponeses. Em tôdas as regiões do país elaboravam-se mandatos, em todos êles havia a exigência de alienação sem resgate de tôdas as terras, a abolição da propriedade privada da terra, a transformação de tôdas as terras em patrimonio de todo o povo e sua transferência àqueles que nelas trabalhavam.

O Partido Bolchevique foi o único que expressava de maneira consequente não só os interesses da classe operária mas também do campesinato trabalhador. Quando se publicou o mandato geral, elaborada à base de 242 mandatos camponeses, Lênin apoiou-o, apoiando também a exigência de utilização igualitária da terra. Aí os bolcheviques partiam de que não era a questão particular do aproveitamento igualitário que tinha significação decisiva, mas sim a questão básica da conquista do poder político pelo proletariado e pelo campesinato mais pobre. O apoio prestado pelos bolcheviques a essas reivindicações dos camponeses contribuía para reforçar a

aliança entre a classe operária e o campesinato trabalhador, para fortalecer o papel dirigente do proletariado, para mobilizar e aglutinar o exército revolucionário.

No período de preparação da revolução socialista os bolcheviques realizaram um imenso trabalho para unir os pobres do campo, os operários agrícolas em organizações independentes, para desmascarar a política anti-popular dos social-revolucionários, política de apoio aos kulaks. Particular significação tiveram as decisões do VI Congresso do Partido, que aprovou um amplo programa de preparação direta da revolução socialista e que orientou o Partido para o levante armado. Como resultado do desmascaramento e da derrota dos partidos conciliadores dos mencheviques e dos social-revolucionários, em bancarrota, o Partido Comunista chefou indivisivelmente a luta revolucionária da classe operária e do campesinato trabalhador, levando-os à revolução socialista vitoriosa. Sem a conquista da maioria do campesinato para o campo da classe operária, para o campo dos bolcheviques, seria impossível a vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Por proposta de Lênin, o II Congresso Pan-Russo dos Soviets promulgou o histórico decreto sobre a terra. Nas curtas palavras do decreto de Lênin consolidou-se a vitória dos operários e camponeses revolucionários insurretos. Nelas expressava-se o programa agrário do Partido Bolchevique, realizado na prática, que refletia as aspirações seculares do campesinato trabalhador. De acordo com o decreto sobre a terra e os mandatos camponeses, introduzidos no decreto como parte constituinte e específica, "para orientar na realização de grandes transformações agrárias" a propriedade latifundiária sobre a terra era revogada imediatamente, sem qualquer indenização; revogava-se para sempre a propriedade privada da terra; toda a terra no país, inclusive as terras dos camponeses tornava-se patrimônio de todo o povo e era transferida como usufruto a todos os camponeses trabalhadores.

A essência político-econômica do decreto residia no confisco das terras dos latifundiários e, nessa base, na nacionalização de todas as terras no país. Era a nacionalização socialista da terra, realizada pela ditadura proletária como resultado da vitória da revolução socialista. A nacionalização da terra vibrou um sério golpe contra a propriedade privada dos meios de produção em geral. Punha fim à adstrição escravizadora do pequeno camponês à sua parcela de terra e a seguir facilitava-lhe a passagem da pequena economia individual para a grande produção colcosiana, socialista.

O decreto sobre a terra teve uma importância imensa, histórica e mundial. Pela primeira vez na história o problema da terra era resolvido no interesse daqueles que nelas trabalhavam. O decreto demonstrava ao campesinato de todo o mundo que somente das mãos da classe operária o campesinato pode conseguir a terra sem qualquer resgate.

Pelo decreto sobre a terra, em que esta era transferida gratuitamente aos camponeses, transferia-se mais de 150 milhões de deciatinas de antigas terras dos latifundiários e de outros proprietários privados; os camponeses se libertavam dos pagamentos anuais do arrendamento aos latifundiários, que representava cerca de 700 milhões de rublos-ouro; aboliam-se as dívidas dos camponeses para com o Banco Territorial e Agrícola no valor de mais de 1 bilhão e 300 milhões de rublos-ouro.

No processo de realização do decreto sobre a terra, particularmente no capítulo relativo às terras confiscadas, manifestou-se claramente a oposição de classe entre os interesses dos pobres do campo e os kulaks, acendia-se entre eles a luta, intensificou-se a coesão do campesinato pobre em torno do proletariado urbano e desenvolveu-se a revolução socialista no campo. Os kulaks foram privados dos títulos de posse da terra, e da renda resultante da sub-locação da terra dos latifundiários, sua influência política no campo também reduziu-se. Por isso, ofereciam uma tenaz resistência às medidas do Poder soviético, particularmente no domínio da política agrária e de víveres. Por outro lado, as massas de camponeses pobres e camponeses médios, arruinadas por uma guerra de 4 anos, não tinham em quantidade suficiente meios de produção, sementes e víveres para utilizar integralmente a terra dos latifundiários recebida da classe operária. Havia o perigo real de fome. A luta contra a fome tornou-se tarefa central, sem cuja realização era impossível salvar a revolução socialista. Era necessário ajudar os pobres do campo e organiza-los para a luta contra o inimigo economicamente poderoso — os kulaks — derrotar a estes contra-revolucionários, minar sua base econômica, priva-los do pão e fornece-lo aos pobres do campo, aos operários e ao exército. Com esse objetivo criaram-se em junho de 1918 comitês de camponeses pobres, que se tornaram pontos de apoio da ditadura do proletariado no campo.

Os comitês de camponeses pobres, dirigidos pelos operários enviados da cidade, representaram importante papel na derrota dos kulaks, no confisco dos seus víveres, no armazenamento dos cereais,

no confisco das terras e do equipamento agrícola dos kulaks, na formação de destacamentos para o Exército Vermelho. Como resultado da atividade dos comitês de camponeses pobres, mais 50 milhões de hectares de terra e muitos utensílios agrícolas ficaram em poder das massas de camponeses pobres e camponeses médios.

A atividade dos representantes da classe operária, dos comitês de camponeses pobres, o desenvolvimento da revolução socialista provocaram a modificação radical da situação política e econômica no campo. O despojamento dos kulaks realizado pelos comitês de camponeses pobres, reduziu consideravelmente o peso específico da minoria abastada dos kulaks. Ao mesmo tempo, o coroamento do confisco e a distribuição das terras dos latifundiários e dos kulaks e de parte dos instrumentos agrícolas entre o campesinato trabalhador reduziu o peso específico dos camponeses pobres. No campo passava a predominar o camponês médio. Este, convencendo-se das vantagens e da solidez da ditadura do proletariado voltava-se para o poder soviético.

\* \* \*

V. I. Lênin acompanhava atentamente o estado de espírito das massas de milhões do campesinato; percebeu no momento preciso que o camponês médio se voltava no sentido dos Soviets e orientou o Partido para a passagem da política de neutralização do camponês médio para a política de sólida aliança com o mesmo. Em novembro de 1918 Lênin formulou a terceira palavra-de-ordem estratégica do Partido em relação à questão camponesa: conseguir o acôrdo com o campesinato médio, sem enfraquecer por um minuto a luta contra o kulak, apoiando-se sólidamente no campesinato pobre. No VIII Congresso do Partido essa palavra de ordem foi aceita como lei partidária.

Em tôda sua atividade, o Partido Comunista partia de que na época da ditadura do proletariado a questão agrária e camponesa tem novo conteúdo. O Partido Comunista indicava que o poder da classe operária só pode ser mantido e consolidado à base da aliança entre o proletariado e as massas trabalhadoras das classes não proletárias, e sobretudo das massas trabalhadoras do campesinato. O caráter particular dessa aliança está em que sua força dirigente é a classe operária e em que um Partido — o Partido Comunista — dirige o Estado.

A ditadura do proletariado é uma forma peculiar da aliança de classe entre o proletariado e as massas trabalhadoras do campesinato.

A tarefa mais importante da ditadura do proletariado reside em separar definitivamente da burguesia as massas trabalhadoras exploradas do campesinato, em fortalecer a aliança do proletariado com essas massas, integrá-las na construção do socialismo e colocá-las sob a direção do Estado.

Se a conquista do poder se realiza pelo proletariado em aliança com o campesinato pobre, sua consolidação e utilização para a transformação socialista da economia só é possível com a instauração e uma sólida aliança entre o proletariado, — que se apoia no campesinato pobre, — e o campesinato médio. O Partido devia, como afirmava Lênin, dedicar uma atenção dupla e tríplice ao problema do campesinato médio.

O eixo básico do programa agrário do Partido Comunista após a conquista da ditadura do proletariado foi a reorganização socialista do campo à base da técnica moderna. No programa aprovado pelo VIII Congresso do Partido afirmava-se que as mais importantes medidas que visavam à organização da grande agricultura socialista, são as seguintes: criação dos sovcoses, apoio estatal por tôdas as formas às associações de amanhã coletivo das terras, mobilização através do Estado de todos os técnicos da agricultura para a realização de enérgicas medidas destinadas a desenvolver o cultivo da terra.

O Partido considerava estas medidas como o caminho básico e principal para a contínua elevação da produtividade do trabalho agrícola. Ao mesmo tempo, o Partido considerava necessário prestar ajuda aos camponeses individuais — pobres e médios — para aumentar a produtividade de suas economias. No programa indicava-se pela primeira vez que abolir a oposição entre a cidade e o campo é uma das tarefas fundamentais para a construção do comunismo e que era necessário a incorporação ampla e planificada dos operários da indústria à construção do comunismo na agricultura.

Lênin ressaltou com todo o vigor que o papel do proletariado, particularmente num país como o nosso, reside em dirigir a transição das pequenas economias camponesas para o trabalho social, coletivo. A mudança na atitude do Partido em relação aos camponeses médios, a passagem da política de neutralização dos camponeses médios para a política de sólida aliança com os mesmos foi consolidada pelas medidas correspondentes e sobretudo pela liquidação dos Comitês de camponeses pobres, e de sua fusão com os Soviets. A realização da política de aliança sólida com o campesinato médio com o apoio do campesinato pobre e a luta implacável contra os kulaks represen-



tava um papel decisivo na vitória sobre os guardas-brancos e os intervencionistas na guerra civil.

Nos anos da guerra civil e da intervenção militar estrangeira formou-se a aliança militar e política entre a classe operária e o campesinato trabalhador. À sua base estavam o interesse comum a ambas as classes em derrotar os intervencionistas, a contra-revolução interna e defender a pátria socialista.

Defendendo a ditadura do proletariado nas lutas pela derrota da contra-revolução externa e interna, o Partido elaborou uma nova política, que correspondia às tarefas ligadas à construção pacífica do socialismo.

O X Congresso do Partido aprovou a nova política econômica, que criava o interesse econômico do camponês, concorria para aumentar a produtividade de seu trabalho, o desenvolvimento da agricultura e garantir uma sólida aliança econômica entre a classe operária e o campesinato para a construção do socialismo. Essa política permitia satisfazer a exigência do campesinato médio de comerciar livremente, permitia fortalecer a agricultura e consolidar a aliança entre a classe operária e o campesinato médio, e assegurar a vitória dos elementos socialistas sobre os capitalistas.

Na inquebrantável aliança entre a classe operária e o campesinato trabalhador Lênin viu a base da invencibilidade do Estado soviético e de todos os êxitos na construção do socialismo. No artigo "Como devemos reorganizar a inspeção operária e camponesa", Lênin escreve que no final das contas o destino de nossa República dependerá de que a massa camponesa marche com a classe operária, mantendo a fidelidade à aliança com essa, ou permita que os "homens da NEP" a separem dos operários.

Para resolver a questão agrária no período de transição do capitalismo ao socialismo, necessário era encontrar os caminhos e as formas para a transformação da economia camponesa individual e dispersa em economia socialista grande e coletiva.

Em seu notável artigo "A cooperação" Lênin apontou os meios para a transformação socialista da economia pequeno-camponesa. Nesse artigo, escrito em janeiro de 1923, foi exposto o plano cooperativo, plano segundo o qual os camponeses passariam para o socialismo. A essência do plano cooperativo de Lênin estava em que nas condições da ditadura do proletariado a incorporação do campesinato à construção socialista devia passar pela cooperação; era preciso introduzir progressivamente na agricultura o coletivismo, primeiro no

domínio da venda e posteriormente no da produção agrícola. Na ditadura do proletariado, em virtude da aliança entre a classe operária e o campesinato e estando tôdas as alavancas de comando da economia nas mãos do estado proletário, a cooperação organizada com acêrto, abrangendo massas de milhões do campesinato, é um meio pelo qual é possível construir a sociedade socialista. O cooperativismo é poderoso meio para o ascenso do bem estar no campo e para livrar as amplas massas do campesinato da exploração e da miséria.

O poder do cooperativismo e seu papel na sociedade soviética explicam-se pelo fato de que nele se encontrou a forma bastante eficiente de combinar os interêsses pessoais do campesinato com os interêsses sociais gerais do Estado. A cooperação agrícola, o cooperativismo na produção da agricultura, tornou-se a principal forma de movimento cooperativo, que garantiu a passagem do campesinato trabalhador para o socialismo.

O plano cooperativista de Lênin foi um novo e genial desenvolvimento das concepções do marxismo na questão agrária e camponesa, a concretização do programa agrário do Partido Comunista é parte inseparável do programa geral de construção da sociedade comunista.

Lênin afirmou que a lavra coletiva da terra é coisa difícil, porque não pode desaparecer de repente o hábito de realizar economias separadas, mas a situação objetiva do campesinato do país soviético cria possibilidades reais para a reorganização socialista do campo. O campesinato de nosso país passou pela escola de três revoluções, recebeu a terra das mãos da classe operária e tornou-se reserva desta. Estima a cooperação política e a amizade com o proletariado e por isso concorda em cooperar economicamente com o mesmo para construir o socialismo. Ao mesmo tempo, a existência da ditadura do proletariado e a nacionalização dos instrumentos e dos meios de produção básicos criaram condições favoráveis para o desenvolvimento da agricultura no sentido do socialismo. Para transformar tôdas essas possibilidades em realidade, o Partido Comunista preparou as necessárias premissas políticas, materiais e técnicas para a transformação socialista da agricultura.

A vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro foi condição importante e premissa para que os camponeses tomassem um novo caminho, o caminho dos colcoses. A nacionalização da terra criou condições favoráveis para a organização de grandes economias socialistas na agricultura, as quais não tinham necessidade de gastar recursos com a compra da terra. Lênin afirma: "... A nacionalização

da terra deu ao Estado proletário as maiores possibilidades para passar ao socialismo na agricultura" (Obras, Tomo XXVIII, pág. 291 — Ed. russa).

A criação da grande indústria foi uma das condições básicas para a preparação da coletivização da agricultura. Lênin ensina que só a grande indústria de fabricação de máquinas é capaz de reorganizar a agricultura, pode ser a base material do socialismo. A base material, o emprêgo de tratores, a técnica agrícola, fornecida ao campo em ampla proporção, representam papel decisivo na reeducação do camponato no espírito do socialismo, e preparam os coletivistas. Em virtude de um trabalho tenaz, o povo soviético criou uma indústria pesada amplamente desenvolvida.

O Partido Comunista e o Estado soviético realizaram imenso trabalho para desenvolver a organização de cooperativas no campo. O Estado soviético destinou profusamente meios para apoiar economicamente as economias dos camponeses pobres e para reuni-las em cooperativas.

A partir de 1929 desenvolveu-se uma ampla organização de E.M.T. que representaram uma poderosa alavanca para a reorganização socialista da agricultura, um meio de consolidar a aliança de produção entre a indústria e a agricultura. Em sua qualidade de base industrial do regime colcosiano, as Estações de Máquinas e de Tratores representam, como se afirma na Resolução no Pleno de setembro do C.C. do P.C.U.S. de 1953, o papel principal e decisivo no contínuo desenvolvimento da agricultura, no fortalecimento orgânico e econômico dos colcosos.

Os sovcoses tiveram grande significação para preparar a coletivização. Possibilitaram aos camponeses persuadirem-se diretamente das vantagens da grande exploração, prestaram-lhe ajuda em tratores, sementes selecionadas e gado de raça.

O preparo das condições para realizar a coletivização total verificou-se em meio a uma intensa luta contra os kulaks. Nessa luta o Partido Comunista reuniu em torno de si as massas de camponeses pobres e de camponeses médios. Os camponeses pobres e os camponeses médios ajudaram ativamente a desmascarar as maquinações dos kulaks e os métodos que êsses empregavam para sabotar o armazenamento de cereais.

Em suas decisões o XV Congresso do Partido estabeleceu o programa completo de luta pela vitória do socialismo no campo e mobilizou o Partido, a classe operária e as massas trabalhadoras do

campesinato para a realização dessa grande reviravolta revolucionária. O Congresso reconheceu que as condições para o movimento colcosiano de massas já haviam amadurecido, e tomou uma decisão para o amplo desenvolvimento da coletivização. O Congresso ressaltou que nessa etapa a unificação e a transformação das pequenas economias camponesas individuais em grandes explorações coletivas constituíam a tarefa básica do Partido no campo. As decisões do Congresso constituíam um plano preciso para ampliar e reforçar os colcoses, os sovcoses, a cooperação de consumo, a cooperação agrícola, a cooperação de artes e ofícios para melhorar o abastecimento dos colcoses e das economias camponesas com máquinas agrícolas e para financiar a construção colcosiana. O Congresso elaborou o programa e os métodos de luta pela coletivização da agricultura, e pela limitação e expulsão do kulak de um modo mais persistente e sistemático. O Congresso dedicou especial atenção à formação e refôrço de comissões de camponeses pobres, criadas com a finalidade de isolar politicamente e desbancar econômicamente os kulaks, e de fortalecer a aliança entre a classe operária e o campesinato médio.

A atividade do Partido Comunista para realizar o programa leninista na agricultura, para reforçar a aliança entre a classe operária e o campesinato desenvolveu-se em meio de uma intensa luta contra os trotskistas, contra os direitistas restauradores do capitalismo e outros inimigos do leninismo. O Partido derrotou os trotskistas que tentavam solapar a industrialização do país, os quais propunham organizar a indústria à base da exploração do campesinato tendo em mira desfazer a aliança entre a classe operária e o campesinato trabalhador.

O Partido também desmascarou e desfez as teorias contra-revolucionárias da burguesia, formuladas pelos capitulacionistas de direita em contra-pêso ao plano cooperativista de Lênin. O Partido desmascarou a teoria anti-marxista do "equilíbrio", a qual afirmava que o desenvolvimento da economia nacional em nosso país verifica-se a base da coexistência pacífica entre os setores socialista e capitalista, da integração pacífica dos kulaks no socialismo. O Partido vibrou um golpe esmagador contra a teoria burguesa do "expontaneísmo", segundo a qual em seguida à cidade socialista o campo se incorpora espontaneamente ao socialismo, e que por isso não há necessidade de dirigir a reorganização socialista do campo. O Partido rejeitou a teoria da "estabilidade" da pequena economia camponesa e desmas-

carou a calúnia dos trotskistas-bukharinistas que negavam a natureza socialista dos colcoses.

No trabalho "Os problemas da política agrária na U.R.S.S.", J. V. Stálin revela o sentido de classe dessas teorias postas em voga pelos apologistas do capitalismo, demonstrando que tôdas elas têm por finalidade minar a aliança entre a classe operária e os camponeses, socavar a construção do socialismo. A derrota das teorias anti-marxistas na questão agrária e camponesa foi condição necessária para o cumprimento da política bolchevique de industrializar o país e coletivizar a agricultura, para a realização vitoriosa do plano cooperativista de Lênin.

A classe operária, como classe dirigente da sociedade soviética, prestou a seu aliado — o campesinato trabalhador — não só ajuda material, técnica e financeira, como também assistiu-lhe com sua experiência e seus quadros. Em novembro de 1929 o C.C. do P.C. (b), da U.R.S.S. tomou a decisão de mobilizar 25 mil operários de vanguarda para o trabalho no campo: nos colcoses, nos soviets rurais e nas EMT. Muitos milhares de outros trabalhadores da indústria dirigiram-se, em diferentes épocas, para as EMT, colcoses e sovcoses.

Os enviados da classe operária levavam ao campo sua experiência revolucionária, sua têmpera revolucionária, sua capacidade de organização, e fortaleceram a aliança entre a classe operária e o campesinato. Aglutinaram os camponeses pobres e os camponeses médios na luta contra os kulaks, ajudaram a organizar novos colcoses, consolidaram os velhos colcoses e foram os melhores agitadores e propagandistas entre os camponeses.

Realizando as diretivas programáticas do grande Lênin, o Partido Comunista e o Estado Soviético conduziram o campesinato soviético, com firmeza e segurança, pelo caminho da coletivização. A política de coletivização era realizada tendo em vista a construção do socialismo, em prol dos próprios camponeses, permitindo que o campesinato se livrasse das privações, aumentasse a produtividade do trabalho, utilizasse a técnica moderna e as conquistas da ciência agro-biológica. A classe operária e as massas trabalhadoras do campesinato aprovaram e apoiaram a política do Partido para o desenvolvimento dos colcoses e dos sovcoses; essa política definia os objetivos do movimento colcosiano que se iniciara, emprestava-lhe ampla envergadura, removendo os obstáculos que se apresentassem em seu caminho.



O plano cooperativo de V. I. Lênin, sua idéia de transformação socialista da economia camponesa individual, foram desenvolvidos, concretizados e enriquecidos por J. V. Stálin, o grande continuador da obra de Lênin. Apoiando-se nas teses leninistas, generalizando a experiência da construção do socialismo na U.R.S.S., J. V. Stálin afirmou que para acostumar o campesinato à construção do socialismo, é preciso desenvolver as diferentes formas de cooperação como condição necessária no preparo da coletivização da agricultura. Demonstrou a importância do artel agrícola como forma básica de construção colcosiana na etapa atual, fundamentou a passagem da política de limitação e expulsão dos kulaks para a política de liquidação dos kulaks como classe à base da coletivização total.

A coletivização das economias camponesas foi expressão da lei econômica objetiva do desenvolvimento da sociedade soviética, a qual não podia, durante longo tempo, basear-se em dois princípios econômicos opostos: na cidade, à base da grande indústria socialista, no campo, à base da pequena economia camponesa individual que origina o capitalismo. O viramento radical dos camponeses trabalhadores no sentido dos colcoses verificou-se na segunda metade de 1929. Para os colcoses encaminharam-se os camponeses médios que representavam a massa fundamental do campesinato individual. Desenvolveu-se o processo da coletivização total e da liquidação, nessa base, dos kulaks como classe, processo preparado pelas medidas tomadas pelo Partido Comunista e o Governo soviético, e por toda a marcha anterior do desenvolvimento do país.

A viragem das massas fundamentais do campesinato para o socialismo permitiu que o Partido Comunista passasse da política de limitação e de expulsão dos elementos capitalistas no campo para a nova política, a política de liquidação dos kulaks como classe à base da coletivização total. A política da coletivização total e da liquidação dos kulaks como classe foi consolidada na resolução do Comitê Central de 5 de janeiro de 1930. "O ritmo de coletivização e as medidas de ajuda do Estado à construção colcosiana". Nas resoluções do C. C. havia importantes indicações de que a forma principal do movimento colcosiano na referida etapa é o artel agrícola. O C. C. do Partido advertia contra a transgressão do princípio da voluntariedade no ingresso dos camponeses nos colcoses e com toda a seriedade prevenia as organizações do Partido contra qualquer tendência a submeter o movimento colcosiano a "decretos" vindos de cima.

A decisão do Comitê Central do Partido de 5 de janeiro de 1930 representou imenso papel na realização da política do Partido no campo. Essa decisão foi um programa concreto de grande transformação revolucionária no domínio da agricultura.

Orientando a construção colcosiana pelo único caminho certo, o caminho indicado por Lênin, o Comitê Central do Partido tomou medidas decisivas contra as deturpações e os erros cometidos em várias regiões pelos militantes locais e que se traduziam na violação do princípio da voluntariedade para o ingresso dos camponeses nos colcoses, no absurdo de saltar do artel agrícola para a comuna, na coletivização forçada do gado miudo, das aves domésticas, etc. Em 15 de março de 1930 publicou-se a resolução do C.C. do P.C. (b) da U.R.S.S. "A luta contra as deturpações da linha do Partido no movimento colcosiano". O Comitê Central propôs que se corrigissem imediatamente os erros cometidos, enquanto que seriam destituídos de seus postos e substituídos por outros, os militantes que não sabiam ou não desejavam lutar com firmeza contra as deturpações da linha partidária.

A distorção da linha partidária no movimento colcosiano foi corrigida. Nessa base foram consolidados os êxitos do movimento colcosiano e criado o campo para um novo e poderoso desenvolvimento e reforço do regime colcosiano.

A coletivização total da agricultura e a liquidação dos kulaks como classe foram a mais profunda reviravolta revolucionária, um salto do velho estado qualitativo da sociedade para novo estado qualitativo, equivalente, quanto às suas conseqüências, à reviravolta revolucionária de Outubro de 1917. A peculiaridade dessa revolução residia em que fôra realizada de cima, por iniciativa do poder estatal, com o apoio direto de baixo, pelas massas de milhões do campesinato, que lutavam contra a escravização exercida pelos kulaks e por uma vida colcosiana livre. Foi, assim, realizada a mais difícil tarefa da revolução socialista após à conquista do poder pelo proletariado — a tarefa de passar a pequena economia camponesa para o caminho dos colcoses.

A criação e o fortalecimento do regime colcosiano representam um dos mais grandiosos feitos do povo soviético, uma vitória histórico-mundial conquistada pelo Partido Comunista e pelo Estado Soviético. As relações de produção socialistas, anteriormente existentes sobretudo na indústria, começaram a desenvolver-se rapidamente também na

agricultura. Abriam-se amplas possibilidades ao desenvolvimento das forças produtivas na agricultura soviética.

Como resultado da coletivização no campo e da liquidação dos kulaks como classe, fortaleceu-se ainda mais a aliança entre a classe operária e o campesinato colcosiano. Criaram-se imensas possibilidades para um novo ascenso do nível material e cultural das massas trabalhadoras no campo. O campesinato colcosiano tornou-se sólido ponto de apoio do poder soviético no campo, e a aliança entre os operários e os camponeses transformou-se em amizade inquebrantável.

Com a vitória do socialismo verificaram-se modificações fundamentais na estrutura de classe da sociedade soviética. Foram abolidas as classes exploradoras. No processo da construção do socialismo modificaram-se os próprios criadores da história — os operários, os camponeses e os intelectuais. Libertando-se da exploração, tornaram-se grupos sociais qualitativamente novos, sem precedentes na história. A sociedade soviética é constituída por duas classes amigas — os operários e os camponeses — e também pela intelectualidade, que se acha, por tôdas as raízes, ligada à classe operária e ao campesinato e serve ao povo.

A vitória do modo de produção socialista no campo significava que a aliança entre a classe operária e o campesinato colcosiano tinha agora uma sólida base econômica sob a forma da propriedade socialista, indivisivelmente dominante em tôda a economia nacional e sob duas formas: a estatal e a cooperativo-colcosiana.

Graças à política sábia e clarividente do Partido, o regime colcosiano transformou-se em força inabalável. A agricultura da União Soviética tornou-se a mais avançada do mundo. No nosso país há 94 mil colcosos, 8.950 E.M.T. e mais de 4.700 sovcoses. O Estado Soviético supre ininterruptamente a agricultura com equipamento de primeira classe. Em princípios de 1954 havia na agricultura mais de 1 milhão de tratores (de 15 HP). A base dos colcosos e dos sovcoses aumenta a produtividade na agricultura e a parte de seus produtos destinada ao mercado. A agricultura socialista demonstrou indiscutivelmente sua decisiva superioridade diante da pequena produção mercantil, e também diante da grande produção agrícola capitalista. Tanto nos anos da construção de paz como nos anos da Grande Guerra Patriótica manifestou-se a grande força vital da agricultura socialista, sua capacidade de abastecer de víveres a população e de matéria prima à indústria leve e alimentar, em proporções cada vez maiores.

Graças à superioridade do regime colcosiano, o Partido Comunista conseguiu, nos anos de após-guerra, um novo desenvolvimento na agricultura. A atenção do Partido e do Governo no período de após-guerra concentrou-se na restauração e no desenvolvimento da economia nacional, na luta pela consolidação orgânica e econômica dos colcoses. O Partido Comunista e o Estado Soviético dirigiam diariamente a organização dos colcoses, lutavam contra as violações dos Estatutos do artel agrícola, pela conservação e multiplicação da riqueza social dos colcoses, pela justa organização do trabalho neles. Através das E. M. T., dos órgãos locais do Partido, dos Soviets e dos órgãos territoriais, o Partido e o Governo exercem influência direta sobre o desenvolvimento dos colcoses.

Apoiando-se na poderosa base da indústria pesada, partindo do nível já alcançado pela produção socialista e das necessidades em constante crescimento da sociedade soviética, o Partido Comunista e o Governo Soviético elaboraram um programa cientificamente fundamentado para um novo desenvolvimento do país no sentido do comunismo. Esse programa teve expressão concreta nas decisões do XIX Congresso do P. C. U. S. e da V sessão do Soviet Supremo da U. R. S. S., nas resoluções dos Plenos do C. C. do P. C. U. S. de setembro (1953), fevereiro-março e junho (1954) e de outras decisões do Partido e do Governo. Em suas decisões, baseadas na doutrina todo poderosa do marxismo-leninismo, o Partido e o Governo formularam importantes teses teóricas, que enriquecem a doutrina da construção da sociedade comunista. Com vigor particular o Partido ressalta a necessidade de reforçar por todos os meios a aliança entre os operários e os camponeses, de observar estritamente o princípio do interesse material, de consolidar e desenvolver o artel agrícola como a única forma justa de produção colcosiana em todo o período do socialismo.

Para criar com êxito em nosso país a abundância de víveres para a população e de matérias primas para a indústria leve e alimentar, é necessário, como observou o camarada G. M. Malenkov em seu discurso na V sessão do Soviet Supremo da U. R. S. S., tomar várias e grandes medidas para garantir um novo desenvolvimento da agricultura e, sobretudo, medidas para aumentar o interesse econômico dos colcoses e dos colcosianos. A criação da abundância de produtos agrícolas é tarefa essencial, parte integrante do programa de construção do comunismo. Esse é o elo principal que, agarrado, é possível

eivar verticalmente o bem-estar material do povo, e fortalecer ainda mais a inquebrantável aliança entre a classe operária e o campesinato.

Nas resoluções dos Plenos do C.C. do P.C.U.S. de Setembro e fevereiro-março e nas decisões posteriores do Partido e do Governo estão indicadas as medidas para um novo aumento da produção de cereais, o desenvolvimento da pecuária coletiva, o aumento da produção de batatas e de legumes, a melhoria do trabalho das estações de máquinas e de tratores, o reforço da direção exercida sobre a agricultura pelas organizações do Partido, dos Soviets e pelos órgãos da agricultura.

Como resultado dos êxitos no domínio da economia e da cultura, alcançados pelo país soviético no período precedente, criaram-se imensas possibilidades para intensificar consideravelmente a ajuda à aldeia colcosiana pela cidade socialista, o que representa uma das particularidades mais importantes da aliança entre a classe operária e o campesinato na etapa atual de desenvolvimento da sociedade soviética.

Realizando as indicações do Pleno de Setembro do C.C. do P.C.U.S., o Partido presta séria atenção em aumentar o papel das estações de máquinas e de tratores no desenvolvimento da produção colcosiana, na direção exercida pelo Estado sobre os colcosos. Nas E.M.T. criaram-se quadros permanentes de mecanizadores. Entre o pessoal da E.M.T. contam-se perto de 1 milhão e 250 mil tratoristas, chefes de brigadas de tratores e seus auxiliares, motoristas, etc.

Realiza-se com êxito o programa de reforçar a base material de produção das E.M.T. A ritmo acelerado e em proporções sempre crescentes a agricultura é suprida com equipamento moderno. Somente em 1953 as E.M.T. e os sovcoses receberam 139 mil tratores em geral (de 15 HP), 18 mil tratores para o revolvimento de terra, 69 mil caminhões, 41 mil segadeiras-debulhadoras de cereais e mais de 2 milhões de outras máquinas e instrumentos agrícolas.

O Estado Soviético dedica grandes recursos à realização das medidas que visam a um maior desenvolvimento da agricultura. O orçamento nacional de 1954, ratificado pelo Soviet Supremo da U.R.S.S., prevê despesas com o fomento da agricultura no valor de 74 bilhões e 400 milhões de rublos.

Em ampla escala a classe operária ajuda o campo colcosiano enviando quadros qualificados. Após o Pleno de Setembro do C.C. do P.C.U.S., procedentes da indústria e de outros setores da economia nacional, foram enviados para as estações de máquinas e de



tratores 23 mil engenheiros e técnicos e dezenas de milhares de mecanizadores; para servir aos colcoses nas E.M.T. foram enviados mais de 100 mil agrônomos e zootécnicos. Isso serve de novo testemunho de que os interesses de nosso país, do Governo Soviético e do povo são unos, e de que a aliança entre a classe operária e o campesinato colcosiano é sólida e inquebrantável.

O Pleno de Junho do C.C. do P.C.U.S. fez o primeiro balanço da luta pelo cumprimento das decisões dos Plenos do C.C. do P.C.U.S. de Setembro, e de Fevereiro-Março, para o rápido desenvolvimento de todos os setores da agricultura e determinou as tarefas inadiáveis para um novo progresso da produção agrícola.

O grande trabalho para um novo fortalecimento da agricultura, desenvolvido pelo Partido e pelo Governo, permitiu que os colcoses, as E. M. T. e os sovcoes realizassem de maneira mais organizada a semeadura de primavera e elevassem a qualidade dos trabalhos agrícolas. Os colcoses e os sovcoes superaram o plano estatal de semeadura das culturas de primavera e semearam 9 milhões e 500 mil hectares a mais do que em 1953.

A tarefa estabelecida pelo Partido e pelo Governo de aproveitamento das terras virgens e de pousio teve ardente apoio entre os colcosianos, os trabalhadores das E.M.T. e dos sovcoes, e também entre a população urbana e se tornou uma tarefa de todo o povo. Atendendo ao apelo do Partido e do Governo, mais de 140 mil pessoas acorreram às E.M.T. e sovcoes para entregarem-se ao cultivo das terras virgens e de pousio. Durante a primavera do corrente ano foi superada a tarefa de semeadura das culturas cerealíferas nas terras virgens e de pousio pelos colcoses e sovcoes.

A vitoriosa realização das históricas resoluções do Partido e do Governo comprova a grande força vital do regime social e estatal soviético e as imensas possibilidades que temos para avançar. A realização dessas decisões consolidará ainda mais a aliança entre a classe operária e o campesinato, fortalecerá nosso Estado socialista soviético, elevará ainda mais o bem-estar do povo e aproximará nosso país do grande objetivo — a construção do comunismo.

\* \* \*

A colossal experiência, acumulada pelo Partido Comunista da União Soviética no trabalho de elaboração teórica de solução prática da questão agrária e camponesa, da criação e do fortalecimento da

aliança entre a classe operária e o campesinato, tem imensa importância internacional. As grandes vitórias alcançadas pelo regime colossiano na U.R.S.S. inspiram as massas de muitos milhões de camponeses dos países capitalistas, coloniais e dependentes para a luta decisiva contra o jugo capitalista e latifundiário, contra a servidão colonial.

O estudo profundo e o emprêgo criador da experiência do P.C.U.S. ajuda os Partidos Comunistas e Operários dos países de democracia popular em sua luta pelo socialismo, pela criação e refôrço da aliança entre a classe operária e o campesinato. A aliança entre os operários e os camponeses foi a principal base política da revolução social, de tôdas as transformações sociais e políticas nos países de democracia popular; essa aliança é um sólido alicerce do poder popular.

Em seu discurso no II Congresso do Partido Operário Unificado Polonês, a 11 de março de 1954, o camarada N. S. Khruchtchiov, ressaltando a importante significação internacional da consolidação da aliança entre a classe operária e o campesinato e particularmente da direção da classe operária nessa aliança, afirmou que a inquebrantável aliança entre a classe operária e o campesinato é a base e a força insuperável do regime de democracia popular. A riquíssima experiência acumulada com a construção do socialismo na U.R.S.S., a experiência de construção das bases do socialismo nos países de democracia popular demonstram, à evidência, que a vitória do novo regime social só é possível à base da sólida aliança entre a classe operária e o campesinato, os quais constituem a esmagadora maioria da população.

Na realização das transformações agrárias os Partidos Comunistas e Operários dos países de democracia popular orientam-se pela experiência do P.C.U.S., acumulada na luta pela construção do socialismo em nosso país, pela criação e refôrço da aliança entre os operários e os camponeses.

A particularidade mais importante das transformações agrárias nos países de democracia popular consiste em que as terras dos latifundiários, e também as terras de propriedade dos traidores da Pátria, dos inimigos dos regimes de democracia popular foram confiscadas e tornaram-se propriedade privada do campesinato mais pobre, dos operários agrícolas e parcialmente do campesinato médio a um baixo preço e à prazo e, em vários casos, gratuitamente. Criaram-se também fundos nacionais com as terras confiscadas. Por conseguinte,

a nacionalização de toda a terra nesses países ainda não foi realizada. Ali existe a propriedade privada da terra. Todavia, o uso da terra e as proporções de utilização da terra são limitadas pela lei: foi proibido ou limitado o direito de venda da terra e de dividi-la, arrendá-la, doá-la, etc.

A política de industrialização socialista, realizada nos países europeus de democracia popular, assegura a criação das premissas materiais para a transformação socialista da agricultura. Apoiando-se na aliança entre os operários e os camponeses, utilizando a experiência da União Soviética e sua ajuda, os países de democracia popular realizam a reorganização socialista da agricultura à base da cooperação. Utilizam-se também todas as possibilidades para aumentar a produção agrícola nas economias individuais.

À base da industrialização socialista do país, o caminho cooperativista na agricultura foi também tomado pelo Partido Comunista da China; por esse caminho ele conduz os camponeses da China. Em seu discurso na solenidade em homenagem aos Heróis do Trabalho da região fronteira de Shensi-Hansu-Ninsi, o camarada Mao-Tse-Tung afirmava já em 1943: "Há milênios que as massas camponesas possuem economia individual, na qual cada família e cada unidade constitui uma unidade econômica isolada. Essa produção individual dispersa é a base econômica do regime feudal, condenando os próprios camponeses à miséria eterna. O único meio de por fim a esta situação é a coletivização gradual, e o único caminho para a coletivização, como ensina Lênin, passa pela cooperação" (Obras Escolhidas, Tomo IV, pág. 287, Ed. russa).

As Estações de Máquinas e Tratores, que prestam grande ajuda ao campesinato na produção, sobretudo às cooperativas agrícolas de produção, têm significação extraordinariamente importante para a transformação socialista da agricultura nos países de democracia popular. Nesses países realiza-se a importante tarefa de reforçar econômica e politicamente as cooperativas de produção e de aumentar sua rentabilidade. À medida em que as cooperativas de produção se reforçarem orgânica, econômica e politicamente, o setor socialista aumentará, em quanto que o de propriedade privada diminuirá, até que desapareça por completo.

Como demonstra a experiência da construção do socialismo na U.R.S.S., a vitória do socialismo exige a nacionalização de toda a terra. A solução prática dessa tarefa histórica nos países de democracia popular contribui para o desenvolvimento e o reforço das eco-

nomias agrícolas em que há cooperação no trabalho. G. M. Dimitrov afirmou no V Congresso do Partido Operário Búlgaro (comunista): "... Incorporando gradualmente os camponeses pobres e os camponeses médios nas explorações agrícolas em que há cooperação no trabalho, aumentando o número das E.M.T., proibindo o arrendamento da terra, limitando e proibindo a compra e a venda da terra, criaremos condições em que praticamente o problema da nacionalização da terra será resolvido, sendo toda a terra transmitida aos camponeses trabalhadores para usufruto perpétuo".

A teoria, o programa e a política do Partido Comunista da União Soviética sobre a questão agrária armam os Partidos Comunistas e Operários de todos os países em sua luta por uma sólida aliança entre os operários e os camponeses e pelo socialismo.



O número **43** de

# **PROBLEMAS**

*é dos mais importantes  
para o estudo do de-  
senvolvimento da sociedade atual.*



\*\*\*

## **PROBLEMAS N.º 43**

Publica o genial trabalho  
de J. V. STÁLIN:

# “PROBLEMAS ECONOMICOS DO SOCIALISMO NA U.R.S.S.”

\*\*\*

Enriqueça sua biblioteca de estudos adquirindo  
um dos últimos exemplares de

## **PROBLEMAS N.º 43**

Preço: Cr\$ 5,00 o exemplar

Pedidos à Redação: Av. Rio Branco, 257  
6.º andar - sala 613 - Rio de Janeiro



BIBLIOTECA DA NOVA CULTURA

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA

MATERIALISMO  
DIALÉTICO

VITÓRIA